

Angra do Heroísmo
CÂMARA MUNICIPAL

Plano Estratégico de Combate à Pobreza e Exclusão Social de Angra do Heroísmo

2023-2027



fundo de maneiio



Desenvolvimento



fundo de maneio

Fundo de Maneio

Consultoria, Recursos Humanos e Investimentos, Lda.

Rua Bento José Morais, 23, 3º Sul

9500-772 Ponta Delgada

Telefone/Fax: (+351) 296 654 047

www.fundodemaneio.com

fm@fundodemaneio.com

Propriedade



Angra do Heroísmo
CÂMARA MUNICIPAL

Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

9701-857 Angra do Heroísmo, Praça Velha

Telefone: (+351) 295 401 704/5

Fax: (+351) 295 212 662

www.angradoheroismo.pt

angra@cmah.pt



Sumário Executivo

As situações de pobreza e exclusão social, embora não sejam problemáticas recentes, têm sido motivo constante de preocupação e, têm merecido uma atenção crescente por parte dos órgãos governamentais. Estes factos têm levado à apresentação de documentos estratégicos tanto a nível europeu como nacional e regional.

A 8 de maio de 2021, foi aprovado pela União Europeia o Plano de Ação para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, assumindo o compromisso de reduzir em 15 milhões o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social até 2030. Posteriormente, foi lançada a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro), com o objetivo central de erradicar a pobreza em Portugal, onde, à data, ainda mais de 2 milhões de pessoas estavam em situação de risco de pobreza ou exclusão social.

No ano de 2018, o Governo dos Açores deu luz verde à Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, compreendendo o período de 2018 a 2028 (Resolução do Conselho do

Governo n.º 72/2018, de 20 de junho). Esta vetor estratégico preestabelece como objetivo primordial reduzir substancialmente os índices de pobreza na Região Autónoma dos Açores, retomando a trajetória de convergência com a média nacional e, ao mesmo tempo, promovendo a coesão entre os diversos territórios açorianos.

A fim de seguir a recomendação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza de fortalecer o compromisso e a mobilização das estruturas locais em relação aos objetivos estabelecidos, bem como de adaptar esses objetivos e metas às especificidades e necessidades dos municípios, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo decidiu adotar uma abordagem proativa. Nesse sentido, foi elaborado o Plano Estratégico de Combate à Pobreza e Exclusão Social para o município de Angra do Heroísmo. Consciente da realidade do concelho, a autarquia mantém-se próxima da população, no sentido de atenuar potenciais situações de pobreza e exclusão social identificadas. O objetivo é a criação de um guia para as políticas públicas que capacite o município com



as ferramentas e estruturas adequadas para suprir as carências identificadas ao longo do processo, além de permitir intervenções de acordo com sua capacidade de influência junto a organizações e atores relevantes.

A elaboração da **Plano Estratégico de Combate à Pobreza e Exclusão Social de Angra do Heroísmo** seguiu as metodologias comprovadas cientificamente pela comunidade para a elaboração do diagnóstico, planeamento estratégico e, por último, o plano de ação. Inicialmente, foi realizado um estudo dos contextos europeu, nacional e regional, com foco nas áreas relacionadas com as temáticas abordadas. Em seguida, averiguou-se a situação específica do concelho nessas áreas. Com base no diagnóstico realizado e na conexão com os objetivos definidos nas estratégias nacional e regional, foi estabelecida a visão estratégica para o concelho, identificando os principais eixos de intervenção e os objetivos estratégicos a serem perseguidos. Esse processo permitiu uma abordagem embasada e alinhada com as diretrizes e metas definidas em níveis mais amplos, visando direcionar as ações e medidas

específicas para o desenvolvimento sustentável do concelho.

A fase de diagnóstico envolveu a utilização de diversos métodos e ferramentas, como a análise de dados estatísticos, a aplicação de inquéritos, a realização de entrevistas e a organização de *focus groups* temáticos com entidades relevantes, atuantes nas áreas relacionadas com a pobreza e exclusão social. Essas abordagens permitiram obter um diagnóstico abrangente e aprofundado da situação atual do concelho.

O diagnóstico com recurso a dados estatísticos pretendeu caracterizar Angra do Heroísmo nas vertentes demográfica e socioeconómica, tendo em conta vários aspetos como a evolução económica, o mercado laboral, a proteção social, a saúde, a habitação, a justiça e segurança.

Após a análise às várias séries temporais, observou-se que o tecido empresarial em Angra do Heroísmo está fortemente direcionado ao setor terciário, verificando-se um crescimento económico positivo evidente, refletido na melhoria do poder de compra *per capita* da população. Além disso, notou-



se um progresso na qualificação da população, embora o município ainda apresente uma taxa considerável de abandono escolar. Ademais é de referir uma diminuição no número de beneficiários de prestações sociais relacionadas com o desemprego, como o subsídio de desemprego e o rendimento social de inserção.

No entanto, em paralelo ao crescimento económico, foi observado um envelhecimento progressivo da população, devido à diminuição acentuada da população com menos de 25 anos, o que impacta os beneficiários de prestações sociais, especialmente em relação à pensão de reforma. Por outro lado, surgiram preocupações com o aumento dos custos habitacionais no concelho, o que pode ter um impacto negativo na fixação de população em determinadas zonas.

Os contributos prestados pelas várias entidades auscultadas consistiram no último método operacional, recorrido na fase de diagnóstico, o qual permitiu recolher *inputs* específicos da realidade do concelho e da gravidade dos fenómenos de pobreza e exclusão social, da atuação da Câmara Municipal,

perante estas problemáticas, bem como das entidades públicas e privadas presentes no município. Das 69 entidades convidadas a participar, 59 entidades operantes no concelho, com âmbitos de atuação bastante diversificados nos domínios da pobreza e exclusão social, contribuíram de forma significativa.

Da análise aos contributos prestados, foi possível verificar que a subida do custo de vida e a escalada das taxas de juro associadas ao crédito à habitação são apontadas como as principais causas para o despoletar de mais situações de pobreza e exclusão social e para o agravamento das existentes, após a problemática recente associada aos efeitos da pandemia provocada pela COVID-19.

A atuação da autarquia é reconhecida pelos contributos positivos no combate à pobreza e exclusão social, destacando-se a sua proximidade e os apoios prestados às instituições locais. Os apoios facultados pelos órgãos governamentais são também mencionados, embora sejam considerados insuficientes dada a magnitude da situação atual. A falta de



recursos financeiros é identificada como a principal dificuldade enfrentada pelas entidades, seguida por limitações de recursos humanos e pela falta de equipamentos e instalações adequadas. Além disso, é destacada a falta de coordenação entre os atores locais como uma das maiores lacunas para um trabalho mais eficaz e para a implementação de novas abordagens. Não obstante, são referenciados diversos projetos desenvolvidos recentemente pelas instituições locais, sendo reconhecido o seu impacto positivo no desenvolvimento da comunidade.

Após a conclusão da fase de diagnóstico, foi definida a seguinte visão para o concelho de Angra do Heroísmo:

Viver Angra do Heroísmo como um concelho inclusivo onde é garantido, a todos os cidadãos, o acesso igualitário a oportunidades e condições de vida dignas. Em simultâneo, um espírito municipal onde é fomentada a coesão e o desenvolvimento local baseados numa atuação concertada, entre os atores locais, na redução dos níveis de pobreza e exclusão social, de forma transversal a toda a população

Para alcançar essa visão, foram estabelecidos três eixos de intervenção: desenvolvimento infantojuvenil integrado; qualificação e emprego; e apoio social e coesão territorial. Estes eixos foram complementados por seis objetivos estratégicos, abrangendo diversas faixas etárias, com o intuito de promover uma atuação inclusiva na sociedade e adaptada aos diferentes públicos-alvo. Seguidamente, delimitou-se as entidades relevantes na aplicação da estratégia.

O **Plano Estratégico de Combate à Pobreza e Exclusão Social de Angra do Heroísmo** culmina com um plano de ação para um horizonte temporal de quatro anos, contemplando 40 medidas devidamente descritas e calendarizadas.



Índice

1. A Pobreza e a Exclusão Social	8
1.1 Realidade sociopolítica europeia	10
1.2 Realidade sociopolítica nacional.....	16
1.3 Realidade sociopolítica regional	23
2. Diagnóstico do Município de Angra do Heroísmo	26
2.1 Caracterização Demográfica	26
2.2 Caracterização Socioeconómica.....	36
2.2.1 Evolução económica.....	36
2.2.2 Mercado Laboral	42
2.2.3 Proteção Social.....	44
2.2.4 Saúde	52
2.2.5 Habitação	55
2.2.6 Justiça e Segurança	60
2.3 <i>Focus Groups</i> , Entrevistas e Inquéritos	61
2.3.1 <i>Focus Groups</i> e Entrevistas.....	62
2.3.2 Inquéritos.....	72
2.4 ANÁLISE CRÍTICA.....	83
3. Estratégia Local Integrada	91
3.1 Visão e Eixos de Intervenção	91
3.2 Objetivos Estratégicos	94
3.3 Entidades Relevantes	97
3.4 Integração nas Políticas Regional e Municipal	102
4. Plano de Ação 2023-2017	109
5. Considerações Finais	123
6. Referências.....	124
7. Anexos	136



1. A Pobreza e a Exclusão Social

A pobreza e exclusão social são fenómenos que, infelizmente, há muito afetam a realidade social, a nível mundial, de uma forma generalizada.

Adam Smith (1776), o pai da economia moderna, definiu pobreza como a incapacidade de satisfazer as necessidades exigidas pela natureza ou pelo costume.

Posteriormente, com o intuito de estudar a relevância e a dimensão dos focos de pobreza na cidade de York, Rowntree (1901) definiu o padrão absoluto de pobreza como:

A despesa mínima necessária à manutenção da saúde meramente física.

Para a preservação mencionada estão incluídas despesas inerentes à alimentação, ao vestuário, aos custos com combustível, aos custos habitacionais e uma rubrica de necessidades essenciais diversas.

Até finais do século XX, a pobreza manteve-se considerada como a simples falta de recursos económicos e as privações que desta resultavam, podendo ser solucionado com o

contínuo crescimento económico (Bruto da Costa *et al.* (eds) (2008), citado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro, que aprova a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030).

Até à atualidade surgiram várias derivações do conceito de pobreza e inúmeras formas de a contabilizar. No entanto, é universalmente aceite que a pobreza é um problema estrutural, transversal e global, comprometendo em geral o desenvolvimento dos países e, em particular, o desenvolvimento humano (Ferreira, 2021).

Atualmente, destacam-se duas abordagens para mensurar os níveis de pobreza e monitorizar os progressos na sua redução (Ravallion, 2020), através da medição em termos relativos e absolutos.

De acordo com o referenciado por Sivaraman (2019), Atkinson defende que a pobreza absoluta é como um limiar de pobreza que é fixado em termos de consumo (como a velocidade da luz) ajustado ao longo do tempo de acordo com a atualização dos preços.



Por seu turno, a pobreza relativa está relacionada com o nível de vida na sociedade em que uma família está integrada.

A partir de 1990 passou a ser dada uma maior atenção à definição de objetivos de redução da pobreza a nível mundial, pelo Banco Mundial e pela Organização das Nações Unidas. Esta preocupação deu origem à delimitação do limiar de pobreza de 1 dólar por dia, pelo Banco Mundial (Ravallion *et al.*, 1991).

Em 2001 é apresentada pela Comissão sobre os Direitos Sociais, Económicos e Culturais das Nações Unidas a sua definição de pobreza:

Condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais.

Em janeiro de 2016, entrou em vigor a resolução intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, aprovada por unanimidade pelos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) (Organização das

Nações Unidas, 2016). Esta resolução formada por 17 objetivos, veio destacar a problemática de vários temas, designadamente a erradicação da pobreza, constituído como o primeiro objetivo de desenvolvimento sustentável.

Na mesma resolução, a ONU refere que a pobreza e a exclusão social manifestam-se atualmente através da fome e da malnutrição, do acesso limitado à educação e a outros serviços básicos, à discriminação e à exclusão social, bem como à falta de participação na tomada de decisões. Para se alcançar a erradicação da pobreza na sua forma severa até 2030, é estabelecido que cada país deve preparar um enquadramento político sólido, a nível internacional, nacional e regional.

À semelhança da ONU, também o Banco Mundial estabeleceu metas de combate à pobreza e à exclusão social. Em 2013, esta organização delimitou o ano de 2030 como nova meta para acabar com a pobreza: que não exista mais de 3% da população mundial a viver com apenas 1,90 dólares por dia (limiar de pobreza à data). Posteriormente, acrescentou que não somente o rendimento *per capita*



diário e o acesso a serviços básicos são determinantes da pobreza, mas também aspetos como a fome, a discriminação e a exclusão social, afirmação que tem sido cada vez mais reforçada com o passar do tempo (Banco Mundial, 2015).

No que concerne à exclusão social, Tuparevska *et al.* (2020) apontam-no como sendo um conceito contestado com diferentes significados e interpretações. Para Mathieson *et al.* (2008), ainda que diferentes, as definições de exclusão social tendem a focar-se nos grupos em risco de exclusão, nas limitações resultantes da exclusão e nos seus problemas, no processo e nos atores e agentes envolvidos nas situações de exclusão. De acordo com Silver (2007), a exclusão social é uma problemática que se

manifesta de maneira diferente consoante o contexto social, uma vez que o isolamento e a pertença têm diferentes significados para diferentes grupos e culturas. A título de exemplo, uma sociedade que valoriza a solidariedade perceciona o facto de viver sozinho como uma desvantagem, enquanto uma sociedade que valoriza o individualismo pode percecionar esta situação como um sinal de autonomia e privilégio (Silver, 2007).

No entanto, o que as várias definições têm em comum é o facto de todas elas conceptualizarem a exclusão social como multidimensional, dinâmica e relacional (Mathieson *et al.*, 2008).

De seguida, expõe-se resumidamente a realidade sociopolítica relativamente ao combate à pobreza e à exclusão social a nível europeu, nacional e regional.

1.1 Realidade sociopolítica europeia

A década de 70, na sequência da crise petrolífera (1973-1974), é marcada por uma viragem na definição das políticas sociais da Comunidade Económica Europeia (atualmente União Europeia), principiando uma valorização gradual no combate à pobreza e à exclusão social. Nessa década, a pobreza torna-se

um fenómeno muito visível nas grandes cidades, associada às zonas degradadas e à presença crescente de mendigos e pessoas em situação de sem abrigo nos centros urbanos (EAPN Portugal/ Rede Europeia Anti-Pobreza, 2015).

Em 1974, o Conselho Europeu aprova a adoção do 1º Programa de Ação Social



da Comunidade, acompanhada da implementação do I Programa de Luta Contra a Pobreza (Informação 75/458/EEC, de 30 de julho), de onde consta o primeiro registo de adoção oficial de uma definição de pobreza no contexto da União Europeia:

Indivíduos ou famílias cujos recursos são de tal forma baixos, que os excluem do modo de vida mínimo aceitável no Estado-membro em que vivem, acrescentando que os recursos a considerar incluíam bens, rendimento monetário e serviços de fontes públicas e privadas.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), criado em 1975, tinha como desígnio retificar os principais desequilíbrios regionais da Comunidade, tendo concedido financiamento a projetos estruturais que potenciaram a criação de empregos e a melhoria das condições sociais em áreas desfavorecidas.

É ainda nesta altura que surgem algumas grandes alterações em políticas laborais, com a recomendação aos Estados-membros do estabelecimento de quarenta horas de trabalho semanal e o direito a quatro semanas de férias

pagas (Recomendação do Conselho 75/457/CEE, de 22 de Julho de 1975).

O Fundo Social Europeu (FSE), criado em 1957, recebeu maior ênfase na década de 80, fornecendo financiamento para programas de educação para pessoas desempregadas ou em risco de exclusão social. Tratou-se de uma medida com elevado impacto nesta altura, combatendo o elevado desemprego mencionado previamente.

De acordo com Bauer (2002), entre a década de 80 e o início da década de 90, surgem dois novos programas semelhantes de luta contra a pobreza, designadamente o II Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza e o Programa Comunitário para a Integração Económica e Social dos Grupos Menos Favorecidos.

A execução do II Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza clarificou a existência da pobreza como um fenómeno social que afetava os 12 Estados-membros da Comunidade (EAPN Portugal/ Rede Europeia Anti-Pobreza, 2015).

Segundo Estivill (2003), mais tarde é criado o terceiro programa, designado Programa Comunitário para a



Integração Económica e Social dos Grupos Menos Favorecidos, para os anos de 1989 a 1994, onde, a partir do qual, surgiu o Observatório Europeu sobre a Luta contra a Exclusão Social, que, no seu primeiro relatório, relacionou o conceito de exclusão social com o não acesso a direitos sociais.

O combate à pobreza e à exclusão social não estagnou em termos comunitários, mantendo-se presente em diversas iniciativas comunitárias, programas, recomendações e orientações:

- I. Tratado de Maastricht (Informação 92/C 191/01, de 29 de julho);
- II. Tratado de Amesterdão (Informação 97/C 340/01, de 10 de novembro);
- III. Estratégia Europeia de Emprego (Comissão Europeia, 1997);
- IV. Programa INTERREG (Comunicação 96/C 200/07, de 10 de julho);
- V. Programa Equal (Comunicação 2000/C 127/02, de 5 de maio);
- VI. Comité de Proteção Social para promover a cooperação entre os Estados-membros e a Comissão, previsto no artigo 160.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia (Informação 2016/C 202/1, de 7 de junho); e

VII. Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (Informação 2000/C 364/01, de 18 de dezembro).

É no decorrer do ano de 2000 que é lançada a Estratégia de Lisboa (Conselho Europeu, 2000), que vem introduzir um mecanismo de supervisão e coordenação, que consiste na definição de objetivos e na avaliação da pobreza, com base num conjunto de indicadores e valores de referência, na formulação de diretrizes para os Estados-membros e de planos de ação nacionais de luta contra a pobreza.

Desde 2001 foram introduzidos a nível comunitário vários indicadores com o propósito de avaliar o nível de pobreza (Goedemé & Rottiers, 2011), sendo atualmente alvo de contabilização anual pelo Eurostat, designadamente:

- Pessoas em risco de pobreza – pessoas com um rendimento líquido disponível (após transferências sociais) abaixo do limite do risco de pobreza, o qual corresponde a 60% do rendimento médio líquido nacional, após transferências sociais;
- Pessoas que integram agregados familiares com baixa intensidade de



trabalho – agregados em que os adultos em idade ativa (18-64 anos, excluindo estudantes entre 18-24 anos e reformados) não trabalharam mais do que 20% do seu potencial durante o último ano; e

- Pessoas severamente carenciadas – pessoas inabilitadas a dispor de pelo menos de 7 dos 13 itens (seis dos quais estão relacionados com o indivíduo e 7 estão relacionados com o agregado onde este indivíduo está inserido), que são comumente considerados como desejáveis (ou então necessários) para se ter uma qualidade de vida adequada.

Em 2004, a definição de pobreza, criada aquando do primeiro programa de luta contra a pobreza, foi retificada e mais especificada (Eurostat, 2010):

As pessoas encontram-se em situação de pobreza se o seu rendimento e os seus recursos forem tão inadequados que as impedem de ter o padrão de vida considerado aceite na sociedade em que vivem. Por causa da sua situação de pobreza podem sofrer múltiplas desvantagens através do desemprego, rendimento baixo, habitação pobre, cuidados de saúde

inadequados e barreiras à aprendizagem ao longo da vida, cultura, desporto e lazer.

Para este organismo europeu, estas pessoas são muitas vezes excluídas e marginalizadas da participação em diversas atividades (económicas, sociais e culturais), que são a norma para outras pessoas, e o seu acesso a direitos fundamentais pode ser limitado.

Em 2007, é dado um importante passo no panorama europeu com a assinatura do Tratado de Lisboa (Informação 2007/C 306/01, de 17 de dezembro), também conhecido como Tratado Reformador da União Europeia.

O deflagrar da crise económica em 2008 devido, entre vários fatores, às dívidas soberanas, provocou um número cada vez maior de pessoas em risco de pobreza na Europa.

Em 2010 procurando atenuar os efeitos da crise é proclamado o Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza (Decisão n.º 1098/2008/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro), com o propósito de alertar para a responsabilidade coletiva, política e da sociedade civil, e da participação ativa das próprias pessoas em situação de



pobreza e exclusão social. É no decorrer desse mesmo ano que é aprovada uma nova Estratégia Europeia, a Estratégia Europa 2020 (Comissão Europeia, 2010), contemplando o objetivo de redução do número de pobres em 12 milhões de pessoas, embora tenha sido proposto inicialmente uma redução de 20 milhões de pessoas.

No âmbito da Estratégia Europa 2020, a Comissão Europeia lançou a Plataforma Europeia contra a Pobreza e a Exclusão Social.

O ano de 2013 é marcado pela aprovação do novo regulamento do Fundo Social Europeu (FSE) (Regulamento (UE) 1304/2013, de 17 de dezembro), que contempla a proposta que pelo menos 20% do total de recursos do FSE em cada Estado-membro deviam ser afetados ao objetivo temático “Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação”. De destacar que, o FSE apresenta um contributo crucial no financiamento de medidas destinadas a combater a pobreza e a discriminação, apoiando o acesso dos mais desfavorecidos ao mercado de trabalho.

Em novembro de 2017, o Conselho da União Europeia, o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, através de uma proclamação conjunta, reforçaram a importância do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que, sob três grandes eixos (igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho; condições de trabalho justas; e proteção e inclusão social), pretende garantir uma União mais justa e inclusiva (Conselho Europeu e Conselho da União Europeia, 2017).

Baseado neste Pilar, têm sido proclamadas iniciativas legislativas e políticas, como a Diretiva (UE) 2019/1152, de 20 de junho, relativa a condições de trabalho transparentes e previsíveis, e o pacote «Justiça Social», que inclui o Regulamento (UE) 2019/1149, de 20 de junho, que institui uma Autoridade Europeia do Trabalho, e a Recomendação 2019/C 387/01, de 8 de novembro, relativa ao acesso à proteção social dos trabalhadores por conta de outrem e dos trabalhadores independentes.

Em 2020, a Comissão Europeia apresentou uma proposta de diretiva relativa a salários mínimos adequados



na União Europeia, a fim de combater a pobreza e melhorar as condições de vida e de trabalho (Comissão Europeia, 2020a). De acordo com o Conselho Europeu e o Conselho da União Europeia (2022), terá sido alcançado um acordo provisório, estabelecendo um quadro processual para promover salários mínimos adequados na UE e, particularmente:

- Promover a negociação coletiva na fixação dos salários;
- Promover níveis adequados de salários mínimos nacionais; e
- Melhorar o acesso efetivo à proteção salarial mínima por parte de todos os trabalhadores.

No final de 2020, já sob a pandemia da COVID-19, a Comissão Europeia adota um Plano de Ação sobre a Integração e Inclusão para o período 2021-2027 (Comissão Europeia, 2020b), o qual apresenta propostas em quatro áreas: educação; emprego; saúde; e habitação, tendo em vista promover a integração e a inclusão social dos migrantes e das pessoas oriundas da imigração.

Sob uma intervenção multidisciplinar, com o intuito de mitigar os efeitos da pandemia disseminada pelo SARS-COV-

2, a União Europeia, aprovou o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) (Regulamento (UE) 2021/241, de 12 de fevereiro).

Caracterizado como um instrumento de recuperação temporário, o MRR entrou em vigor em fevereiro de 2021, prevendo-se a disponibilização de 723,8 mil milhões de euros até ao final de 2026, objetivando tornar as economias e as sociedades europeias mais sustentáveis, resilientes e melhor preparadas para enfrentarem as adversidades e aproveitarem as oportunidades resultantes das transições ecológica e digital.

De entre os seis pilares do MRR, dois contribuirão para a luta contra a pobreza e a exclusão social: o pilar relativo à coesão social e territorial e o pilar relativo às políticas para a próxima geração.

Em 2021, segundo o Eurostat, 21,7% da população da União Europeia encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social.

Em 2022, assiste-se a um período de crescimento acelerado da inflação, potencialmente motivado pelo despoletar da guerra na Ucrânia e que



se seguiu a uma fase de estagnação económica no período pandémico. Como forma de combater esta realidade, o Banco Central Europeu (BCE) decidiu alterar a política monetária em vigor até então, subindo os valores das taxas diretas. De acordo com um comunicado do BCE, as futuras alterações ao nível das taxas de juro diretas colocá-las-ão em níveis suficientemente restritivos para conseguir um regresso atempado da

inflação ao objetivo de médio prazo de 2%, mantendo-as nesses níveis durante o tempo necessário (Banco Central Europeu, 2023). Esta alteração, aliada às demais condicionantes motivadas pelas situações atípicas vividas, poderão conduzir à queda do poder de compra da população e, possivelmente, a uma situação de recessão que origine o aumento de ocorrências de pobreza e exclusão social, principalmente junto dos grupos sociais mais vulneráveis.

1.2 Realidade sociopolítica nacional

Em Portugal, as questões de pobreza e da exclusão social não são temas relevantes, tanto no espectro político, como académico, até meados da década de 80 (Pereirinha, 1996). Conforme refere Silva (1984), o primeiro relato publicado destas realidades é baseado no período pré-revolução dos anos de 1973 e 1974, dando conta de uma taxa de pobreza abrangendo 43,2% dos portugueses.

Na vertente política, com a aprovação da Constituição Portuguesa (Decreto de Aprovação da Constituição, de 10 de abril), em 1975, passou a ser assegurado um conjunto de direitos aos cidadãos que contribuem para evitar condições

de pobreza e exclusão social. De acordo com a alínea b) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, é uma tarefa fundamental do Estado:

Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais.

Ademais referir que, cabe ao Estado, no âmbito económico e social, segundo o artigo 81.º da Constituição da República Portuguesa:



Promover o aumento do bem-estar social e económico e da qualidade de vida das pessoas, em especial das mais desfavorecidas, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

São ainda obrigações do Estado previstas na Constituição da República que contribuem para evitar situações de pobreza e exclusão social:

- Oferecer um sistema de segurança social unificado e centralizado;
- Proteger a saúde da população;
- Programar e executar uma política de habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto, e que preserve a intimidade pessoal e familiar;
- Promover a independência social e económica dos agregados familiares;
- Concretizar uma política de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e apoio às suas famílias.

A entrada formal de Portugal na CEE, em 1986, providenciou o acesso a diversos fundos inseridos na política social da comunidade, tendo este processo sido

iniciado por várias candidaturas no âmbito do segundo Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza, sobretudo para projetos de testagem de novas respostas a problemas sociais.

Vários mecanismos de ação e proteção social de combate à pobreza e à exclusão social foram sendo seguidos em Portugal, de modo a acompanhar as diretrizes europeias. Destacando-se com a maior incidência de pobreza na comunidade, Portugal foi um dos primeiros países contemplados com políticas de combate à pobreza. Enquadrado no III Plano Europeu de Luta Contra a Pobreza, foi criado em 1990 o 1.º Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza e a criação de Comissariados Regionais (Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/90, de 20 de março). Em 1991 é criada a Direção Geral de Ação Social, órgão designado para apoiar na realização de estudos e propostas necessárias à reformulação de políticas e estratégias em matéria de ação social (Decreto-Lei n.º 83/91, de 20 de fevereiro).

Em 1992, face à crescente dificuldade dos jovens no acesso à habitação, foi estabelecido o incentivo ao



arrendamento por jovens (IAJ) (Decreto-Lei n.º 162/92, de 5 de agosto), com o objetivo de facilitar aos jovens o acesso à habitação no regime de arrendamento e criar condições favoráveis à mobilidade residencial. No ano seguinte, face ao impacto progressivo da problemática da habitação social, surgiu em Portugal o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, sendo uma das primeiras prestações sociais comunitárias destinadas a apoiar a população com carências habitacionais (Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio).

O Rendimento Mínimo Garantido (RMG), criado em 1996, foi uma das medidas mais impactantes no combate à pobreza e exclusão social, garantindo um rendimento mínimo a todos os cidadãos que não tivessem meios de subsistência (Lei n.º 19-A/96, de 29 de junho), evoluindo posteriormente para o atual Rendimento Social de Inserção (RSI) (Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto), incorporando mecanismos que promovem a inclusão social, ao invés de apenas a componente financeira prevista até então.

Posteriormente, em 1997 iniciaram-se as Redes Sociais Locais, corporizadas nos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro). Esta medida, criada para minimizar a exclusão social e a pobreza de uma forma geral, mantém-se até hoje.

A preocupação em melhorar a qualidade de vida da população manteve-se em Portugal com a implementação de várias medidas para mitigar as situações de pobreza, das quais se destaca: o Programa Escolhas (Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de janeiro), o Programa para a Inclusão e Desenvolvimento - PROGRIDE (Portaria n.º 730/2004, de 24 de junho) e o Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (Portaria n.º 396/2007, de 2 de abril).

Em 2005, surge o Complemento Solidário para Idosos (Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de dezembro).

Inseridas na Estratégia Europeia de Emprego surgiram várias iniciativas destinadas ao combate de casos de pobreza e exclusão social. A título de exemplo, surgiu: o Programa



Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (Despacho Conjunto n.º 342/2001, de 10 de abril), financiado pelo Fundo Social Europeu.

Ainda sobre o emprego, a revisão da Estratégia de Lisboa, no Conselho da Primavera de 2005, ditou um importante passo no combate à pobreza por meio da promoção do emprego em Portugal, designadamente pela criação do Programa Nacional de Ação para o Crescimento e Emprego (Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2005, de 28 de novembro).

Em 2010 voltam a ser estabelecidos objetivos exigentes no combate à pobreza e à exclusão social, no âmbito da Estratégia Europa 2020 (Comissão Europeia, 2010), designadamente: reduzir em 200.000 pessoas a população em situação de pobreza em Portugal, ignorando-se, contudo, as prioridades, as estratégias de ação e os recursos para alcançar este objetivo, conforme referido pela EAPN Portugal (2015).

A intensa crise socioeconómica global, que se iniciou em 2008, levou Portugal à assinatura do Memorando de Entendimento, para o período 2011-2014, com a Comissão Europeia, o

Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu (Decisão n.º 2011/344/EU, de 30 de maio). Este acordo obrigou Portugal a estar ausente da Estratégia Europa 2020 e dos compromissos associados, sobretudo os diretamente relacionados com o combate à pobreza, devido às fortes restrições orçamentais estabelecidas.

Outra das condicionantes resultantes do Memorando de Entendimento foram as alterações ao Código do Trabalho, que conduziram à reforma de um conjunto de políticas que, de acordo com o EAPN Portugal (2015), impactaram negativamente o mercado de trabalho, nomeadamente, as alterações que potenciaram a flexibilização dos despedimentos e o aumento da precariedade laboral, mas também alterações nas políticas de proteção social que se refletiram, por exemplo, em cortes nas prestações sociais, inclusivamente nas prestações de desemprego, no rendimento social de inserção, nas pensões, entre outras.

Como forma de reduzir os danos sociais da crise, em 2011 é lançado o Programa de Emergência Social (Governo da República Portuguesa, 2011). Trata-se



de uma solução conjuntural de carácter assistencialista onde se inclui a criação de diversas cantinas sociais que pretendiam responder às carências alimentares mais urgentes.

Coincidindo com o término do período da Troika, em 2014, entra em vigor um novo quadro comunitário, designado Portugal 2020, o qual compreende um Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional; Fundo de Coesão; Fundo Social Europeu; Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural; e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e Pescas, e que integra os seguintes princípios: Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, estando visível nos Programas Operacionais, que estão prestes a terminar a sua execução (Portugal 2020, 2014).

De entre os vários programas traçados salienta-se o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) entre os que mais contribuíram para a criação de respostas a problemas de pobreza e exclusão social, considerando o disposto

no acordo referido. Este pretende, em contextos rurais, urbanos e costeiros, economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional, através dos seus três eixos de intervenção – Emprego, Educação e Inclusão Social - promover uma resposta aos elevados níveis de desemprego e índices de pobreza. É ainda de destacar o Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego, cujos objetivos temáticos pretendem promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego, diminuir o desemprego jovem e promover a inclusão social e, ainda, combater a pobreza e a discriminação.

Não obstante, apesar dos esforços na luta contra a pobreza e a exclusão social, o estudo “Pobreza em Portugal – Trajetos e Quotidianos” (Diogo *et al*, 2021) reporta que, em 2021, um em cada cinco portugueses era pobre e 11% dos trabalhadores encontravam-se em situação de pobreza, significando que a remuneração auferida era muito baixa e não chegava para fazer face às despesas do agregado familiar.

Todavia, em linha com o estudo supramencionado, é importante referir que o rendimento de uma pessoa não é



suficiente para aferir se alguém se encontra ou não em situação de pobreza. O emprego é um fator individual, enquanto a situação de pobreza depende do núcleo familiar. Os dados do estudo apontam ainda para mais de 1,7 milhões de pessoas no país em risco de pobreza, onde a taxa de pobreza infantil “é persistentemente mais elevada do que a taxa global”. De acordo com o estudo citado, esta população representava naquela data cerca de um terço das pessoas pobres em Portugal.

O surgimento da pandemia da COVID-19, em março de 2020, impôs condicionantes drásticas na vida da população, contribuindo para o agravamento das situações de pobreza e exclusão social existentes no país. Segundo Silva *et al.* (2021), o confinamento obrigatório implementado resultou numa perda, em média, de 7% do rendimento anual das pessoas, levando cerca de 400.000 pessoas para abaixo do limiar de pobreza, ainda que tenham sido implementadas pelo governo medidas de proteção que suavizaram as perdas de rendimento da população.

Alinhado com a estratégia adotada pela União Europeia, e concretizando um dos objetivos inscritos no programa do Governo, em setembro de 2021 (Governo da República Portuguesa, 2022), é aprovada a versão preliminar da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro). Esta Estratégia é uma das reformas integrantes no Plano de Recuperação e Resiliência e com enquadramento na Estratégia Portugal 2030 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro).

A nova Estratégia Nacional de Combate à Pobreza é composta por seis eixos estratégicos, designadamente:

- Reduzir a pobreza nas crianças e jovens e nas suas famílias;
- Promover a integração plena dos jovens adultos na sociedade e a redução sistémica no seu risco de pobreza;
- Potenciar o emprego e a qualificação como fatores de eliminação da pobreza;
- Reforçar as políticas públicas de inclusão social, promover e



melhorar a integração social e a proteção de pessoas e grupos mais desfavorecidos;

- Assegurar a coesão territorial e o desenvolvimento local; e
- Fazer do combate à pobreza um desígnio nacional.

A conceção desta nova Estratégia, enquadrada no desafio de redução das desigualdades, assenta numa atuação integrada nas diferentes áreas setoriais no domínio da intervenção pública, em estreita articulação com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Assim, o foco na melhoria da qualidade de vida tem em consideração as especificidades das pessoas em situação de vulnerabilidade e de cada território.

A concretização desta nova Estratégia é delimitada pelo alcance de cinco metas principais até 2030, designadamente:

- Redução da taxa de pobreza monetária para o conjunto da população para 10%;
- Redução para metade da taxa de pobreza monetária no grupo das crianças e aproximação do indicador

de privação material infantil à média europeia;

- Aproximação do indicador de privação material infantil à média europeia, em pontos percentuais;
- Redução para metade da taxa de pobreza monetária dos trabalhadores pobres; e
- Redução da disparidade da taxa de pobreza dos diferentes territórios, até ao máximo de três pontos percentuais em relação à taxa média nacional.

De acordo com dados do Eurostat, em 2022, o poder de compra ajustado ao PIB *per capita* de Portugal representa apenas 77,3% da média da União Europeia (a 27 países), um valor superior ao verificado no ano anterior (75%). No que respeita ao PIB *per capita*, segundo os dados desta plataforma estatística europeia, o indicador português também se cifra em 77% da média da União Europeia (a 27 países). Ainda com base na mesma fonte, verifica-se que a percentagem de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em Portugal representa 20,1% da população, valor inferior aos 22,4% verificados no ano transato, colocando Portugal na décima quarta



posição no ranking da União Europeia, nos países com maior risco de pobreza ou exclusão social. Este indicador

contrasta com a oitava posição ocupada no ano anterior.

1.3 Realidade sociopolítica regional

A persistência de diversos fenómenos de pobreza é uma realidade incontestável na Região Autónoma dos Açores, considerando o elevado número de indivíduos que partilham esta condição social. Efetivamente, em 2017, os Açores tinham a maior incidência de pobreza do país, expondo de uma taxa de pobreza cerca de três vezes maior do que a Área Metropolitana de Lisboa (região com menor incidência) (Diogo *et al.*, 2021). Segundo Diogo (2019), nos Açores, 1 em cada 3 pessoas é considerada pobre, ao contrário da média nacional que não atinge 1 em cada 5 pessoas.

Nada obstante à realidade social açoriana, após a entrada de Portugal na União Europeia, à semelhança dos restantes territórios do país, os Açores viram muitas das políticas europeias e nacionais serem concretizadas no seu território, em diversas dimensões, através da implementação dos diversos programas e projetos, quer no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio, quer de iniciativas nacionais estatais ou

privadas, influenciando o seu modo de atuar no que diz respeito ao combate à pobreza e à exclusão social.

Na verdade, as dificuldades sentidas no espetro social e no desenvolvimento económico do Arquipélago são influenciadas negativamente pela insularidade inerente à sua condição geográfica, agravada pela poli-insularidade da região. Ademais, é de referir que, estas características podem intensificar os custos com os serviços públicos disponibilizados, como o caso dos serviços de saúde. Assim, no entender de Diogo (2019), os Açores não devem ser vistos como um bloco, pelo menos no que à pobreza diz respeito, visto que cada ilha tem as suas dificuldades e condicionantes em resultado da sua geografia.

Diogo *et al.* (2017 e 2018), apontam vários fenómenos de exclusão social verificados na Região, nomeadamente, casos de desigualdade de género, referindo que as mulheres na região estão tipicamente menos envolvidas no



mercado de trabalho (esta realidade é mais perseverante nas pessoas com menos escolaridade), apresentando a menor escolaridade da população ativa e os maiores problemas na escolarização dos jovens (sobretudo no que respeita ao sucesso escolar).

Adicionalmente, é fortemente apontada por Diogo (2019), como indutor de fenómenos de pobreza e exclusão social, a desigualdade presente na distribuição de rendimentos na Região, somente superada por Lisboa.

Com o apanágio de mitigar as ocorrências de pobreza e exclusão social vigentes na região e melhorar, substancialmente, os indicadores relativos à taxa de risco de pobreza, em 2018, é lançada a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, para o período de 2018 a 2028, (Resolução do Conselho do Governo n.º 72/2018, de 20 de junho). Adicionalmente, é ambicionado, a promoção da coesão entre os diferentes territórios que constituem os Açores. Para atingir estes desideratos, está prevista uma atuação multidimensional, tendo como eixos prioritários:

- Assegurar a todas as crianças e jovens, desde o início de vida, um processo de desenvolvimento integral e inclusivo;
- Reforçar a coesão social na Região;
- Promover uma intervenção territorializada; e
- Garantir o conhecimento adequado sobre o fenómeno da pobreza na Região.

A adoção destes eixos fundamentais está estruturada em princípios base:

- Igualdade de oportunidades;
- Participação da sociedade civil;
- Territorialidade;
- Articulação e integração;
- Conhecimento assente na avaliação sistemática dos resultados; e
- Inovação social.

Aquando da formação do XIII Governo Regional, em 2020, foi apresentado o Programa de Governo para o quadriénio 2020-2024 (Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 38-a/2020/A, de 18 de dezembro), o qual contempla as prioridades a considerar no seu período governativo, incluindo medidas que contribuam para uma sociedade mais informada e esclarecida, melhorando o



seu poder de decisão relativamente ao processo de mudança, designadamente:

- Rever e reforçar o Plano Regional de Combate à Pobreza, incorporando medidas de monitorização e evolução de indicadores, ações tomadas e metas atingidas, apropriando, assim, as medidas à realidade;
- Melhorar a capacidade de resposta, no âmbito das políticas de combate à pobreza e exclusão social, com a intervenção e cooperação ativa das IPSS e Misericórdias; e
- Definir como objetivo estratégico, durante a atual Legislatura, a criação de condições de desenvolvimento económico e de promoção da inclusão social, laboral, de competências pessoais, sociais e profissionais, quebrando o ciclo de pobreza.

Segundo a informação publicada pelo INE (2023), a respeito do rendimento e condições de vida no período entre 2020 e 2021, nos Açores, verificou-se uma degradação das condições de vida, comprovável pelo recurso a vários indicadores de referência na contabilização das condições de

pobreza, nomeadamente, no coeficiente de Gini, na taxa de privação material e social severa e na taxa de risco de pobreza ou exclusão social. Esta variação negativa contribuiu para a divergência da média regional em relação à média nacional, intensificada pela melhoria dos indicadores na maioria das restantes regiões do país, com exceção do Algarve e da Região Autónoma da Madeira.

De acordo com os dados do INE, o PIB *per capita* nos Açores representou, em 2021, 87,6 % do PIB *per capita* nacional. Quando comparado com a média da União Europeia (a 27 países), segundo dados do Eurostat, o valor do PIB *per capita* em paridade de poder de compra da Região, em 2021, representou 56,3% da média Europeia, um dos valores mais baixos da União Europeia e que confere aos Açores uma das maiores taxas de participação comunitária.

Relativamente à percentagem de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social, de acordo com a plataforma de estatística europeia, registou-se, em 2022, cerca de 30,3% da população em risco, valor superior ao registado em 2021 (27,5%).



2. Diagnóstico do Município de Angra do Heroísmo

A fim de entender as condicionantes do contexto atual do município de Angra do Heroísmo, no que se refere às condições de pobreza e exclusão social, desencadeou-se uma análise rigorosa a inúmeros aspetos do Município, que interferem nas situações referenciadas. Esta análise permitirá sustentar a génese da estratégia e os pressupostos na conceção das ações a adotar.

Nos primeiros subcapítulos apresenta-se a caracterização geográfica, demográfica e socioeconómica de Angra do Heroísmo. Para tal, recorre-se, essencialmente, à análise de dados estatísticos oficiais publicados. Seguidamente, apresenta-se os

resultados dos *focus groups* temáticos, das entrevistas e dos inquéritos, dinamizados a um conjunto alargado de entidades, reconhecidas como atores locais de destaque no combate a situações de pobreza e exclusão social, desde entidades governativas, IPSS's, entidades sem fins lucrativos, entre outras organizações que se enquadram nas áreas de intervenção pretendidas com a implementação deste Plano Estratégico. Finalmente, é realizada uma análise crítica, com o objetivo de identificar as linhas orientadoras e os principais focos de atenção para a formulação da estratégia local integrada.

2.1 Caracterização Demográfica

O concelho da Angra do Heroísmo é um dos 19 concelhos do Arquipélago dos Açores, situando-se no extremo ocidental da ilha Terceira. Delimitado por 19 freguesias, Angra do Heroísmo é o maior concelho dos Açores, em termos de área, ocupando 239 km², e o segundo mais populoso da região. O concelho tem a sua sede na freguesia da Sé, que, juntamente com as freguesias

de São Pedro, de Santa Luzia, de São Bento e de Nossa Senhora da Conceição, formam a cidade de Angra do Heroísmo.

Figura 1 - Delimitação do concelho de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira





Tabela 1 - População residente, área e densidade populacional, por freguesia (à data dos Censos de 2021)

	População residente	Área (km ²)	Densidade populacional
Angra do Heroísmo	33 771	239	141,3
Altares	849	28,22	30,1
Nossa Sr. ^a da Conceição	3 377	2,44	1 383,6
Santa Luzia	2 471	1,26	1 961,6
São Pedro	3 268	3,66	893,7
Sé	928	1,65	562,4
Cinco Ribeiras	683	10,80	63,3
Doze Ribeiras	431	10,41	41,4
Feteira	1 343	5,25	255,9
Porto Judeu	2 293	30,27	75,8
Posto Santo	1 031	20,37	50,6
Raminho	464	11,07	41,9
Ribeirinha	2 480	7,53	329,4,8
Santa Bárbara	1 279	16,40	78,0
São Bartolomeu de Regatos	1 936	25,0	77,5
São Bento	1 909	10,34	184,6
São Mateus da Calheta	3 777	5,98	631,5
Serreta	316	14,36	22,0
Terra Chã	2 888	10,07	286,8
Vila de São Sebastião	2 048	23,93	85,6

Fonte: INE (2023)

Segundo os dados dos Censos de 2021, Angra do Heroísmo conta com 33.771 habitantes, aglomerados na sua maioria nas zonas sul e centro do concelho. O cômputo das 19 freguesias que compõem o concelho representa cerca de 63% da população residente na Ilha Terceira, cabendo os remanescentes ao concelho da Praia da Vitória. Porto Judeu é a maior freguesia do concelho, com cerca de 31 km², no entanto, a mais populosa é a de São Mateus da Calheta,

com 3.777 pessoas. Os maiores índices de densidade populacional verificam-se nas freguesias de Santa Luzia, Nossa Senhora da Conceição e São Pedro, respetivamente, as únicas com uma densidade populacional superior a 800 habitantes/km².

O concelho de Angra do Heroísmo regista a quarta densidade populacional mais elevada nos Açores (141,3 hab./km²), superior à média regional de 101,3 hab./km².

Angra do Heroísmo constitui um dos principais polos socioeconómicos dos Açores, notabilizando-se, entre outros, pelo seu património arquitetónico, classificado como património mundial pela UNESCO, desde 1983.

Comparativamente aos Censos de 2011, verifica-se uma diminuição de 4,61% na população residente em Angra do Heroísmo. Contudo, a análise aos dados dos Censos indica que, embora Angra do Heroísmo tenha registado uma variação negativa, esta foi a sexta menor diminuição da população relativa dos municípios açorianos, próxima da média regional. Neste período, apenas o concelho da Madalena do Pico registou um aumento populacional.



Tabela 2 - População residente (n.º) na Região Autónoma dos Açores, por local de residência (à data dos Censos)

	2011	2021	Variação
Santa Maria	5 552	5 408	-2,59%
Vila do Porto	5 552	5 408	-2,59%
São Miguel	137 856	133 295	-3,31%
Lagoa	14 442	14 191	-1,74%
Nordeste	4 937	4 369	-11,50%
Ponta Delgada	68 809	67 233	-2,29%
Povoação	6 327	5 791	-8,47%
Ribeira Grande	32 112	31 388	-2,25%
Vila Franca do Campo	11 229	10 323	-8,07%
Terceira	56 437	53 244	-5,66%
Angra do Heroísmo	35 402	33 771	-4,61%
Praia da Vitória	21 035	19 465	-7,46%
Graciosa	4 391	4 091	-6,83%
Santa Cruz da Graciosa	4 391	4 091	-6,83%
São Jorge	9 171	8 373	-8,70%
Calheta	3 773	3 437	-8,91%
Velas	5 398	4 936	-8,56%
Pico	14 148	13 883	-1,87%
Lajes do Pico	4 711	4 340	-7,88%
Madalena	6 049	6 323	4,53%
São Roque do Pico	3 388	3 220	-4,96%
Faial	14 994	14 334	-4,40%
Horta	14 994	14 334	-4,40%
Flores	3 793	3 428	-9,62%
Lajes das Flores	1 504	1 408	-6,38%
Santa Cruz das Flores	2 289	2 020	-11,75%
Corvo	430	384	-10,70%
Corvo	430	384	-10,70%
Açores	246 772	236 440	-4,19%

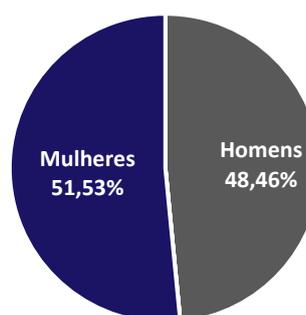
Fonte: INE (2023)

É pertinente observar que a diminuição de 1.631 indivíduos na população em Angra do Heroísmo, é o resultado de dois fatores, a baixa natalidade em comparação com a mortalidade e a elevada emigração relativamente à imigração registada no concelho. Neste sentido, entre 2011 e 2020, de acordo

com dados do SREA, registou-se em Angra do Heroísmo um saldo natural negativo de 619 indivíduos. Por sua vez, de acordo com dados do INE, entre 2011 e 2021 o saldo migratório concelhio foi, também, negativo em 998 indivíduos. Ainda que se observe um desfazamento de um ano entre o período de referência dos dados das duas fontes consideradas, é possível aferir que tanto o saldo natural como o saldo migratório contribuíram para a diminuição da população em Angra do Heroísmo, no período entre 2011 e 2021.

Dos cerca de 33,8 mil habitantes de Angra do Heroísmo, 51,5% são do sexo feminino e 48,5% são do sexo masculino. Apenas as freguesias de Terra Chã, Serreta, Raminho, S. Mateus da Calheta e S. Pedro apresentam uma maior proporção de indivíduos do sexo masculino.

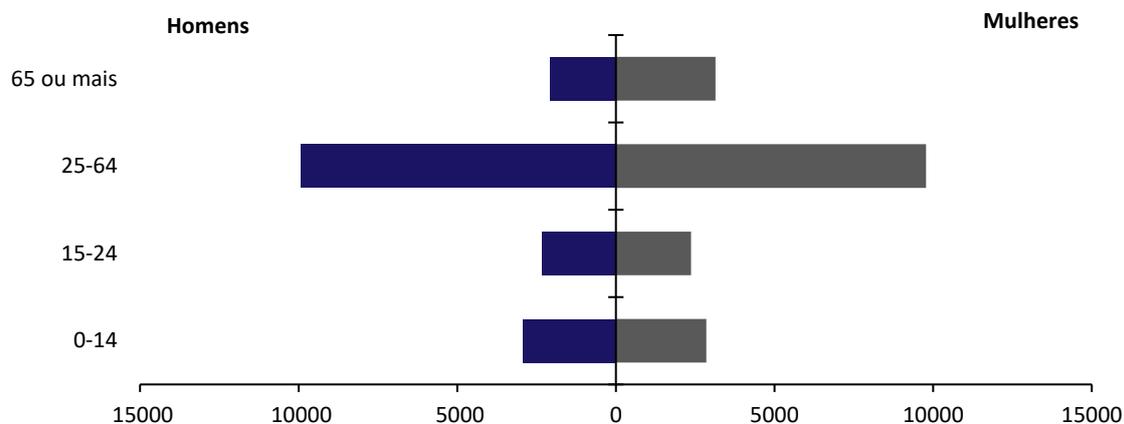
Gráfico 1 - Distribuição da população residente em Angra do Heroísmo, por sexo, à data dos Censos de 2021



Fonte: INE (2022)

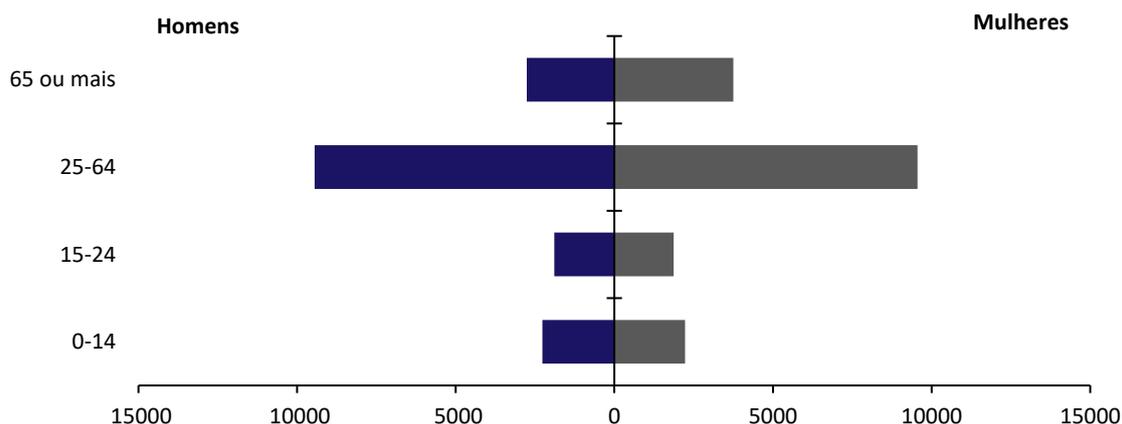


Gráfico 2 - Pirâmide etária do concelho de Angra do Heroísmo, construída com os dados dos Censos de 2011



Fonte: INE (2022)

Gráfico 3 - Pirâmide etária do concelho de Angra do Heroísmo, construída com os dados dos Censos de 2021



Fonte: INE (2022)

A baixa natalidade e o conseqüente progressivo envelhecimento da população constituem uma realidade transversal a todo o país, também visível no concelho de Angra do Heroísmo, como demonstra a comparação entre as pirâmides etárias de 2011 e 2021. No período em análise, registou-se uma ligeira diminuição da população em

idade ativa (25-64), verificando-se, concomitantemente, um aumento de 25% da população acima dos 65 anos, que contrasta com uma diminuição da população mais jovem. Atualmente, a população abaixo dos 25 anos de idade representa cerca de 24% da população de Angra do Heroísmo, enquanto que em 2011 era cerca de 30%.



Tabela 3 - Índice de envelhecimento na Região Autónoma dos Açores, na ilha Terceira e nos seus concelhos (à data dos Censos)

	2011		2021	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Região Autónoma dos Açores	58,04	89,19	93,73	133,72
Ilha Terceira	70,53	106,88	119,33	164,18
Angra do Heroísmo	70,43	110,10	121,70	168,48
Praia da Vitória	70,70	101,23	115,32	156,80

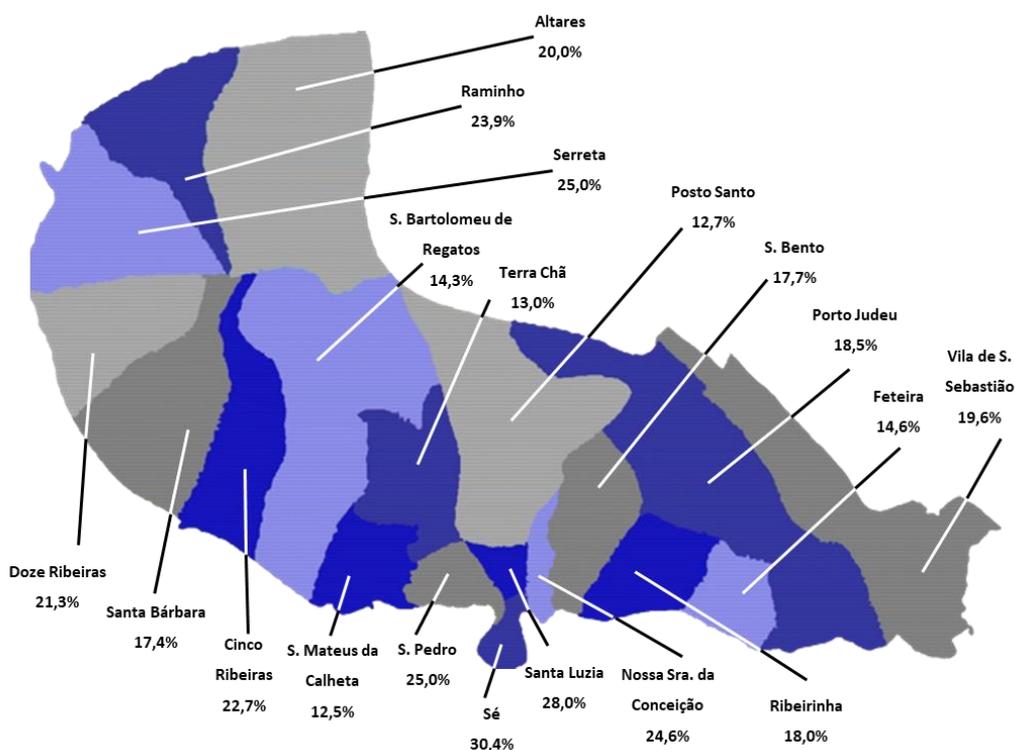
Fonte: INE (2023)

O progressivo envelhecimento da população é ainda visível pelo agravamento do número de pessoas com 65 e mais anos em comparação com a população dos 0 aos 14 anos, de forma transversal nos concelhos da Ilha Terceira e na Região Autónoma dos Açores como um todo, de acordo com

dados do Censos. Importa referir que, esta situação apresentou-se com maior gravidade no concelho de Angra do Heroísmo.

No que concerne à evolução por género, os indivíduos do género masculino apresentaram, entre 2011 e 2021, um envelhecimento mais significativo.

Figura 2 - Proporção da população residente com idade igual ou superior a 65, anos em Angra do Heroísmo, à data dos Censos de 2021, por freguesia



Fonte: INE (2022)

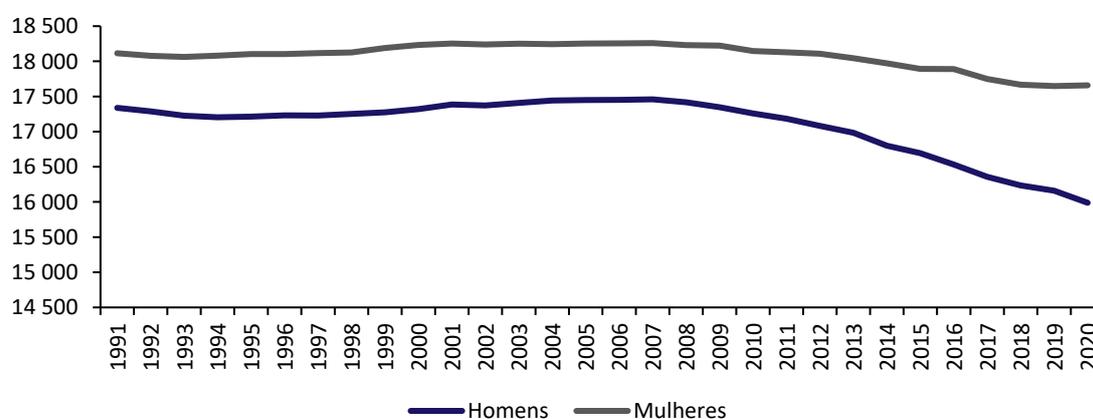


Através de uma observação mais detalhada é possível verificar que as freguesias que delimitam a cidade de Angra do Heroísmo apresentam uma maior proporção de idosos, à semelhança do sucedido nas freguesias do lado poente do concelho. Pelo contrário, as freguesias dos subúrbios da cidade de Angra registam as menores percentagens de população com idade igual ou superior a 65 anos, destacando-se as freguesias a nascente e a nordeste da cidade. Esta situação pode ficar a dever-se à necessidade da população em idade ativa estar próxima do centro urbano (tendo, contudo, maior capacidade de mobilidade do que os idosos) e dos preços das casas e das rendas serem mais acessíveis nos arredores da cidade do que no centro

urbano, constituído um território preferível à população com menor poder de compra.

Em adição aos dados dos Censos, é ainda pertinente observar os dados referentes às estimativas da população residente, disponibilizadas pelo SREA, para compreender a evolução demográfica estimada para o concelho de Angra do Heroísmo nos últimos 30 anos. Em 1991, a estimativa da população residente neste concelho era de 35.452 indivíduos, dos quais 48,9% eram homens e 51,1% mulheres. No período compreendido entre 1995 e 2007 assiste-se a taxas de variação anual ligeiramente positivas, com exceção do ano de 2002. A partir de 2008 observa-se decréscimos anuais até 2020, com maior proeminência no sexo masculino.

Gráfico 4 – Estimativa temporal da população residente, em Angra do Heroísmo, por sexo



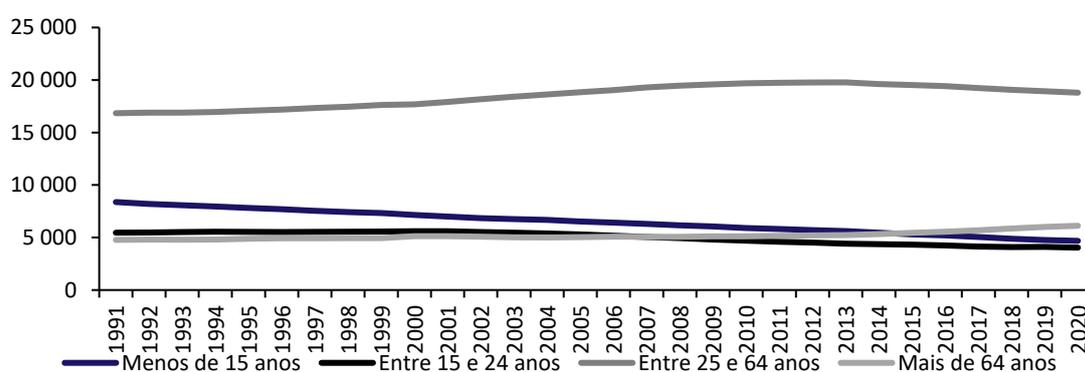
Fonte: INE (2022)



O gradual envelhecimento da população pode ainda ser detetado, com recurso ao estudo da estimativa da população residente por grupos etários. No período considerado, a população com menos de 25 anos apresenta-se em declínio, ao contrário do verificado no

grupo com mais de 25 anos, o qual passou a representar 74,1% em 2020, face aos 61% registados em 1991. O cenário apresentado evidencia o crescimento da população com idade acima de 64 anos.

Gráfico 5 – Estimativa temporal da população residente, em Angra do Heroísmo, por grupo etário



Fonte: INE (2022)

No que concerne ao nível de instrução da população do concelho, de acordo com os dados dos Censos, entre 2011 e 2021, assistiu-se a uma evolução positiva. Esta variação pode dever-se à evolução das necessidades verificadas no mercado de trabalho com a terciarização da economia, à extensão da escolaridade obrigatória, à maior facilidade de acesso aos ensinos profissional e superior e aos apoios à educação. Em 2011, segundo dados dos Censos, a população sem qualquer tipo de habilitação em Angra do Heroísmo era cerca de 19,1%, abaixo do verificado

na realidade regional. Nesse mesmo ano, o conjunto da população que possuía até ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, atingia 46,9% da população concelhia, mas em 2021 este indicador reduziu 10,9 pontos percentuais. Por sua vez, a nível regional, observou-se uma diminuição de 11,5 pontos percentuais. Não obstante a diminuição mais expressiva a nível regional, verificasse, em 2021, em Angra do Heroísmo, uma menor representatividade da população com nível de escolaridade até ao 1.º Ciclo do Ensino Básico.



Tabela 4 - Nível de escolaridade da população da Região Autónoma dos Açores e do concelho de Angra do Heroísmo (à data dos Censos)

	Açores		Angra do Heroísmo	
	2011	2021	2011	2021
Nenhum	20,86%	13,73%	19,08%	12,69%
Ensino Básico - 1º Ciclo	26,80%	22,41%	27,77%	23,28%
Ensino Básico - 2º Ciclo	17,54%	15,14%	16,11%	13,27%
Ensino Básico - 3º Ciclo	15,75%	17,40%	15,69%	17,36%
Ensino Secundário e Pós-Secundário	10,85%	18,78%	11,36%	18,66%
Ensino Superior	8,20%	12,54%	10,00%	14,75%

Fonte: INE (2022)

Tabela 5 - Nível de escolaridade da população do concelho de Angra do Heroísmo, por sexo (à data dos Censos)

	2011		2021	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Nenhum	18,99%	19,16%	12,92%	12,47%
Ensino Básico - 1º Ciclo	27,27%	28,25%	22,50%	24,01%
Ensino Básico - 2º Ciclo	18,36%	13,97%	15,46%	11,20%
Ensino Básico - 3º Ciclo	17,24%	14,21%	19,59%	15,26%
Ensino Secundário e Pós-Secundário	10,64%	12,05%	18,18%	19,11%
Ensino Superior	7,50%	12,36%	11,35%	17,95%

Fonte: INE (2022)

De referir que, independentemente do ano e da realidade em análise, a população com o 1º ciclo do Ensino Básico representa uma maior proporção da população, do que qualquer outro ciclo de estudos isoladamente.

Em 2021, regista-se mais de metade da população do concelho de Angra do Heroísmo com habilitações iguais ou superiores ao 3.º Ciclo do Ensino Básico.

No período considerado, verifica-se a nível regional e concelhio um aumento da representatividade da população que possui pelo menos o Ensino Secundário.

Não obstante, é de registar no município uma maior proporção de habitantes que possuem estes níveis de escolaridade em comparação com a região, destacando-se que a maior disparidade verificada entre a região e o concelho respeita à população com Ensino Superior. O maior grau de escolarização no município, em relação à região, pode ser explicado pela presença de um polo da Universidade dos Açores no município, e, ainda, pelo facto de uma grande parte da atividade económica municipal se desenvolver no setor terciário, onde são exigidos maiores



níveis de formação e conhecimento especializado.

Ao observar os dados do município de Angra do Heroísmo relativos, ao nível de escolaridade por género, é possível observar algumas dissemelhanças entre indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino. Entre 2011 e 2021, verifica-se um decréscimo da proporção de indivíduos de ambos os géneros sem nenhum nível de escolaridade, sendo este mais expressivo no género feminino, o qual apresenta a menor concentração de população sem

escolaridade. No que concerne aos indivíduos com pelo menos o Ensino Secundário, também se registou uma melhoria da escolaridade em ambos os géneros, sendo esta mais expressiva no género feminino. A maior diferença entre o nível de escolaridade detido por homens e mulheres, em 2021, é observável em indivíduos com o Ensino Superior, verificando-se uma diferença de 6,6 pontos percentuais entre a proporção de mulheres e homens com este grau de escolaridade no concelho

Tabela 6 - Nível de escolaridade da população do concelho de Angra do Heroísmo, por freguesia (à data dos Censos de 2021)

	Nenhum	Básico			Secundário e pós-secundário	Superior
		1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo		
Angra do Heroísmo	12,69%	23,28%	13,27%	17,36%	18,66%	14,75%
Altares	13,78%	28,62%	15,55%	17,67%	16,49%	7,89%
Nossa Senhora da Conceição	11,64%	23,45%	11,43%	18,24%	17,92%	17,32%
Santa Luzia	13,35%	22,38%	10,12%	16,84%	19,59%	17,73%
São Pedro	10,04%	15,54%	9,15%	16,25%	22,03%	26,99%
Sé	9,27%	15,84%	8,94%	15,63%	19,83%	30,50%
Cinco Ribeiras	13,62%	26,06%	13,91%	18,89%	18,01%	9,52%
Doze Ribeiras	12,53%	30,16%	14,39%	19,03%	17,40%	6,50%
Feteira	13,03%	19,88%	13,33%	15,56%	19,73%	18,47%
Porto Judeu	12,43%	27,52%	15,53%	17,66%	19,62%	7,24%
Posto Santo	13,19%	21,44%	14,74%	16,88%	19,98%	13,77%
Raminho	10,99%	34,05%	16,38%	14,87%	14,66%	9,05%
Ribeirinha	14,19%	28,39%	13,51%	15,44%	16,73%	11,73%
Santa Bárbara	13,76%	29,40%	15,40%	18,22%	16,89%	6,33%
São Bartolomeu de Regatos	13,17%	21,80%	12,81%	17,72%	21,07%	13,43%
São Bento	12,41%	21,79%	13,36%	17,71%	18,12%	16,61%
São Mateus da Calheta	14,80%	21,45%	14,80%	17,47%	17,58%	13,90%
Serreta	15,19%	34,49%	12,03%	15,82%	16,77%	5,70%
Terra Chã	12,47%	21,33%	15,93%	20,22%	17,80%	12,26%
Vila de São Sebastião	12,21%	28,37%	15,53%	16,85%	17,82%	9,23%

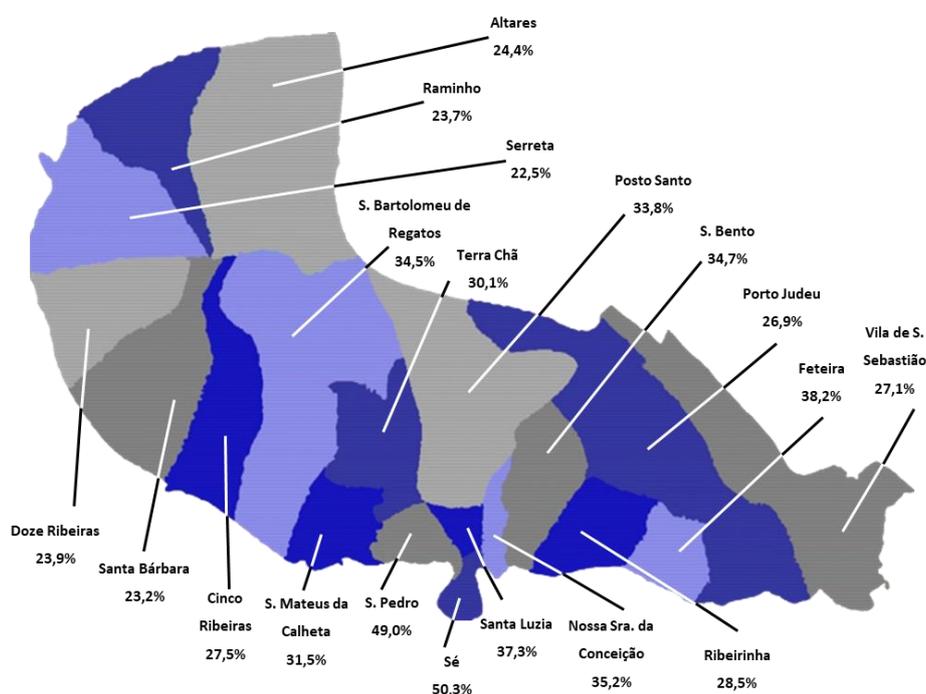
Fonte: INE (2022)



Analisando os dados por freguesia, verifica-se que as freguesias da cidade de Angra do Heroísmo apresentam a maior concentração populacional com os maiores níveis de escolaridade, destacando-se as freguesias de São Pedro e da Sé, onde cerca de 50% da

população detém pelo menos o Ensino Secundário. As zonas rurais do concelho apresentam as proporções mais reduzidas de população com nível de escolaridade igual ou superior ao Ensino Secundário, cifrando-se entre os 23% e os 30%.

Figura 3 - Proporção da população residente com nível de escolaridade igual ou superior ao Ensino Secundário, em Angra do Heroísmo, à data dos Censos de 2021, por freguesia



Fonte: INE (2022)

A análise à taxa de abandono escolar nos Açores evidencia uma evolução positiva na qualificação dos açorianos e nos esforços desenvolvidos para contrariar o abandono escolar. No ano letivo de 2020/2021, segundo dados do INE, ainda se verifica 6,4% dos alunos Açoreanos a abandonar o Ensino Básico. Relativamente a Angra do Heroísmo, é

possível observar que este concelho apresenta taxas de abandono escolar inferiores à média regional nos 1º e 3º ciclos, destacando-se neste último uma diferença de 4 pontos percentuais na taxa de desistências. Esta diferença traduz uma maior transição relativa de alunos para o Ensino Secundário e Superior, o que se tem verificado pelo



aumento dos níveis de escolaridade em Angra do Heroísmo, no período em análise. É importante mencionar que estas taxas de abandono escolar estão influenciadas pelo alargamento da

escolaridade obrigatória, estabelecida pela Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, reforçado pelo Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto.

Tabela 7 - Taxa de abandono escolar no ensino básico na Região Autónoma dos Açores e no Concelho de Angra do Heroísmo

Nível de ensino	Açores		Angra do Heroísmo	
	2012 / 2013	2020 / 2021	2012 / 2013	2020 / 2021
Ensino Básico	16,9%	6,4%	15,2%	6,0%
Ensino Básico - 1º Ciclo	11,1%	4,7%	10,5%	4,6%
Ensino Básico - 2º Ciclo	17,0%	4,4%	18,0%	9,1%
Ensino Básico - 3º Ciclo	24,9%	9,9%	20,0%	6,0%

Fonte: INE (2022)

2.2 Caracterização Socioeconómica

Neste subcapítulo, caracteriza-se circunstanciadamente a situação socioeconómica do concelho de Angra do Heroísmo. Expõe-se uma análise a várias dimensões sociais e económicas, designadamente o desenvolvimento económico e empresarial do concelho e o seu impacto no nível de vida das populações, os setores económicos predominantes e a sua evolução, o

mercado laboral, a proteção social dos habitantes, o setor da saúde, a habitação, a segurança e a justiça. Com o intuito de averiguar e identificar formas de desigualdade, conducentes a formatos de exclusão social, foi realizada, quando possível e pertinente, a desagregação dos dados por sexo, idade e outras variáveis consideradas relevantes para o diagnóstico.

2.2.1 Evolução económica

O concelho de Angra do Heroísmo tem experienciado ao longo da última década e até à pandemia da COVID-19, um claro desenvolvimento económico, destacando o impulso conferido pelo setor turístico. De referir que, este

desenvolvimento foi limitado por via da redução do efetivo da Base das Lajes, materializada a partir de 2015, que condicionou a economia da ilha Terceira. De modo a contrariar esta adversidade, foram implementadas

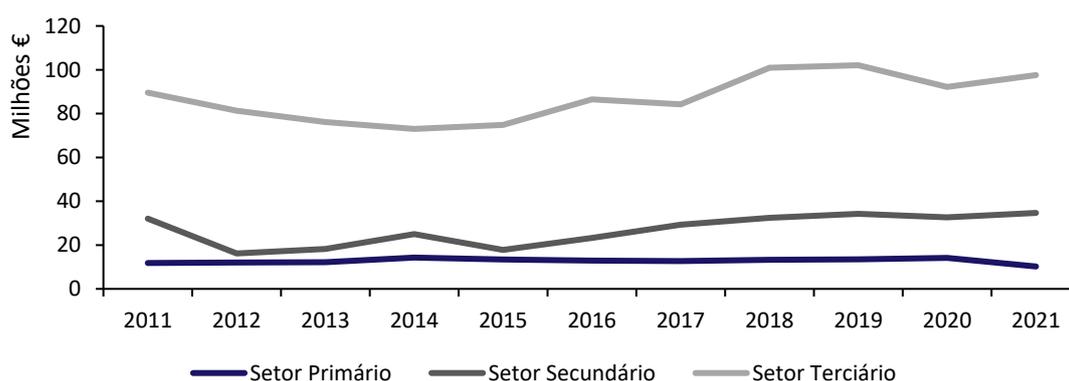


várias medidas de mitigação dos efeitos causados à economia, nomeadamente, o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT) (Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 5/2015/A, de 20 de fevereiro) e o Programa especial de apoio social para a Ilha Terceira (Lei n.º 9/2016, de 4 de abril).

O município de Angra do Heroísmo apresenta uma economia fortemente

terceirizada, sendo, assim, o setor dos serviços responsável pela maioria das atividades desenvolvidas no concelho. Segundo o INE, em 2021, o setor terciário contribuía para 68,5% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) criado no município, valor superior ao indicador regional (61,3%). Por sua vez, o setor primário era aquele que menos contribuía para a criação de riqueza no município, com apenas 7,2% do VAB.

Gráfico 6 - Valor Acrescentado Bruto (VAB), em euros, das empresas, por setor de atividade, no concelho de Angra do Heroísmo



Fonte: INE (2023)

De salientar a evolução do VAB gerado no setor terciário, com especial destaque para o período entre 2017 e 2019, podendo o mesmo estar relacionado com a dinamização do turismo após a liberalização parcial do espaço aéreo. Em 2020 observa-se um ligeiro retrocesso no VAB criado nos setores secundário e terciário, que pode advir das medidas de controlo adotadas

contra a pandemia da COVID-19, com consequências ao nível da redução da atividade económica de uma forma generalizada. Não obstante, em 2021 verifica-se uma ligeira recuperação económica, em ambos os setores. Relativamente ao setor primário não se registam alterações consideráveis entre 2011 e 2020. Por sua vez, em 2021 observa-se uma quebra de 27,6% no

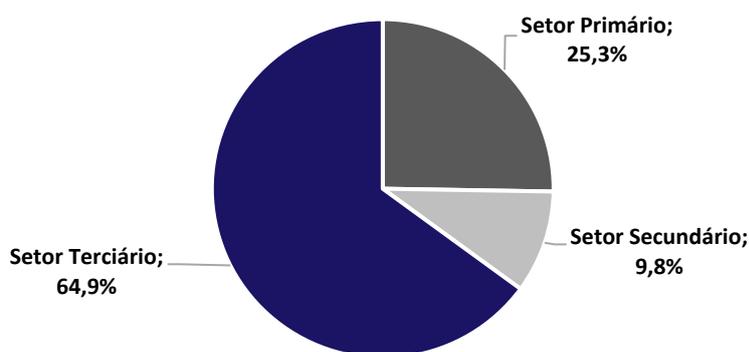


VAB gerado neste setor, a qual pode estar associada à dinâmica induzida pelo COVID-19.

A análise às empresas sedeadas no concelho de Angra do Heroísmo, em 2021, revela a predominância de entidades do setor terciário (64,9%), responsáveis pela empregabilidade de 63,9% dos trabalhadores de Angra do Heroísmo. O setor secundário

contempla 9,8% das entidades do concelho, empregando 21,3% dos trabalhadores concelhios, acomodando o maior número de trabalhadores por entidade. Finalmente, o setor primário, apresenta, aproximadamente, um quarto das empresas do município e 14,7% das pessoas empregadas, ligeiramente superior à realidade regional (12,8%).

Gráfico 7 – Empresas, por setor de atividade, no concelho de Angra do Heroísmo, em 2021



Fonte: INE (2023)

A análise à evolução do número de empresas sedeadas em Angra do Heroísmo, de 2011 a 2020, evidencia um período de crescimento económico após a crise das dívidas soberanas de 2008. Neste período, o número de empresas aumentou 15% (599 empresas). O setor das atividades imobiliárias foi o que mais aumentou, em termos relativos, 63,3% (19 empresas). A este setor seguiram-se o setor do alojamento, restauração e

similares, 56,3% (111 empresas); o setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, com mais 24,8% de empresas (231); e o setor das atividades administrativas e dos serviços de apoio, com mais 54,4% de empresas (221). No período em análise, vários setores apresentaram quebras, destacando-se as mais significativas associadas ao setor do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (140) e educação (40).



Tabela 8 – Empresas, por atividade económica, no concelho de Angra do Heroísmo

Setor de Atividade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1 297	1 257	1 218	1 231	1 204	1 171	1 163
Indústrias extrativas	1	1	1	1	1	1	1
Indústrias transformadoras	151	153	155	159	165	157	162
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	1	1	1	0	0	0
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	4	5	5	7	7	5	5
Construção	223	236	245	254	260	262	283
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	631	605	590	583	578	547	542
Transportes e armazenagem	68	71	68	69	64	62	62
Alojamento, restauração e similares	198	219	254	315	325	299	308
Atividades de informação e de comunicação	41	42	49	46	47	46	46
Atividades imobiliárias	30	35	36	48	49	49	49
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	359	359	359	397	402	399	415
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	512	520	598	625	611	599	627
Educação	161	167	165	172	170	165	184
Atividades de saúde humana e apoio social	292	289	297	295	317	349	366
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	134	153	155	164	166	153	171
Outras atividades de serviços	202	211	201	211	219	215	219
Total	4 304	4 324	4 397	4 578	4 585	4 479	4 603

Fonte: INE (2023)

Os dados expostos evidenciam a recente diminuição de empresas ligadas ao setor primário, contrastando com a realidade presente na globalidade dos setores secundário e terciário. No que respeita ao setor terciário, o crescimento é, em grande medida, impulsionado por empresas associadas ao setor turístico.

Relativamente ao poder de compra *per capita* no município de Angra do Heroísmo, de acordo com dados do PORTATA, este indicador concelho regista valores médios inferiores à média nacional e superiores à média regional, entre os anos de 2009 a 2019.

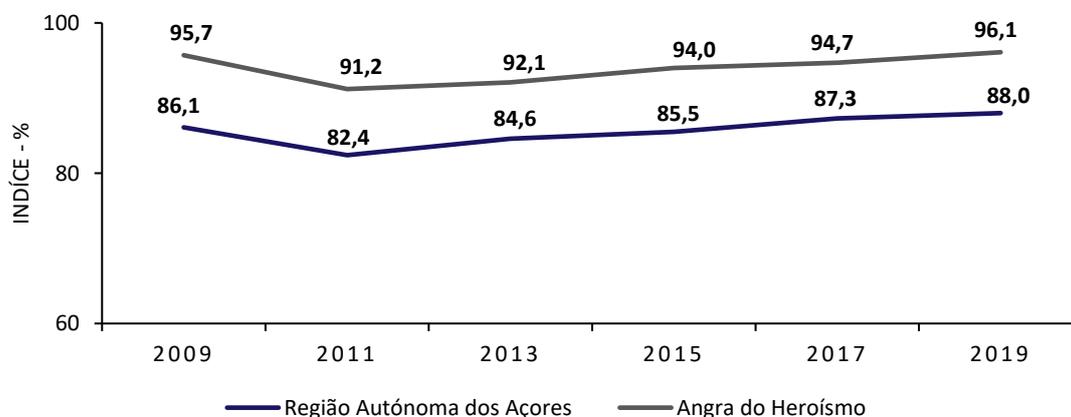
Entre 2009 e 2011, verificou-se uma tendência divergente entre a realidade concelhia e nacional, constatando um decréscimo relativo do poder de compra concelho em relação ao valor nacional.

A partir de 2013, a tendência inverteu-se, registando-se neste período uma tendência convergente com a realidade nacional. De referir que, em 2019, no período em análise, o poder de compra *per capita* concelho registou o valor mais próximo do indicador nacional.

No hiato considerado, as tendências regional e concelhia mantiveram uma evolução em concordância.



Gráfico 8 - Poder de compra *per capita* na Região Autónoma dos Açores e no concelho de Angra do Heroísmo (Base 100 – Portugal)



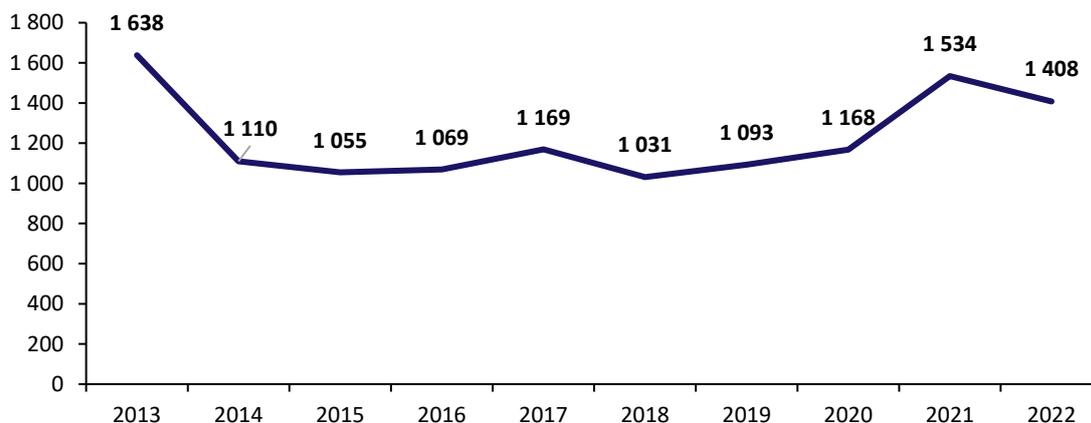
Fonte: PORDATA (2023)

A pandemia da COVID-19 e a mais recente instabilidade económica que se seguiu ao deflagrar da Guerra na Ucrânia potenciaram a degradação da capacidade financeira das famílias açorianas. Estas alterações foram de igual modo visíveis pelos dados do Banco Alimentar Contra a Fome da Ilha Terceira, para o município de Angra do Heroísmo. Esta entidade representa a maioria dos apoios em bens alimentares prestados pelas instituições que operam no município de Angra do Heroísmo, pelo que o número de pessoas apoiadas por esta IPSS reflete a realidade e as tendências de evolução da população com dificuldades económicas extremas, ao ponto de comprometer as suas necessidades básicas. Entre 2013 e 2014, o número de beneficiários desta

instituição registou uma forte diminuição, após o pico de pedidos de ajuda registado na pior fase da última crise económico-financeira. Registou-se uma evolução relativamente estável entre 2014 e 2019, embora com ligeiras subidas em 2016 e 2017, possivelmente fruto do impacto económico associado à Base das Lajes na economia terceirense. Entre 2019 e 2021, observa-se um crescimento exponencial das famílias apoiadas em Angra do Heroísmo pelo Banco Alimentar, sendo registado em 2021 o valor mais elevado da série, com um crescimento dos apoios de 31,3% face ao ano anterior. Em 2022, observa-se uma diminuição das famílias apoiadas por esta instituição, ainda que registando um valor muito superior ao registado no período pré pandémico.



Gráfico 9 - N.º de famílias apoiadas Banco Alimentar da ilha Terceira no concelho de Angra do Heroísmo



Fonte: Banco Alimentar Contra a Fome da Ilha Terceira (2023)

Além do apoio prestado à comunidade pelo Banco Alimentar, o concelho de Angra do Heroísmo conta ainda com uma vasta rede de serviços e equipamentos de apoio à sociedade, abrangendo várias valências e diversos públicos alvo. É de destacar o número de respostas sociais associadas à população idosa, seguindo-se as crianças e jovens,

como o público que apresenta uma maior oferta de respostas sociais. Adicionalmente, verificam-se ainda respostas sociais especializadas no cuidado a pessoas adultas com deficiência, pessoas vítimas de violência doméstica e pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico.

Tabela 9 - Número de respostas da rede de serviços e equipamentos de apoio social e a sua capacidade no município de Angra do Heroísmo, em 2020

Área de intervenção	Subárea de intervenção social	Respostas	Capacidade
Infância e juventude	Crianças e jovens	36	2 060
	Crianças e jovens em situação de sem abrigo	10	442
População adulta	Pessoas idosas	38	2 044
	Pessoas adultas com deficiência	6	162
	Pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico	4	57
Família e comunidade	Família e comunidade em geral	11	658
	Pessoas vítimas de violência doméstica	2	115
Total		107	5 538

Nota: Os dados apresentados correspondem ao número de respostas e não a edifícios, verificando-se diferentes respostas nas mesmas instalações.

Fonte: Direção Regional da Solidariedade Social (2021)

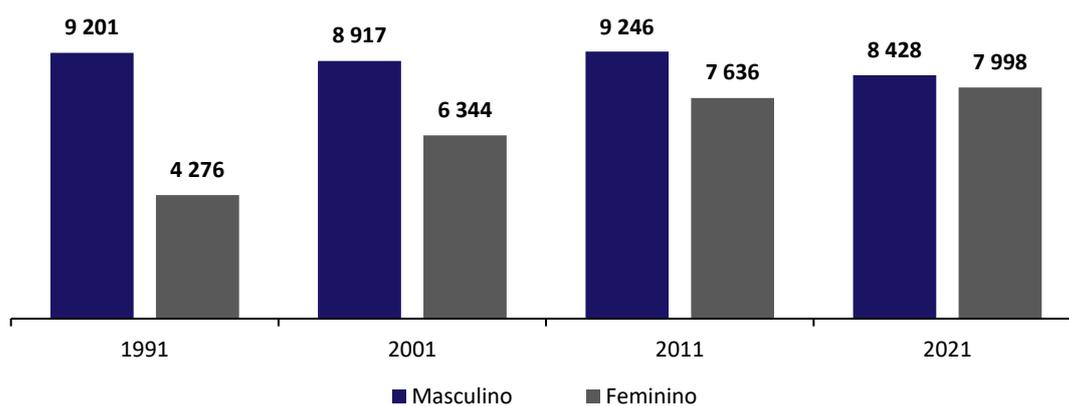


2.2.2 Mercado Laboral

A evolução do mercado de trabalho está estreitamente associada às tendências verificadas nos setores das atividades económicas. Por conseguinte, tendo em consideração a evolução positiva da atividade turística, a terciarização da economia e a melhoria do poder de compra, importa analisar quais as consequências no mercado laboral. Segundo os dados dos Censos de 2021,

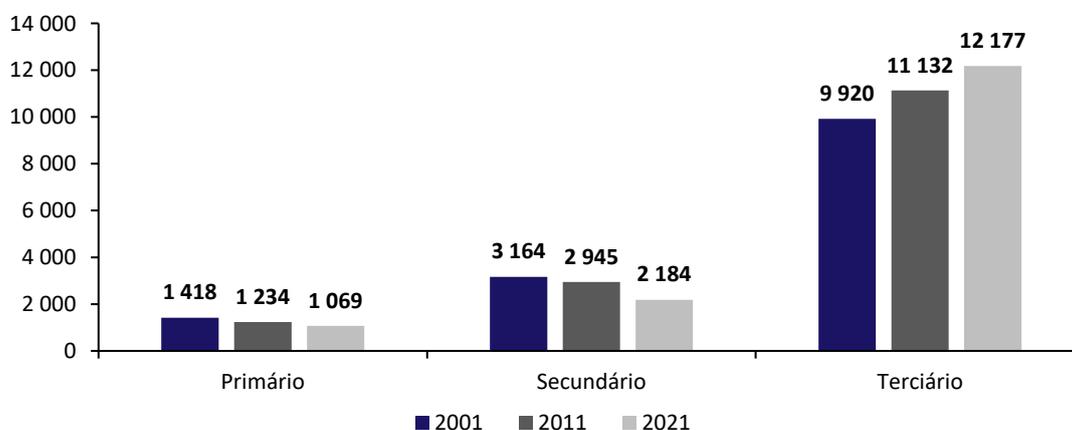
o crescimento da população ativa em Angra do Heroísmo deve-se ao aumento exponencial do número de mulheres que integraram o mercado de trabalho ao longo dos anos que antecederam a última década. Esta evolução verificada no género feminino, ainda que tenha contribuído para atenuar a diminuição do género masculino, não conteve a redução global da população ativa (3%).

Gráfico 10 - População ativa no concelho de Angra do Heroísmo (à data dos Censos)



Fonte: INE (2023)

Gráfico 11 - População empregada no concelho de Angra do Heroísmo por setor de atividade (à data dos Censos)



Fonte: INE (2023)



Em Angra do Heroísmo, entre 2001 e 2021, o processo de terciarização da economia refletiu-se no aumento da população empregada apenas no setor terciário, que ganhou ainda mais relevância pela diminuição da população empregada nos setores primário e secundário, e da população ativa de uma forma geral. O setor secundário registou a maior diminuição relativa do efetivo entre 2011 e 2021, com um decréscimo de 25,8%, seguindo-se o setor primário com uma diminuição de 13,4% neste período.

No que concerne ao valor do ganho médio mensal (que inclui horas extra, subsídios e prémios) dos trabalhadores de Angra do Heroísmo, de acordo com dados do INE, em 2021, este valor cifrou-se em 1.133,9€, representando o

quinto valor mais elevado dos trabalhadores por conta de outrem da Região Autónoma dos Açores, somente atrás dos concelhos de Vila do Porto, Ponta Delgada, Horta e Santa Cruz das Flores. Madalena, Lagoa, Povoação, Calheta, Lajes do Pico, Nordeste e Vila Franca do Campo destacam-se como os únicos concelhos com um salário médio mensal inferior a mil euros.

Relativamente às médias regional e nacional, o salário médio de Angra do Heroísmo é ligeiramente superior ao indicador regional (1.126,1€) e inferior em sensivelmente 155€ à média nacional (1.289,5€), representando um ganho médio mensal de cerca de 87,9% do salário médio mensal nacional, em 2021.

Tabela 10 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (em euros) no concelho de Angra do Heroísmo, por setor de atividade e por sexo, em 2021

	Homens	Mulheres	Global
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	909,3	865,3	906,4
Indústria, construção, energia e água	1072,4	1053,7	1069,5
Serviços	1173,7	1146,5	1158,3
Todos os setores de atividade	1129,5	1139,0	1133,9

Fonte: INE (2023)

Analisando os dados por sexo, percebe-se que existem pequenas disparidades salariais entre trabalhadores por conta de outrem do sexo masculino e do sexo feminino nas empresas do concelho de

Angra do Heroísmo. Considerando todos os setores de atividade, cada mulher ganhou, em média, cerca de 9,5€ a mais do que os homens (+0,8%), em 2021. São dados relevantes, que se



coadunam com as diferenças ao nível da literacia observadas, uma vez que as mulheres residentes em Angra do Heroísmo apresentam habilitações literárias superiores às dos homens. No entanto, observado isoladamente as

mulheres, estas apresentam um salário médio mensal inferior ao dos homens nas atividades referentes ao setor primário (-4,8%), na indústria, construção, energia e água (-1,7%) e no setor dos serviços (-2,3%).

Gráfico 12 - Ganho médio mensal, em Angra do Heroísmo, por nível de educação



Fonte: INE (2023)

A partir dos dados relativos ao ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por nível de educação, em Angra do Heroísmo, referente ao ano de 2021, de acordo com o INE, é possível verificar uma correlação evidente entre o nível de educação e o ganho médio mensal dos trabalhadores. Ainda que um nível de educação

superior não traduza necessariamente um ganho superior, observam-se diferenças significativas entre alguns níveis, destacando-se os níveis mais elevados, nomeadamente, a diferença média de 67,7% entre os trabalhadores que completaram o mestrado e os que possuem uma licenciatura.

2.2.3 Proteção Social

A proteção social é um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa, que pretende garantir a proteção dos cidadãos de

forma a diminuir a sua exposição a determinadas situações de risco social, maioritariamente assegurado pelo Estado. Este é um direito basilar da



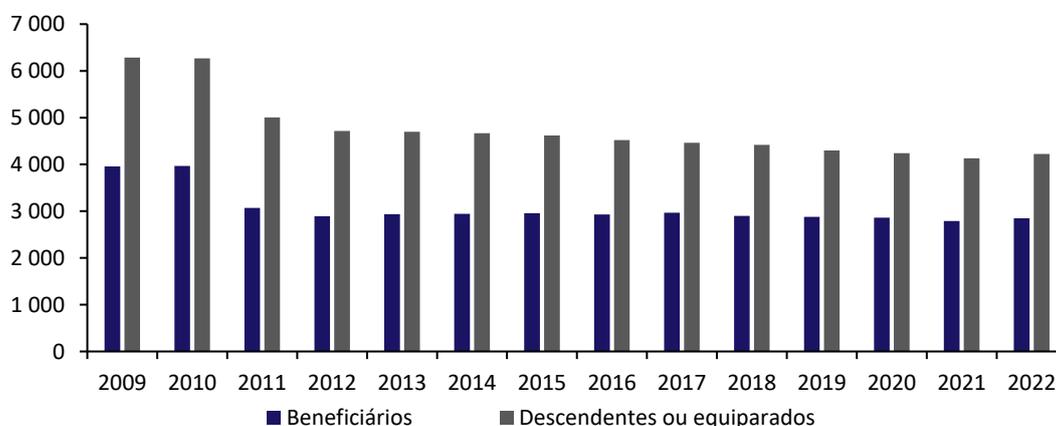
democracia portuguesa, que visa garantir a dignidade da pessoa humana (princípio fundamental da Constituição da República Portuguesa) sempre que ocorram eventualidades (incapacidade para o trabalho, velhice, morte, pertença a grupos sociais mais vulneráveis, desemprego, entre outros).

De modo a compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e à educação de crianças e jovens, é disponibilizada às famílias uma prestação pecuniária, designada abono de família. Em 2021, esta prestação verificou o seu valor mais baixo de beneficiários em Angra do Heroísmo, desde 2009, 2.790, correspondente a 4.133 descendentes ou equiparados elegíveis. Pela primeira vez, em mais de uma década, verificou-se, em 2022, um

ligeiro aumento dos beneficiários deste apoio. Não obstante, este é um valor substancialmente inferior aos valores registados em 2009 e 2010, resultante das alterações às regras de atribuição do abono de família introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 116/2010, de 22 de outubro, que tornou mais exclusivo o acesso a esta prestação social.

O número de beneficiários do abono de família correspondia a 11,1% da estimativa da população residente, em Angra do Heroísmo, em 2009. Uma vez que, à data não estão disponíveis dados relativos às estimativas da população para 2022, em 2021, o número de beneficiários do abono de família correspondia a 8,3% da estimativa da população residente, consoante os dados dos Censos 2021.

Gráfico 13 - N.º de beneficiários e n.º de descendentes e equiparados do abono de família para crianças e jovens em Angra do Heroísmo



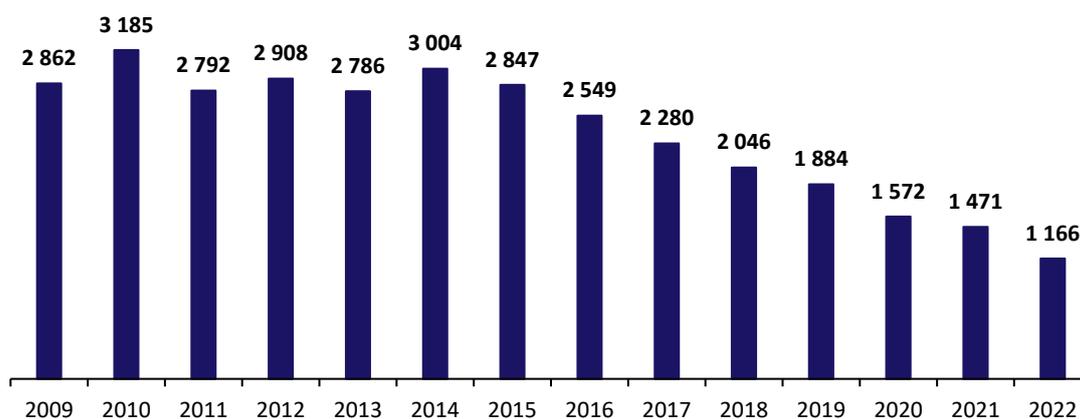
Fonte: PORDATA (2023)



No que concerne ao Rendimento Social de Inserção, que corresponde à prestação pecuniária destinada a contribuir para a satisfação de necessidades mínimas dos indivíduos e dos seus agregados familiares em

situação económica grave, registam-se, em 2022, 1.166 indivíduos como beneficiários desta prestação social. O valor registado em 2022 traduz o registo mais baixo desde o ano de 2009.

Gráfico 14 - N.º de beneficiários do Rendimento Social de Inserção em Angra do Heroísmo



Fonte: PORDATA (2023)

Denota-se um grande crescimento de beneficiários durante o período da crise económica e financeira, atingindo o pico em 2010 (3.185). Entre 2010 e 2011, registou-se uma diminuição de 12,3% dos beneficiários desta prestação social, no entanto, o valor continuou a oscilar entre descidas e subidas até ao ano de 2014, registando decréscimos desde então, culminando no mínimo em 2022. É de salientar as diminuições de beneficiários registados em 2020 e 2021, embora as condicionantes impostas pela COVID-19 e pelo conflito bélico que se seguiu na Ucrânia.

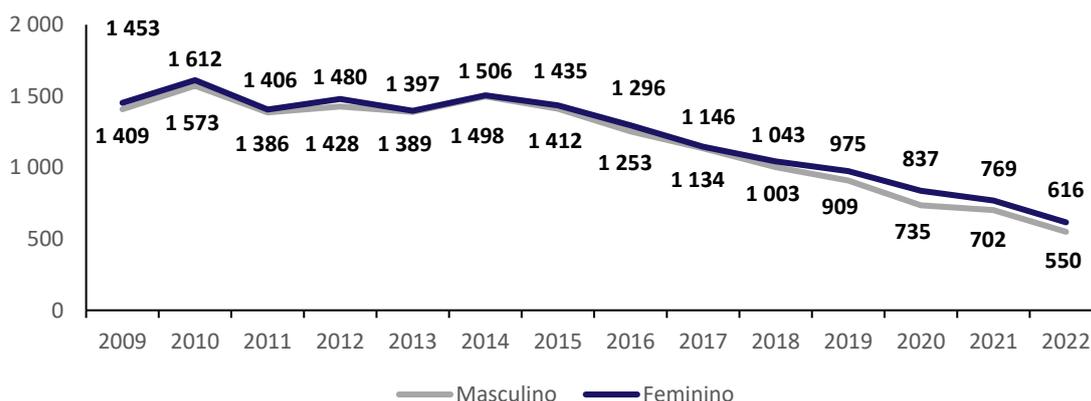
Não obstante, no âmbito do Semestre Europeu de 2019, a Comissão Europeia recomendou a Portugal melhorar a eficácia da rede geral de proteção social, alertando para o facto de que a adequação do regime de rendimento mínimo ser dos mais baixos da União Europeia (proporciona um rendimento que corresponde a apenas 40% do limiar nacional de pobreza). Acrescenta ainda que, mantendo o atual regime, as pessoas mais vulneráveis poderão ser fortemente afetadas caso se verifique um abrandamento económico.



Ao desagregar, por sexo, os dados dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, é possível depreender que no período em análise o número de mulheres a beneficiar desta prestação social registou valores ligeiramente superiores aos homens, embora ambos apresentem as mesmas tendências e valores similares. Somente em 2020 se registou uma maior divergência entre os beneficiários do sexo masculino e do

sexo feminino. Um dos fatores que poderá justificar a diferença de género no número de beneficiários desta prestação social poderá ser a maior facilidade que os homens possuem em se inserirem no mercado de trabalho nos setores primário e secundário, nomeadamente, em trabalhos que envolvam força física superior como na pecuária e na construção.

Gráfico 15 - N.º de beneficiários do Rendimento Social de Inserção em Angra do Heroísmo, por sexo



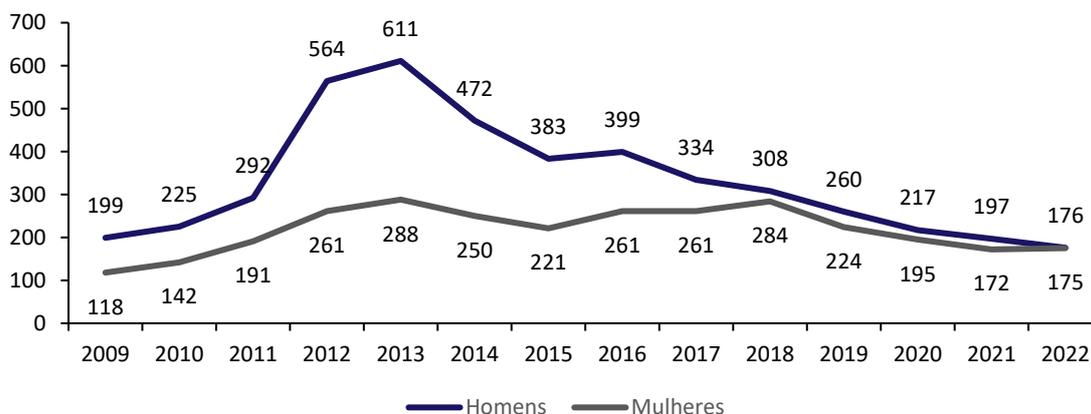
Fonte: PORDATA (2023)

Os maiores impactos do desemprego no sexo masculino durante e após a crise económica e financeira são perceptíveis pelo número de beneficiários do subsídio de desemprego no concelho de Angra do Heroísmo. Na série 2009-2022, o número de homens beneficiários do subsídio de desemprego foi superior ao das mulheres beneficiárias, verificando-

se, durante o período da crise, um crescimento muito mais pronunciado no sexo masculino do que no sexo feminino. No entanto, também se verifica que esta tendência é cada vez menos notória e, em 2022, a diferença entre os dois géneros foi de apenas 1 indivíduo (em 2013 era de 323 indivíduos).

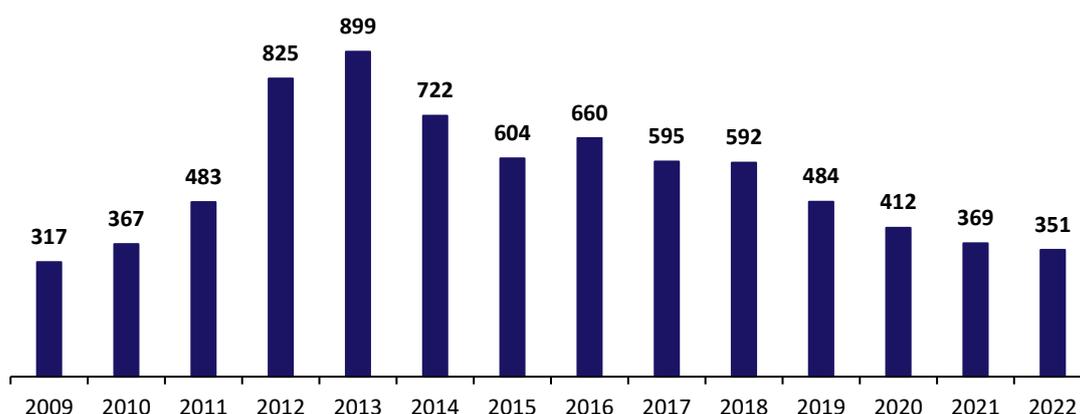


Gráfico 16 - N.º de beneficiários do Subsídio de Desemprego em Angra do Heroísmo, por sexo



Fonte: PORDATA (2023)

Gráfico 17 - N.º de beneficiários do Subsídio de Desemprego em Angra do Heroísmo



Fonte: PORDATA (2023)

Os dados do número de beneficiários do subsídio de desemprego revelam ainda que, em 2022, foi registado o valor mais baixo desde 2011. É uma diminuição de 59% face a 2013, o valor mais elevado no espaço temporal considerado. Poderá, pois, indiciar uma evolução da taxa de desemprego no concelho que acompanha as diminuições verificadas na taxa de desemprego oficial da Região

Autónoma dos Açores (publicadas pelo SREA).

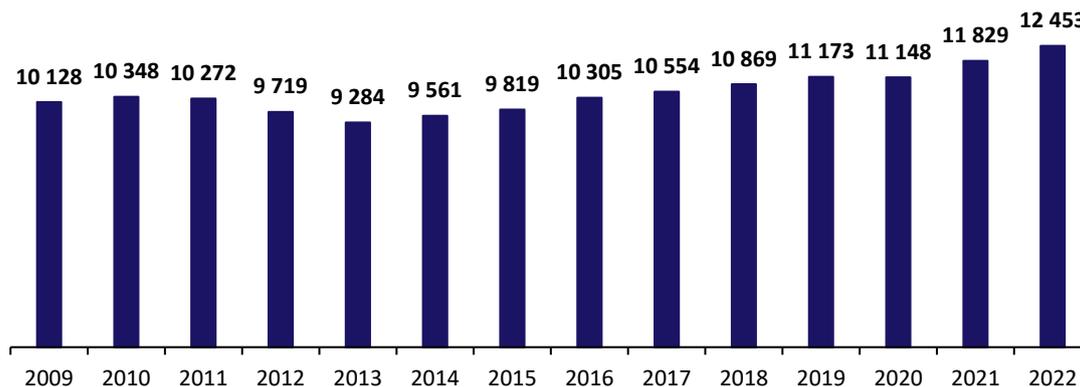
Para além do indicador analisado, importa observar o aumento, a partir de 2013, dos trabalhadores por conta de outrem, com declaração de remuneração à Segurança Social, que revela a evolução positiva da população empregada no município. Em 2020, assiste-se a uma ligeira diminuição



motivada pela contração económica resultante da pandemia da COVID-19, sendo retomada, em 2021, a tendência de crescimento, verificando-se em

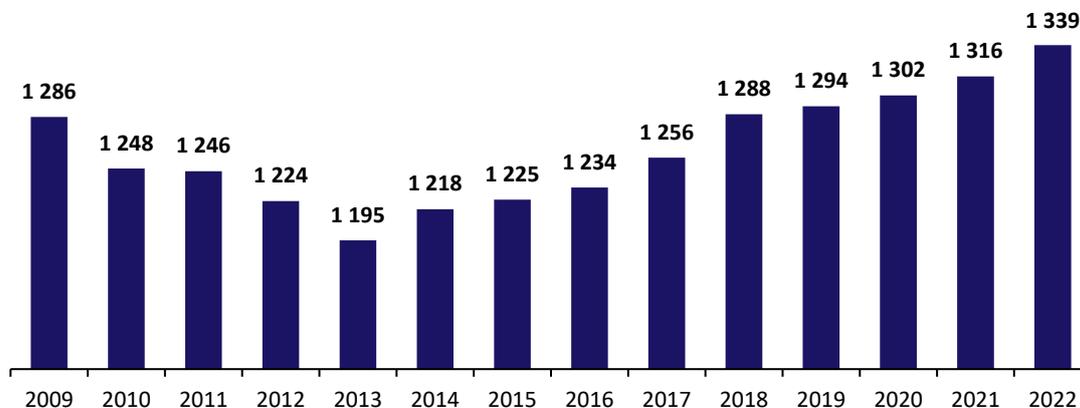
2022, o valor mais alto na série em análise, representando um crescimento de 23% face a 2009.

Gráfico 18 - N.º de trabalhadores por conta de outrem, com declaração de remuneração à Segurança Social, em Angra do Heroísmo



Fonte: PORDATA (2023)

Gráfico 19 - N.º de entidades empregadoras a contribuir para a Segurança Social em Angra do Heroísmo



Fonte: PORDATA (2023)

Importa ainda, destacar que, em concordância com o aumento do número de trabalhadores a contribuir para a Segurança Social, verifica-se, a partir de 2013, um aumento do número de entidades empregadoras a contribuir para este sistema de proteção social.

Esta evolução socioeconómica concelhia positiva contribuiu para a diversificação do tecido empresarial, para o fortalecimento do mercado laboral e para a própria sustentabilidade e eficácia do sistema de proteção social do país. Não obstante o crescimento



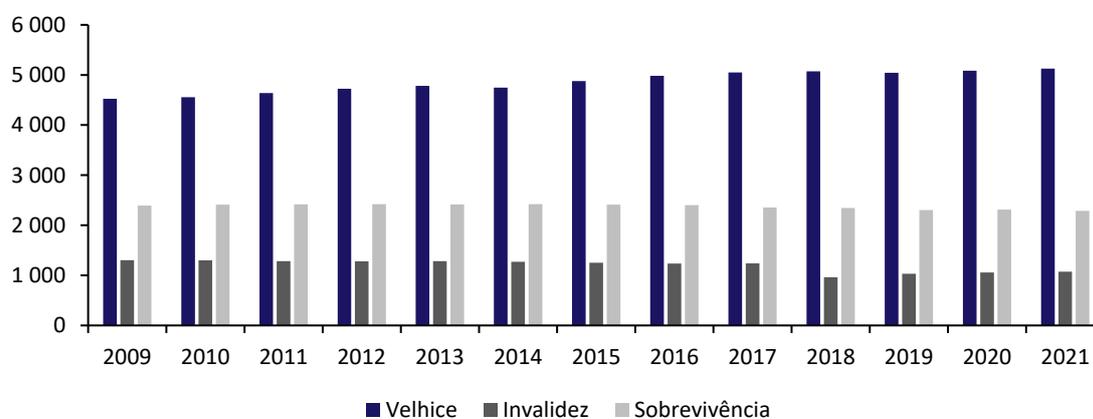
verificado no número de empresas entre 2009 e 2022, importa salientar que este se cifrou em 4,1%, enquanto que o número de trabalhadores sofreu um incremento de 23%, no mesmo período. Esta situação traduz um crescimento da dimensão média das empresas do município.

Adicionalmente aos apoios a indivíduos em situação económica grave, em situação de desemprego e para a compensação de encargos durante a infância, o sistema de proteção social de Portugal atribui pensões de invalidez (atribuído a quem possui incapacidade permanente para o trabalho), pensões de velhice (atribuído a quem atinge uma determinada idade e tempo de descontos para a Segurança Social após reforma do emprego) e pensões de

sobrevivência (concedida a cônjuges de beneficiários falecidos para compensar a perda de rendimentos derivado do falecimento).

O crescimento do número de beneficiários de pensões de velhice da Segurança Social em Angra do Heroísmo, mesmo considerando os aumentos impostos na idade legal da reforma, evidencia, novamente, o progressivo envelhecimento da população residente. Os beneficiários desta prestação social cresceram 13,3% em 2021 (último ano com dados disponíveis), face a 2009. Em sentido contrário, há menos 17,6% beneficiários de pensões de sobrevivência e menos 4,4% de pensões de invalidez, em 2021 comparativamente a 2009.

Gráfico 20 - N.º de pensionistas da Segurança Social em Angra do Heroísmo, por tipo de pensão



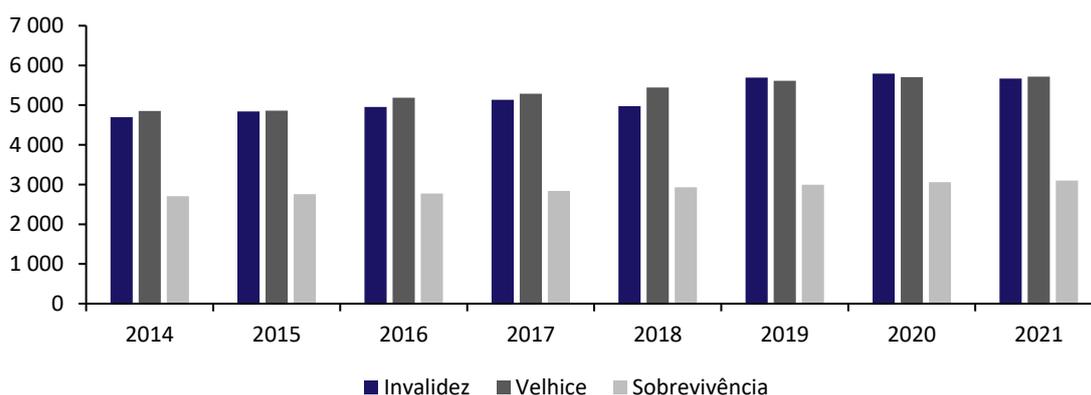
Fonte: PORDATA (2023)



Segundo dados do INE, pode verificar-se que o valor médio anual das pensões atribuídas aos beneficiários do regime de proteção da Segurança Social, no município de Angra do Heroísmo, tem registado uma evolução positiva em todas as tipologias de pensões, entre 2014 e 2021. No período considerado, apenas em 2018 observou-se um ligeiro decréscimo na pensão de invalidez. Em termos globais, o valor médio anual das

pensões atribuídas no município cresceu 18,7% em 2021 face a 2014, cifrando-se em 4.995€, inferior às médias regional (5.254€) e nacional (5.845€). Nada obstante, o valor atribuído no concelho angrense era, em 2021, o quinto mais elevado na região, antecedido dos concelhos de Ponta Delgada (6.252€), Vila do Porto (6.117€), Praia da Vitória (6.105€) e Lagoa (5.315€).

Gráfico 21 - Valor médio anual das pensões da segurança social em Angra do Heroísmo, por tipo de pensão



Fonte: INE (2023)

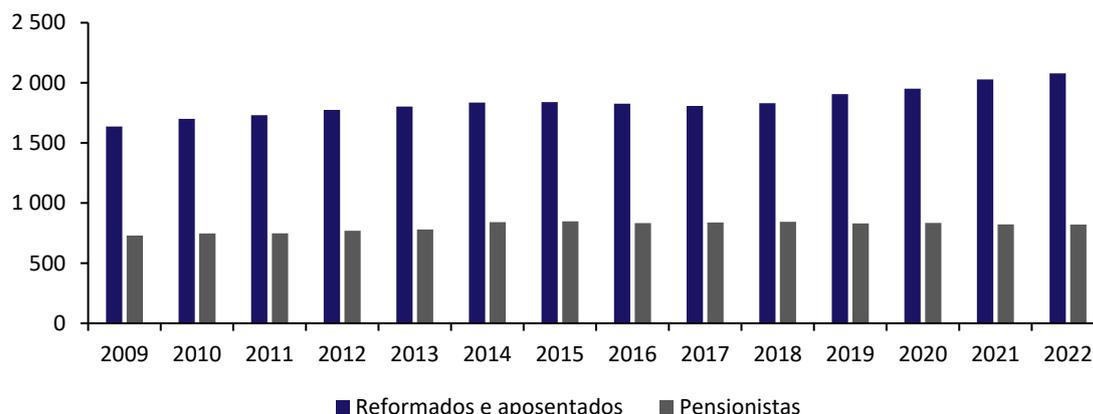
Para além das pensões atribuídas pela Segurança Social, o sistema de proteção social português contempla, ainda, um sistema destinado aos funcionários públicos (Caixa Geral de Aposentações), que garante a proteção social aos trabalhadores admitidos na função pública até 31 de dezembro de 2005. Este sistema encontra-se fechado desde esta data.

O número de beneficiários da CGA subiu entre 2009 e 2015, registando ligeiros decréscimos em 2016 e 2017. Entre 2018 e 2022, regista-se novamente um aumento dos beneficiários da CGA.

Em 2021, Angra do Heroísmo apresentava, em percentagem da população residente, uma maior proporção de pensionistas da CGA (9,7%), relativamente à região (7,3%).



Gráfico 22 - N.º de pensionistas da Caixa Geral de Aposentações em Angra do Heroísmo, por tipo de pensão



Fonte: PORDATA (2023)

2.2.4 Saúde

Os cuidados de saúde são, de igual forma, um direito dos cidadãos portugueses previsto na Constituição da República Portuguesa. Para assegurar esse direito, entre outros, incumbe ao Estado Português garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação e estabelecer políticas de prevenção e tratamento da toxicod dependência. Incorpora, por isso, os princípios da igualdade entre todos os cidadãos e de não discriminação e exclusão em função da sua situação económica.

Em 1979, foi criado o Sistema Nacional de Saúde (SNS) com o objetivo de garantir o direito da saúde aos cidadãos

portugueses. Gozando de competência para definir e executar as suas próprias políticas de saúde, a Região Autónoma dos Açores procedeu à criação do Serviço Regional de Saúde (SRS), de forma a conjugar a realidade geográfica e demográfica dos Açores com o estipulado na Lei de Bases da Saúde.

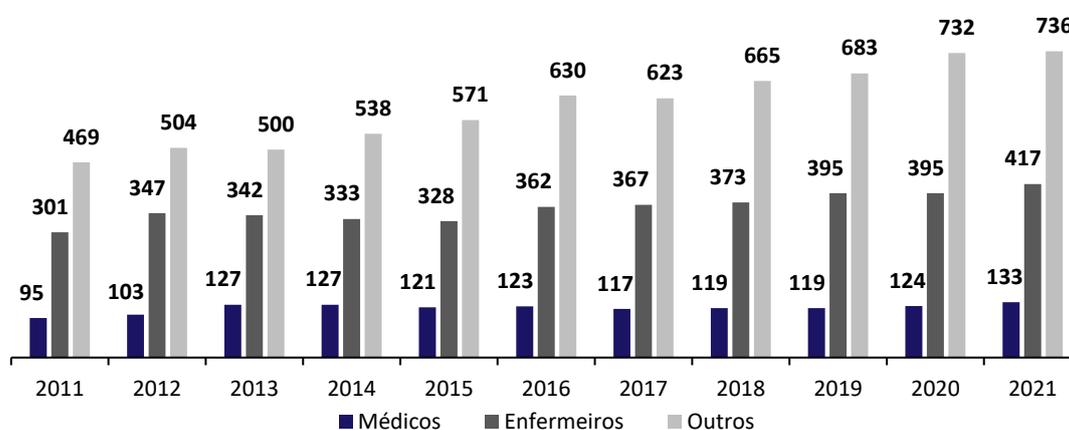
O concelho de Angra do Heroísmo conta com um dos três hospitais públicos regionais, o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT) e com a Unidade de Saúde da Ilha Terceira, que integra o Centro de Saúde de Angra do Heroísmo, ambos pertencentes ao SRS. Para além destas unidades de saúde públicas, ainda se encontram situados no município diversos serviços de saúde.



Segundo dados do SREA, encontravam-se ao serviço do hospital público da ilha Terceira, em 2021, 1.286 colaboradores, dos quais 133 eram médicos, 417 eram enfermeiros e 736 estavam registados como pessoal afeto a outras funções. Em relação a 2011, verifica-se um crescimento nas três categorias em análise, sendo mais expressivo na

categoria das outras funções. Esta rubrica apresentou o maior crescimento em termos absolutos (267) e relativos (56,9%), no intervalo temporal considerado. Não obstante, a falta de pessoal continua a ser uma das maiores críticas apontadas pelos hospitais do SNS e, por inerência, ao SRS.

Gráfico 23 - Pessoal ao serviço no Hospital Santo Espírito da Ilha Terceira



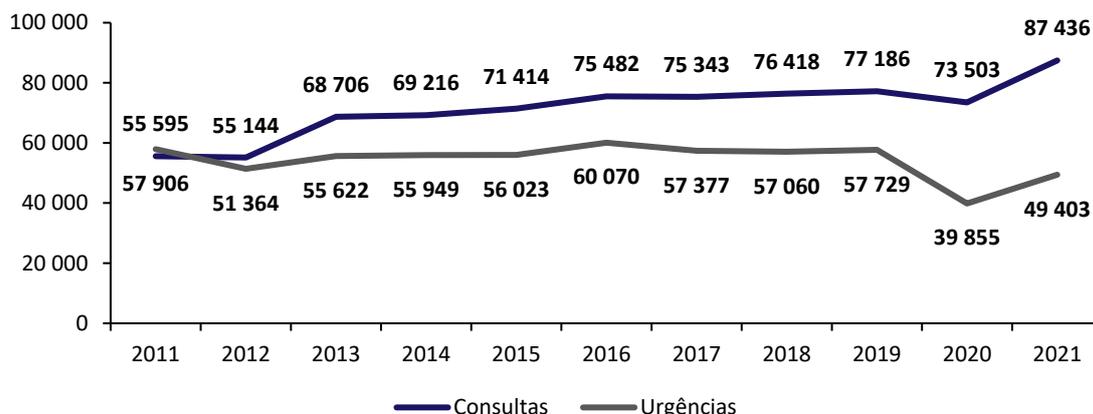
Fonte: SREA (2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022)

Entre 2011 e 2019, assistiu-se a uma tendência crescente tanto nas consultas, como nas urgências realizadas no HSEIT, embora com ligeiros decréscimos pontuais. Por sua vez, o ano de 2020 é marcado por uma forte quebra nas urgências, na ordem dos 31%, relativamente a 2019, podendo a mesma ser justificada pelas limitações de circulação e dos cuidados da população resultantes da pandemia

da COVID-19. Não obstante, verificou-se uma redução muito inferior nas consultas externas (4,8%). Em 2021, ainda que sob o efeito pandémico, denota-se uma forte melhoria dos indicadores em análise, verificando-se uma subida de 13,3% das consultas efetivadas face a 2019. Todavia, o número de atendimentos em urgência permaneceu 14,4% abaixo de registado no ano pré pandémico.



Gráfico 24 - N.º de consultas e urgências no Hospital Santo Espírito da Ilha Terceira

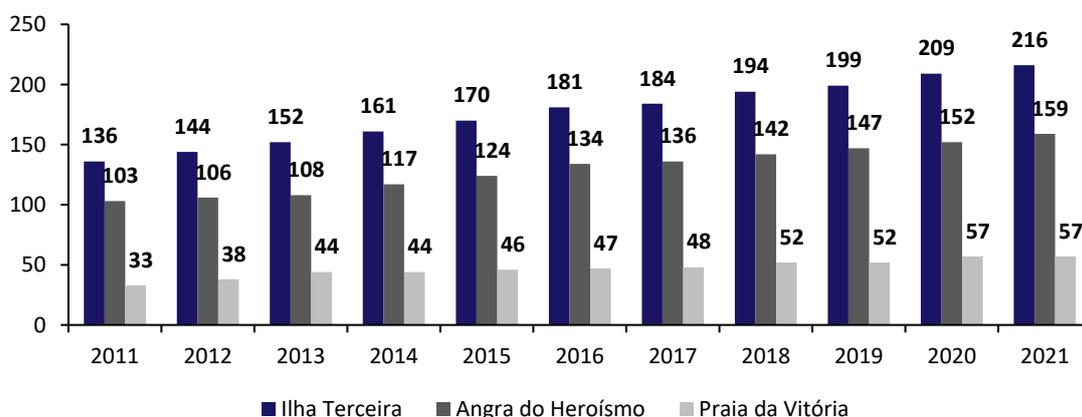


Fonte: SREA (2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022)

A análise à evolução do setor da saúde em Angra do Heroísmo, pode ainda ser complementada através dos dados referentes à dinâmica do número de médicos que exercem atividade no município, incluindo os que prestam serviços em estabelecimentos de saúde privados, em centros médicos ou em consultórios privados. Se, entre 2011 e

2021, o número de médicos no HSEIT aumentou em 38, o número total de médicos na ilha cresceu em 80 profissionais, sendo 56 respeitantes ao município de Angra do Heroísmo (segundo dados do PORDATA). Há, por isso, um notório crescimento no número de médicos a prestar serviços para além dos afetos ao hospital público.

Gráfico 25 - N.º de médicos na ilha Terceira e por concelho



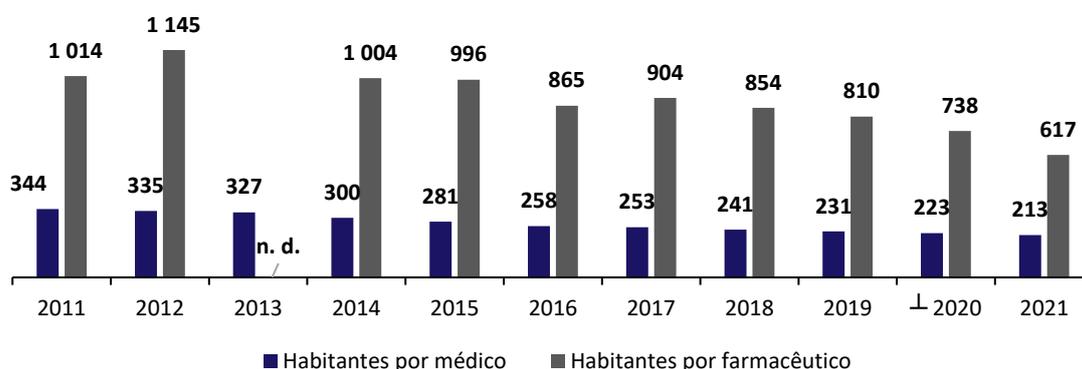
Fonte: PORDATA (2023)



O crescimento no número de médicos em Angra do Heroísmo gera um impacto positivo no indicador de número de habitantes por médico. Assim, se em 2011 havia cerca de 344 habitantes por cada médico, em 2021 este indicador

cifra-se em 213 (-38%), viabilizando uma maior cobertura populacional. Com uma quebra relativa semelhante (39,2%), também o número de habitantes por farmacêutico apresentou uma variação positiva ao longo da última década.

Gráfico 26 - N.º de habitantes por médico e por farmacêutico em Angra do Heroísmo



Fonte: PORDATA (2023)

2.2.5 Habitação

À semelhança da Região, a liberalização parcial do espaço aéreo, conjugada com as boas acessibilidades que o município dispõe, contribuiu para o crescimento do turismo, nos últimos anos, situação que tem incentivado uma maior pressão no mercado habitacional, por via, nomeadamente, da aquisição por cidadãos estrangeiros ou para a exploração da atividade de alojamento local ou turístico. A pressão descrita tem resultado num aumento de preços de venda e do arrendamento dos alojamentos para habitação

permanente, principalmente na cidade, o que poderá promover a deslocalização de famílias da cidade para a periferia ou para zonas rurais.

A habitação é um direito fundamental consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP) que se encontra previsto no artigo 65.º, “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”. Neste sentido, prevê-se, novamente, a

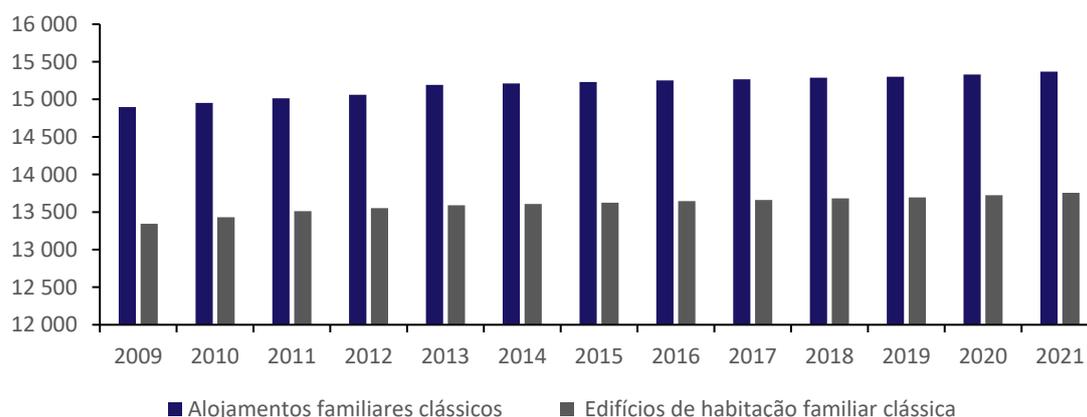


igualdade e a não discriminação e exclusão dos cidadãos, especialmente em função da sua situação económica.

De acordo com os dados do PORDATA, entre 2009 e 2021 (último ano com

dados disponíveis), o número de alojamentos familiares clássicos e o número de edifícios de habitação familiar clássica registaram um ligeiro aumento em Angra do Heroísmo.

Gráfico 27 - N.º de alojamentos familiares clássicos e n.º de edifícios de habitação familiar clássica em Angra do Heroísmo



Fonte: PORDATA (2023)

Em 2021, o número de alojamentos familiares clássicos era de 15.575 e o número de edifícios de habitação era de 13.813, comparativamente com os 14.897 e os 13.344 verificados em 2009, respetivamente. A evolução relativa entre 2009 e 2021, para os dois indicadores, cifra-se em 4,6% e 3,5%, respetivamente, verificando-se, desta forma, um crescimento do parque habitacional do concelho. Esta evolução também se reflete no número médio de alojamentos por quilómetro quadrado que, em 2009, era de 62, passando para 64, em 2021.

No que concerne à distribuição do parque edificado, por período de construção, é possível observar tanto na nos concelhos da ilha Terceira, como na Região como um todo, que a maioria dos edifícios existentes apresentam entre 30 e 40 anos. Em particular, o concelho de Angra do Heroísmo apresentava em 2021 cerca de 23,5% dos edifícios construídos no decorrer dos 20 anos antecedentes, valor superior ao verificado no concelho da Praia da Vitória (22,2%), e na globalidade regional (22,9%).



Tabela 11 - Edifícios por período de construção, na Região Autónoma dos Açores, na ilha Terceira e nos seus concelhos (à data dos Censos de 2021)

	Região Autónoma dos Açores	Ilha Terceira	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória
Antes de 1919	6 225	1 383	651	732
1919 - 1945	9 396	1 586	669	917
1946 - 1960	11 457	2 235	1 066	1 169
1961 - 1980	18 337	3 778	2 293	1 485
1981 - 1990	17 080	5 819	4 291	1 528
1991 - 2000	15 014	2 710	1 592	1 118
2001 - 2005	10 120	2 376	1 503	873
2006 - 2010	8 527	1 903	1 120	783
2011 - 2015	2 151	477	320	157
2016 - 2021	2 171	478	308	170
Total	100 478	22 745	13 813	8 932

Fonte: INE (2023)

A evolução do valor médio dos prédios transacionados em Angra do Heroísmo transpõe a pressão sentida na procura de alojamentos, destacando-se a subida do preço dos alojamentos, sobretudo, como se referiu, após a liberalização parcial do espaço aéreo regional. Entre 2009 e 2013, o valor médio dos prédios transacionados sofreu um decréscimo, ainda no período de rescaldo da crise económica financeira de 2008. O ano de 2015 é marcado pelo valor mais elevado no período observado, sofrendo no ano de 2016 um decréscimo para níveis próximos de 2014.

Entre 2016 e 2019, a taxa de variação do valor médio dos prédios transacionados, em Angra do Heroísmo, foi de 84,9%, verificando-se neste ano o segundo

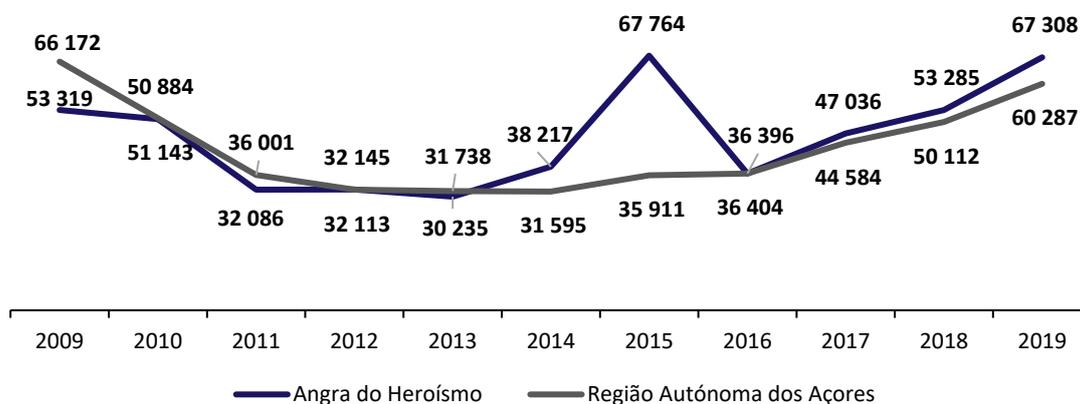
valor mais elevado da série, superior ao valor verificado em 2009.

De referir que, Angra do Heroísmo destaca-se como o quinto concelho com valor médio mais alto de toda a Região, superior à média regional. Ademais, convém mencionar que, no hiato temporal considerado, observa-se uma tendência convergente entre as duas realidades, excluindo-se o ano de 2015.

O valor mediano das vendas dos alojamentos familiares, por metro quadrado, em Angra do Heroísmo, de 2016 a 2022, apresenta uma tendência de crescimento (dados do INE), em consonância com o observado na Região.



Gráfico 28 - Valor médio dos prédios transacionados em Angra do Heroísmo e comparação relativa à RAA

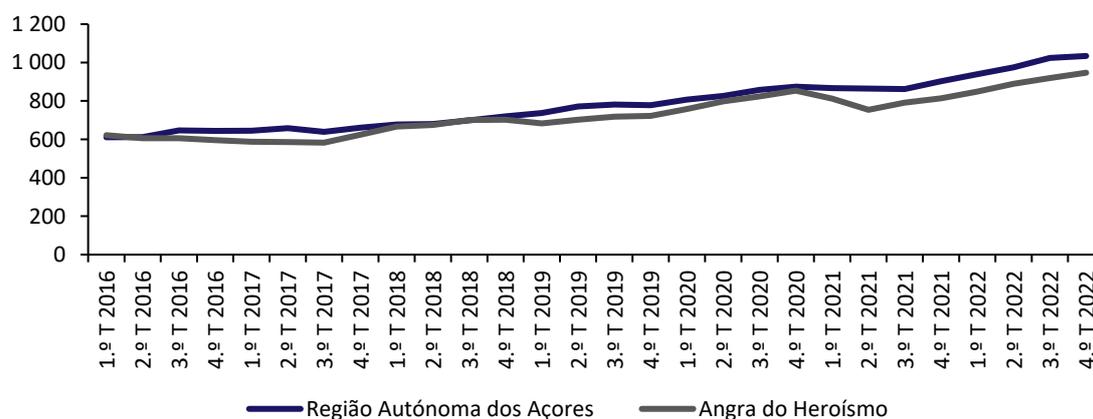


Fonte: PORDATA (2023)

A variação neste período temporal foi de 55,4%, atingindo o valor de 947€, no final do ano de 2022. As variações trimestrais mais significativas no valor mediano, em Angra do Heroísmo, ocorreram em 2017 e 2021, com variações de +7,0% e -7,1%, respetivamente. Angra do Heroísmo

apresenta o sexto valor mais alto nos Açores, sendo, no entanto, inferior à média regional. Não obstante, no período em análise, o facto do indicador municipal apresentar um crescimento considerável, este foi inferior, em termos relativos, ao verificado a nível regional (69,2%).

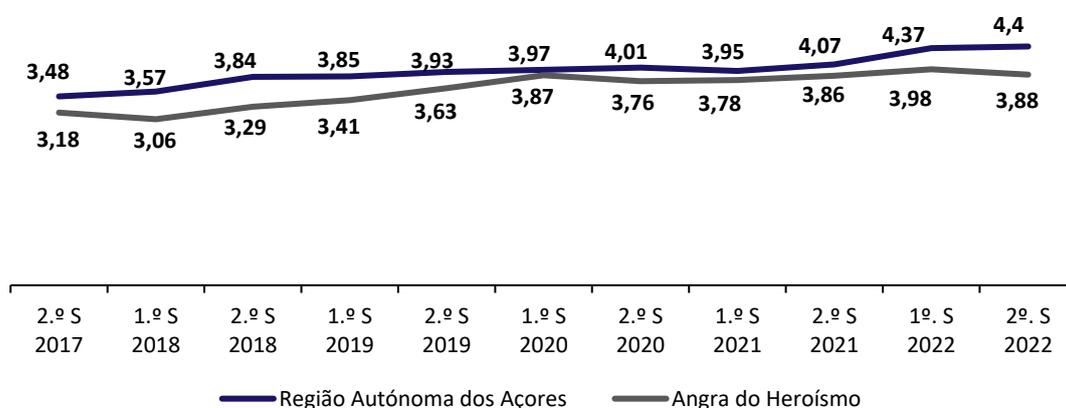
Gráfico 29 - Valor mediano por m² das vendas de alojamentos familiares, nos últimos 12 meses, em Angra do Heroísmo



Fonte: INE (2023)



Gráfico 30 - Valor mediano (euros €) por m² dos novos contratos de arrendamento dos alojamentos familiares, nos últimos 12 meses, em Angra do Heroísmo



Fonte: INE (2023)

No que concerne ao arrendamento de alojamentos familiares, é possível verificar que o preço por metro quadrado dos novos contratos de arrendamento em Angra do Heroísmo (3,88€ no segundo semestre de 2022) é inferior à média regional (4,4€, no mesmo período temporal). No período em análise, registou-se uma subida de 25,2% no valor mediano por m² dos novos contratos de arrendamento, em Angra do Heroísmo. A maior variação registada neste período respeita ao concelho da Horta (39,3%).

Apesar da existência de inúmeros apoios e prestações sociais, ainda é possível observar um conjunto de

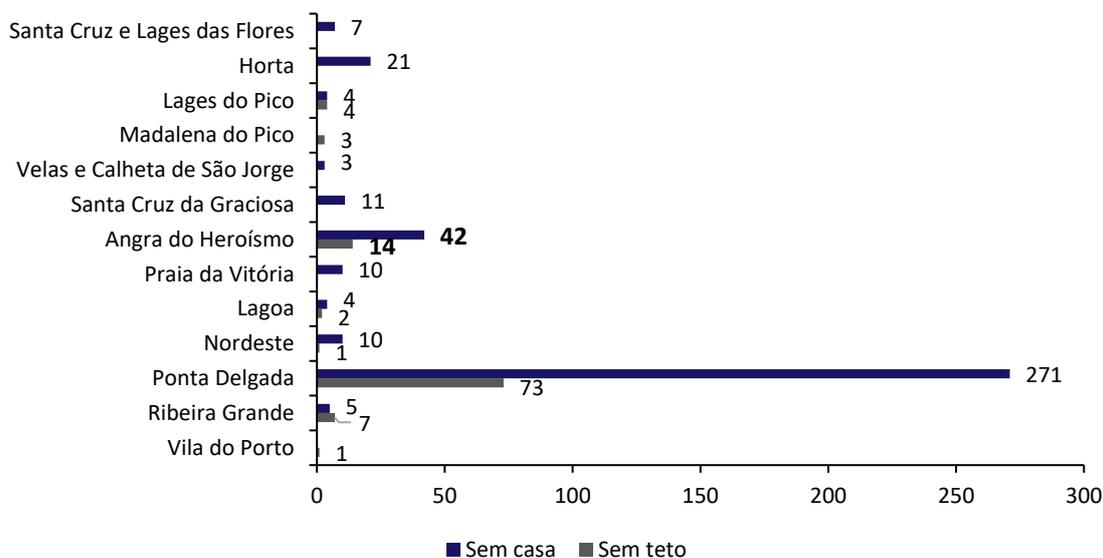
peças em situação de sem abrigo em vários concelhos da RAA, segundo dados do ano de 2020, divulgados por Fontes, *et al.* (2022).

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho, uma pessoa em condição de sem abrigo pode adotar duas condições:

- sem teto, habitando no espaço público, alojado em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário;
- sem casa, habitando em centros de alojamento temporário, em alojamentos específicos para pessoas sem casa.



Gráfico 31 - Pessoas em condição de sem abrigos nos concelhos dos Açores, em dezembro de 2020



Fonte: Estudo À Margem (2022)

De acordo com os dados disponíveis, referentes ao mês de dezembro de 2020, é possível observar que à data encontravam-se 56 pessoas em situação de sem abrigo no município de Angra do Heroísmo, encontrando-se 42 pessoas na condição de sem casa e 14 sem teto. Esta realidade coloca o município angrense na segunda pior posição no arquipélago, somente antecedido pelo concelho de Ponta Delgada.

2.2.6 Justiça e Segurança

A justiça e a segurança de cada cidadão, presentes na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, são direitos que assistem os cidadãos, independentemente das suas características e idiossincrasias. A

Importa destacar que, embora resida no concelho de Angra do Heroísmo 14,3% da população dos Açores, o município concentra somente 11,4% das pessoas em condição de sem abrigo na região.

Apenas os municípios do Corvo, São Roque do Pico, Vila Franca do Campo e Povoação não tinham registo de nenhum cidadão nas situações referidas.

exposição a determinadas realidades pode comprometer a segurança e o envolvimento na vida ativa de cada pessoa. Por exemplo, o tráfico de estupefacientes pode conduzir ou fomentar uma realidade como a



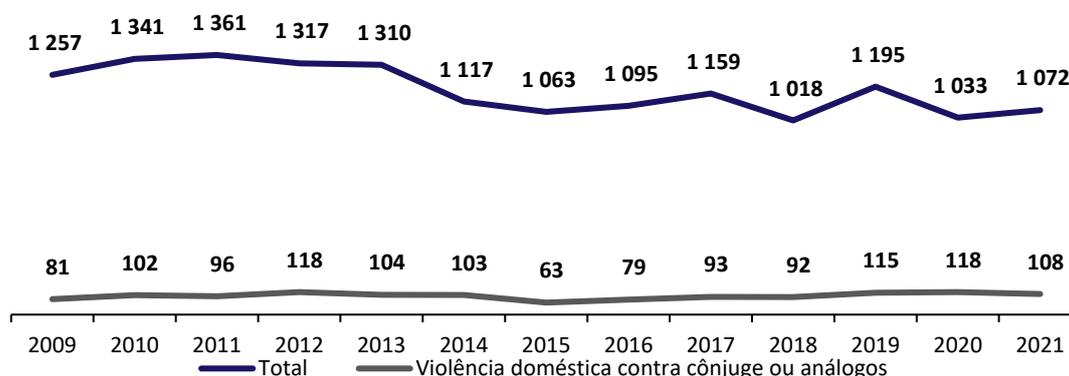
toxicodependência, que, por sua vez, além de ser classificada como uma patologia clínica, também alavanca situações de pobreza e exclusão social.

Segundo dados do PORDATA, a criminalidade, como um todo, tem registado uma evolução positiva no concelho de Angra do Heroísmo. Entre 2009 e 2021, registaram-se menos 185 ocorrências, traduzindo uma diminuição de 17,3%. Comprova-se, assim, uma tendência decrescente da criminalidade

no principal concelho da Ilha Terceira. Analisando o caso específico dos crimes relacionados com a violência doméstica, é possível denotar várias oscilações, registando-se o pico de atos em 2020.

Os dados reportados podem transpor a necessidade de uma atenção especial e o alargamento do trabalho preventivo das instituições que atuam na prevenção e tratamento desta problemática.

Gráfico 32 - N.º de crimes registados referentes a violência doméstica vs. Totalidade, no concelho de Angra do Heroísmo



Fonte: PORDATA (2023)

2.3 Focus Groups, Entrevistas e Inquéritos

Com o apanágio de reforçar o diagnóstico ao concelho de Angra do Heroísmo, além da análise de dados estatísticos e séries temporais, o estudo da realidade concelhia, inclui, adicionalmente, a análise de informação recolhida de fontes primárias. Neste

sentido, foi selecionado um conjunto alargado de entidades, as quais foram convidadas a participar num conjunto de *focus groups*, procurando recolher junto dos principais intervenientes, públicos e privados, o conhecimento e a perceção dos mesmos acerca da atual



situação em Angra do Heroísmo, no que diz respeito à pobreza e à exclusão social e à identificação dos principais alvos destes flagelos, bem como obter possíveis contributos na prevenção e combate dos mesmos.

2.3.1 Focus Groups e Entrevistas

A realização dos *focus groups* com entidades externas é um recurso fundamental para obter informação de cariz qualitativa dos principais intervenientes que combatem e atenuam situações de pobreza e exclusão social, tendo como base a atuação diária e a experiência destas organizações, possibilitando a recolha de possíveis contributos que permitirão orientar a estruturação de medidas de forma mais pormenorizada. Por outro lado, ainda que sem a dinâmica de grupo, o processo de entrevistas predisponha uma recolha de contributos semelhante à perspetivada através dos grupos alargados.

Foram inicialmente selecionadas 79 entidades, tendo sido possível estabelecer contacto com apenas 69 entidades para a participação nos *focus groups* temáticos dinamizados ou para a realização de uma entrevista individual,

Às várias entidades convidadas e a quem não foi possível comparecer nos *focus groups* realizados foi dada ainda a possibilidade de aplicação dos métodos de entrevista ou inquérito.

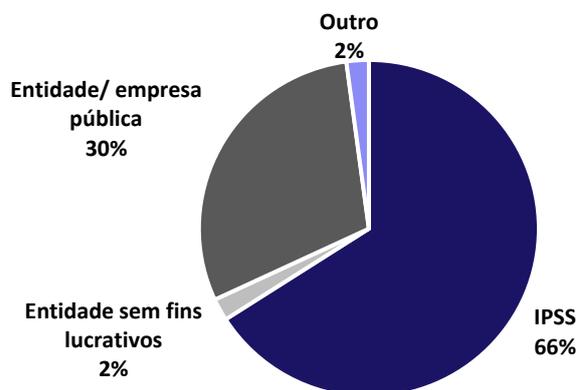
conforme a sua disponibilidade. Este conjunto de entidades foi selecionado tendo em consideração a sua missão, importância e atuação nos domínios acima referidos, no concelho de Angra do Heroísmo. A listagem de entidades selecionadas encontra-se no ANEXO I. Não obstante, somente 29 entidades estiveram representadas nos 5 *focus groups* temáticos realizados, enquanto que 9 entidades se mostraram disponíveis para colaborar através de uma entrevista.

Caracterização das entidades

De entre as 38 entidades auscultadas, destacam-se as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que representaram 65% das entidades. A amostra de entidades auscultadas tem ainda a presença de entidades públicas, na sua maioria Juntas de Freguesia, entidades sem fins lucrativos e uma instituição oficial não judiciária.



Gráfico 33 - Forma jurídica das entidades auscultadas



No que respeita às áreas de atuação das instituições que contribuíram para o estudo, destacam-se o trabalho desenvolvido em relação a crianças, a jovens, a solidariedade social, aos adultos e a pobreza, não obstante surjam outras áreas como a desigualdade e discriminação, o

trabalho com pessoas em situação de sem abrigo, a violência doméstica e migração. Em média, cada instituição intervém em 6 áreas de atuação distintas, registando-se casos onde a mesma instituição detém mais de 10 áreas distintas.

Gráfico 34 - Área de atuação das entidades auscultadas

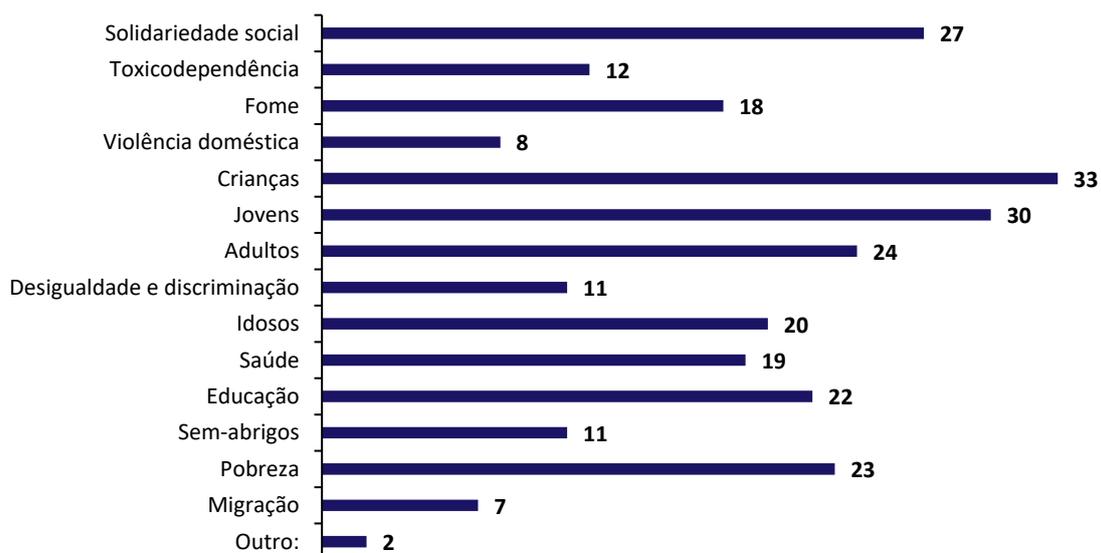
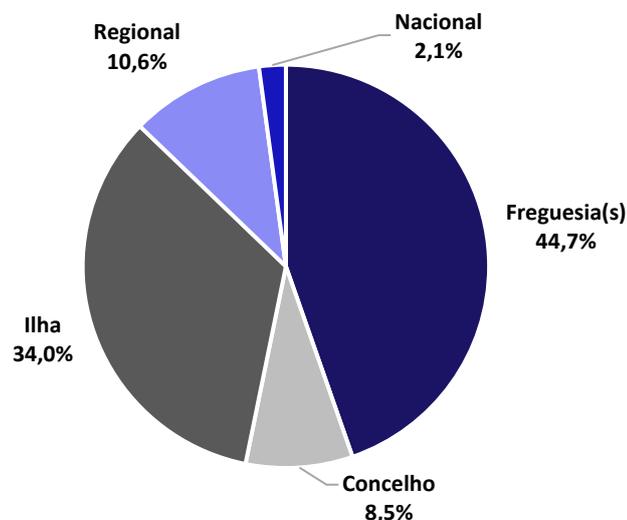




Gráfico 35 - Área geográfica de atuação das instituições



Por sua vez, ao repartir as instituições pelas suas áreas geográficas de atuação, é possível denotar que a maioria das instituições tem uma atuação marcadamente de freguesia. Estas entidades dizem respeito, na sua maioria, a Juntas de Freguesia, Casas do Povo e Centros Comunitários. De seguida, destaca-se a relevância das instituições que atuam numa vertente maioritariamente de ilha, neste caso, tratam-se de instituições, que embora possuam instalações no município de Angra do Heroísmo, recebem pessoas de toda a ilha. No que concerne às entidades de atuação regional e nacional, é possível observar delegações de ilha e regionais de federações ou entidades regionais e nacionais, respetivamente.

Para a implementação dos dois métodos de recolha de informação qualitativa foi elaborado um guião com 7 questões de resposta aberta. As questões foram estruturadas de acordo com os objetivos da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, procurando-se entender o grau de gravidade das situações de pobreza e exclusão social no concelho e o papel da autarquia e dos restantes órgãos governamentais regionais no combate às situações de pobreza e exclusão social. Foi ainda alvo de estudo a forma como os atores locais têm contribuído para combater as situações de pobreza e exclusão no município de Angra do Heroísmo e as principais dificuldades que estes enfrentam no decorrer da sua atividade. Por último,



procurou aferir-se até que ponto são promovidas práticas de intervenção e projetos inovadores nestes âmbitos, em Angra do Heroísmo, e possíveis ações com caráter de aplicação urgente para combater as situações relatadas no concelho.

De seguida, apresentam-se as principais conclusões que resultaram da implementação dos dois métodos operacionais descritos.

Situação atual de pobreza e exclusão social no concelho

De acordo com as entidades ouvidas, atualmente regista-se, de uma forma geral, um agravamento das situações de pobreza e exclusão existentes no município, influenciada primeiramente pelo surgimento da pandemia da COVID-19 e, mais recentemente, pela situação bélica vivida na Ucrânia.

Reunindo o consenso da globalidade das instituições auscultadas, atualmente observam-se dois principais grupos assolados por situações de pobreza e exclusão social. Com um destaque recente, são descritas famílias, que mesmo se encontrando empregadas, não têm capacidade de suportar a subida do custo de vida, salientando-se

o custo habitacional. Adicionalmente, são apontados casos cíclicos de pobreza geracional associados a famílias com beneficiários de longa duração de apoios sociais, onde se observa a falta de competências sociais e profissionais, sendo este o espírito presente no elo familiar.

No que respeita à população mais jovem são relatadas várias problemáticas, destacando-se o alargamento recente de casos de pobreza infantil e o agravamento das dependências, com uma maior prevalência do alcoolismo, ainda que a toxicodependência esteja em crescimento. Ao nível do consumo de droga, embora o recurso às novas substâncias psicoativas já seja uma realidade presente, é dado o alerta para o possível agravamento desta realidade. Segundo as entidades auscultadas, esta realidade encontra-se maioritariamente presente em jovens que integram famílias associadas à cognominada pobreza geracional. Na verdade, esta dinâmica familiar espelha um reflexo em várias vertentes do percurso dos jovens, tais como, falta de valorização da escola e dos seus benefícios e o absentismo escolar em resultado da falta de apoio familiar. De salientar que, para as



entidades, estas situações têm resultado no aumento de jovens NEET.

Não obstante, a falta de responsabilização e de transmissão de valores por parte dos responsáveis familiares são problemáticas apontadas a uma franja mais generalizada da população, ainda que com diferentes impactos socioeconómicos.

Em consonância ao apontado à população juvenil, também os munícipes adultos apresentam problemas de dependências crescentes. O alcoolismo é a forma de dependência descrita como tendo a maior presença e de difícil minimização, por ser um hábito social e culturalmente aceite. Por sua vez, a toxicodependência é apresentada como uma problemática em crescimento, condicionada pelas dificuldades no seu tratamento e pela falta de respostas institucionalizadas, para uma população entre os 50 e os 65 anos.

À população pertencente aos ciclos de pobreza geracional, é enfatizada pela maioria das entidades a dificuldade de conseguir intervir junto destes agregados. Efetivamente, as limitações à mitigação destes casos, segundo as

entidades, prendem-se com a falta de literacia e cidadania desta franja populacional. Em adição a esta realidade é enumerado o facto de se verificarem tentativas de duplicação de apoios, por parte dos beneficiários.

No que concerne à população que tem sofrido recentemente de situações de pobreza, segundo as entidades, estas situações resultam da conjuntura socioeconómica atual e das condicionantes que dela resultam. Neste sentido, têm sido percecionados mais pedidos de ajuda alimentar e de ajudas às despesas habitacionais. Não obstante, uma das contrariedades sentidas por esta população, de acordo com as entidades, prende-se com as limitações no acesso aos apoios vigentes, na medida em que, por se tratar de pessoas empregadas, uma elevada fração das pessoas deixam de ser elegíveis para os apoios vigentes.

Ademais, é de mencionar a proporção cada vez maior de indivíduos de classe média a solicitar apoio às instituições presentes no município, ainda que, de acordo com as instituições ouvidas, a vergonha em pedir apoio esteja muito presente nesta franja populacional.



Segundo algumas entidades, o pudor sentido na altura de pedir ajuda está igualmente presente na população idosa, também vítima da subida do custo de vida. Aproximadamente ainda referir que esta população já tinha sido fortemente afetada pelo isolamento resultante da pandemia da COVID-19, apesar desta situação já estar a diminuir.

Para o melhor acompanhamento e minimização das ocorrências envolvendo os idosos têm contribuído as visitas domiciliárias, asseguradas pelo Centro de Saúde de Angra do Heroísmo.

Independentemente da realidade, a saúde, de uma forma geral, é uma das lacunas sentidas pelas entidades. Por um lado, é relatada uma pressão cada vez maior nos serviços de saúde, derivada da falta de médicos, em especial médicos de família. Por outro lado, é percecionado um aumento da falta de recursos das famílias, para fazer face aos cuidados de saúde, não assegurados pelo Estado.

Em particular, a saúde mental é relevada pelas entidades, destacando o recurso cada vez maior à psicologia clínica e à maior sensibilização da população para estes cuidados. Porém,

nos casos mais graves, é denotada uma maior dificuldade na reinserção no mercado de trabalho, após o recurso a tratamentos envolvendo esta área da saúde.

Ao nível da habitação verifica-se um escalar das situações reportadas, sendo esta, por algumas entidades, encarada como a área mais problemática do município. No que concerne às habitações sociais, salienta-se a falta e a sobrelotação das mesmas. Relativamente aos apoios, denota-se o crescimento dos pedidos, alertando-se para a burocracia inerente aos mesmos.

Por último, no que respeita ao emprego, é percecionado por várias entidades o crescimento na procura de emprego, ainda que existam vários setores com falta de mão-de-obra disponível. Adicionalmente, é referenciada a discriminação de que alguns cidadãos imigrantes e deportados são alvo no momento de procurar emprego, bem como cidadãos portadores de deficiências.

Em suma, na generalidade, as entidades auscultadas percecionam o agravamento das situações de pobreza e exclusão social no concelho,



centrando-se em dois principais grupos, um apelidado de pobreza geracional já identificado, e sem uma evolução relevante, e outro centrado na população pertencente à classe média mais afetada pela situação socioeconómica atual.

Papel da autarquia e restantes órgãos governamentais regionais no combate a fenómenos de pobreza e exclusão social no concelho

Relativamente ao papel da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, na globalidade, as entidades auscultadas valorizam o trabalho já desenvolvido, realçando a boa relação de que dispõem com a autarquia e a proximidade que a mesma apresenta tanto com as instituições presentes no concelho como com a população em geral.

De acordo com algumas entidades, o apoio autárquico deriva, na sua maioria, de ajudas financeiras a várias atividades e projetos desenvolvidos no concelho, através de protocolos estabelecidos para o efeito. Na ótica de diversas entidades, a autarquia exibe um papel fundamental na intervenção junto das crianças, nomeadamente, através da disponibilização do pequeno-almoço e

de apoios à aquisição de material escolar e desportivo. Diretamente junto das entidades educativas, a Câmara apoia programas culturais e projetos na área pedagógica.

De referir, ainda, a maior intervenção e acompanhamento da autarquia, contestado em áreas como a saúde, embora seja referenciada a atuação decisiva da autarquia na dinamização dos centros de rastreio e vacinação contra a COVID-19.

No que concerne ao apoio dado por órgãos governamentais regionais, a maioria das entidades revela ter uma boa relação e articulação tanto com o Governo Regional como com o Instituto de Segurança Social dos Açores (ISSA). A respeito do órgão governativo regional, são destacados os impactos positivos da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social e da gratuidade das creches parcialmente implementada, a partir de janeiro de 2023. Nada obstante, é salientada a importância de incrementar o investimento na área da saúde, bem como potenciar a melhor divulgação dos apoios existentes. Em adição, algumas entidades criticam a falta de articulação,



por vezes existente entre direções regionais e entre estas com o ISSA.

Papel dos atores locais e principais dificuldades enfrentadas no combate a fenómenos de pobreza e exclusão social no concelho

Segundo as entidades auscultadas, de um modo geral, existe uma boa relação entre as instituições, embora a comunidade apresente uma falta de trabalho em rede. Não obstante, na ótica de algumas entidades, o trabalho em parceria tem registado melhorias, possibilitando uma resposta mais alargada e concertada. Adicionalmente, várias entidades enaltecem o contributo das Juntas de Freguesia para o trabalho desenvolvido, uma vez que têm um conhecimento mais aprofundado da realidade local.

Para diversas entidades auscultadas, a equipa de saúde escolar da USIT tem desempenhado um papel importante no diagnóstico de adversidades sentidas pela população mais jovem, tais como os casos de pobreza infantil e os problemas de saúde, destacando-se o crescimento recente de casos de saúde mental. Em adição a esta atuação no problema em questão, é salientado o

trabalho de prevenção e de sinalização desenvolvido em temáticas como a alimentação saudável e a saúde mental.

Ao nível das dificuldades enfrentadas pelas instituições, são fortemente destacadas as dificuldades financeiras, potenciadas pelo crescimento dos custos operacionais, em particular os custos associados à energia e os custos salariais. Particularmente, os recursos humanos apresentam-se como uma das principais lacunas das entidades auscultadas, em especial os recursos qualificados, o que se reflete na falta de capacidade para um acompanhamento de proximidade. Importa referir que a falta de recursos humanos qualificados é resultado das limitações financeiras à contratação e da falta de profissionais disponíveis no mercado. Seguem-se a inexistência de instalações de qualidade adaptadas às necessidades e a procura elevada face à capacidade instalada.

Para algumas entidades, a diminuição do espírito de voluntariado e, em casos particulares, a sobrelotação das infraestruturas desportivas municipais também limitam o trabalho das instituições.



Práticas inovadoras promovidas para combater fenómenos de pobreza e exclusão social e medidas urgentes a promover

Quando questionados acerca de metodologias ou práticas de intervenção e projetos inovadores no âmbito do combate a situações de pobreza e exclusão social em Angra do Heroísmo, o Estudo Acompanhado, implementado por iniciativa da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, constitui-se como o mais referenciado.

Adicionalmente, são mencionados inúmeros projetos, designadamente:

- Projeto AMA Angra implementado pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo como forma de apoiar as famílias de forma gratuita, desde a gravidez até ao pós-parto;
- Projeto Restart, uma resposta formativa na área da reciclagem de vestuário, implementada pela Cáritas, cuja principal finalidade era criar uma resposta para jovens mulheres, em situação de desemprego e com baixas qualificações;
- Projeto 3D, projeto de intervenção educativa dinamizado nas escolas

primárias da Terra-Chã, São Mateus da Calheta, São João de Deus e Cantinho, promovido pela Cáritas da Ilha Terceira em parceria com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo;

- Jardim sensorial, desenvolvido pela ACM - Associação Cristã da Mocidade da ilha Terceira, como forma de introduzir aos jovens sensações proporcionadas por cores, sons, entre outros;
- Projeto de apoio domiciliário ao nível da saúde mental, desenvolvido pelo Instituto de São João de Deus - Casa de Saúde de São Rafael;
- Oficina itinerante implementada pela Casa de Saúde Espírito Santo - Irmãs Hospitaleiras, que proporciona à população idosa pequenas reparações nas suas habitações;
- Programa Percursos, desenvolvido pela USIT, que potencia o tratamento da toxicodependência;
- Projeto desenvolvido entre a Santa Casa da Misericórdia da Vila de São Sebastião e o ATL da freguesia de São Sebastião, que conjugam utentes idosos e crianças em atividades desenvolvidas em parceria pontualmente.



É de mencionar que algumas entidades recomendam que sejam reforçados os apoios a projetos sociais que geram resultados satisfatórios, realçando que, quando acabam os fundos destinados aos projetos, estes tendem a terminar, como sucedeu no projeto Restart, de acordo com as entidades auscultadas.

Relativamente a medidas urgentes, a promover no âmbito do combate a situações de pobreza e exclusão social, a serem apoiadas e implementadas pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, foram sugeridas medidas contemplando diversas áreas de atuação. A coesão e o desenvolvimento social surgem como a área de atuação mais mencionada, contemplando cerca de 60% das medidas propostas, representando cerca de 27 propostas. As ações sugeridas podem ter um impacto direto tanto junto de IPSS's e de empresas locais, como da população em particular, destacando-se medidas que envolvem os extremos da pirâmide etária.

A área da saúde demonstra ser uma das preocupações expressas pelas entidades contando com várias ações, envolvendo, na maioria, a saúde mental.

Adicionalmente surgem propostas, que incidem em temáticas como a educação, a qualificação, o emprego e a habitação.

No que se refere à educação, as medidas enumeradas são maioritariamente associadas à aposta na valorização da escola e do estudo e a sensibilização para os problemas relacionados com as dependências e as novas tecnologias. Por sua vez, a respeito da qualificação, a principal preocupação expressa prende-se com a autonomização das pessoas, principalmente a nível financeiro.

A habitação, surge, sobretudo, ligada a iniciativas que atraem e possibilitem a fixação de jovens no concelho.

Quanto ao emprego, são enumeradas medidas que minimizem o desemprego de longa duração e que facilitem a integração laboral de pessoas portadoras de deficiências.



2.3.2 Inquéritos

A realização de um inquérito, possibilitou a várias entidades que privam de perto com os públicos que, padecem de uma determinada forma de pobreza ou exclusão social, poderem contribuir para o diagnóstico da situação atual ao nível da pobreza e exclusão social no município de Angra do Heroísmo.

O questionário em causa teve em conta os trabalhos previamente desenvolvidos no Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais (Comissão Europeia, 2021), na Estratégia Nacional de Combate à Pobreza e na Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social. A partir dos referidos documentos foi possível extrair as áreas e os grupos de população mais vulneráveis, bem como os principais meios e vetores de atuação, adaptados à realidade de atuação autárquica.

Entre os meses de fevereiro e maio de 2023, foram recolhidas 21 respostas validadas, representando 36% da totalidade dos contributos recebidos. O inquérito aplicado estava estruturado em duas partes. A primeira parte continha 5 perguntas de caracterização da entidade inquirida. De seguida,

existiam 13 questões relacionadas com matérias relevantes nas áreas em causa. Assim, ao longo da segunda parte, foram discutidas as seguintes temáticas:

- O grau de incidência da pobreza em Angra do Heroísmo;
- As franjas da população mais vulneráveis e as principais condicionantes que conduzem a situações de pobreza e exclusão social;
- A capacidade de atuação e os principais problemas sentidos pelas entidades;
- A atuação da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e o seu grau de atuação perante situações problemáticas;
- O impacto da COVID-19;
- Impacto da diminuição do poder de compra, derivado do aumento dos custos dos créditos e da inflação; e
- As principais medidas de combate à pobreza e exclusão social a adotar de uma forma generalizada e, em específico, junto dos principais públicos-alvo.

Os principais dados extraídos do questionário são apresentados de



seguida, revelando os elementos que mais se destacam.

Caracterização das entidades inquiridas:

De entre as 21 entidades inquiridas, destaca-se a participação de 11 entidades públicas, na sua maioria

Juntas de Freguesia, representando 52,3% dos inquiridos. A amostra de entidades auscultadas tem ainda a presença de 8 Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e 3 entidades sem fins lucrativos. De referir que, uma das entidades participantes registou mais do que um contributo.

Gráfico 36 - Forma jurídica das entidades inquiridas

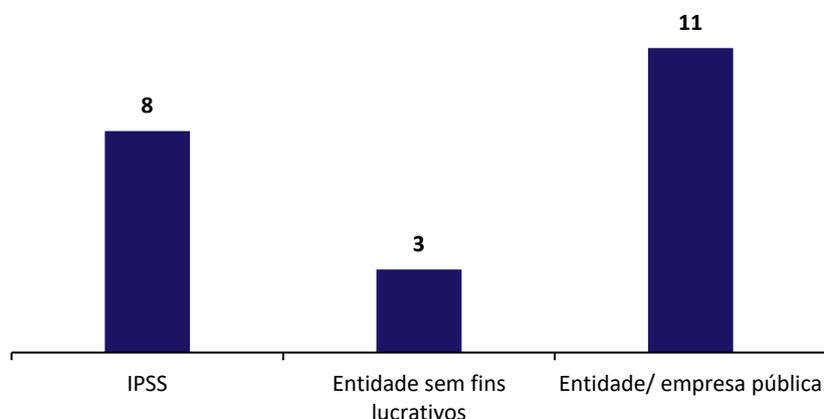
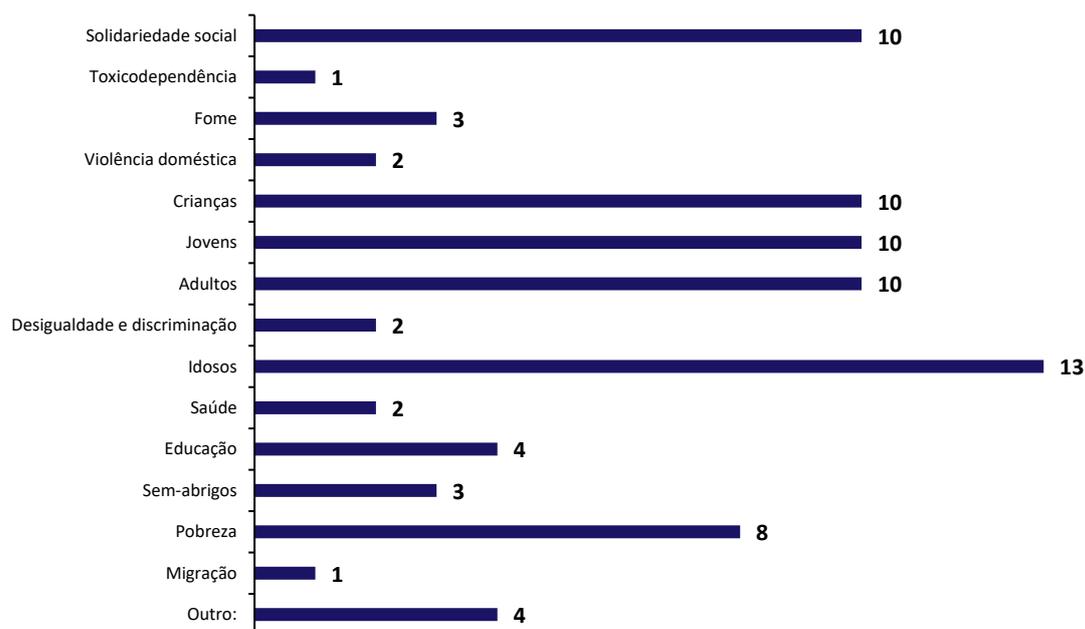


Gráfico 37 - Área de atuação das entidades inquiridas



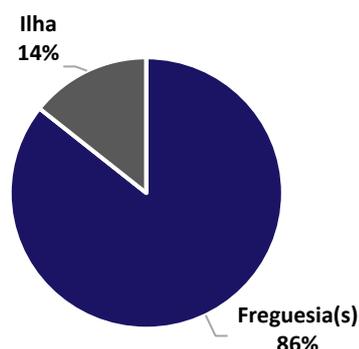


No que respeita às áreas de atuação das instituições inquiridas, destacam-se o trabalho desenvolvido com idosos, crianças, jovens, e a solidariedade social, não obstante surgirem áreas como a fome, a violência doméstica e a saúde. Em média, cada instituição intervém em 4 áreas de atuação distintas.

Por sua vez, ao repartir as instituições pela sua área geográfica de atuação, é possível denotar que a maioria das instituições tem uma atuação

marcadamente local, representando 85,7% dos inquiridos. Neste caso, estas entidades dizem respeito, quase na sua totalidade, a Juntas de Freguesia e Casas do Povo.

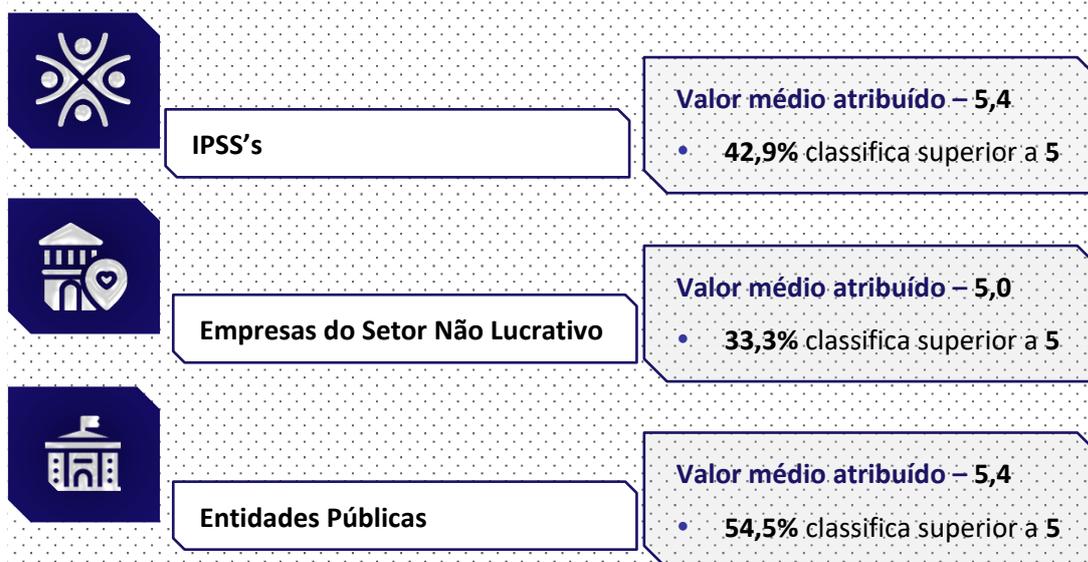
Gráfico 38 - Área geográfica de atuação das instituições



De seguida apresenta-se uma infografia com os principais resultados às 13 questões da segunda parte do inquérito, referentes ao município.

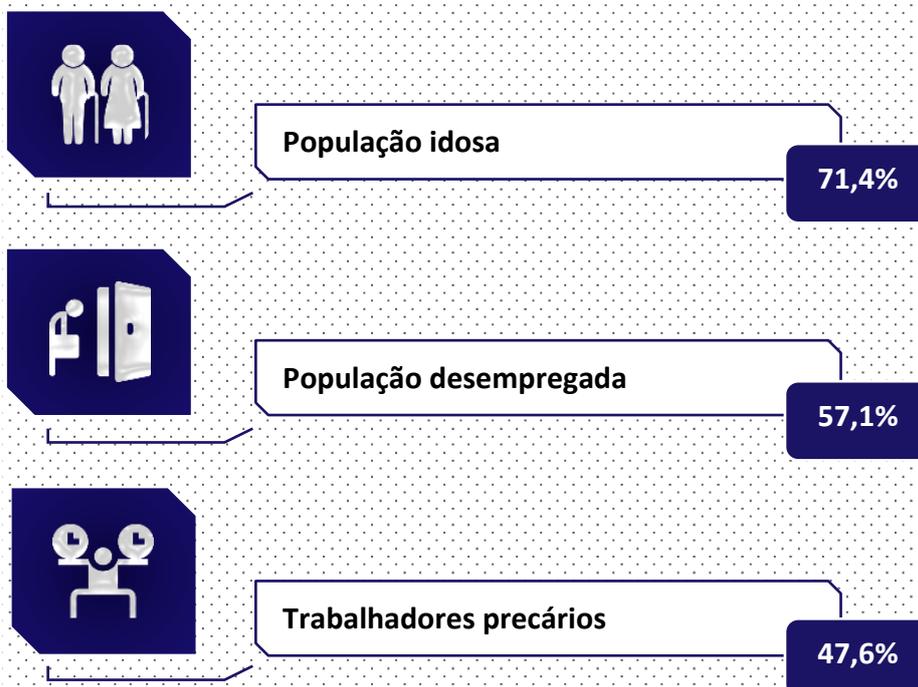
GRAU DE INCIDÊNCIA DE POBREZA - SEGUNDO AS DIFERENTES FONTES JURÍDICAS DOS INQUIRIDOS

ESCALA: 1 - NADA INCIDENTE A 10 - MUITO INCIDENTE





GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS



SITUAÇÕES QUE JUSTIFICAM A POBREZA E/OU EXCLUSÃO SOCIAL





CAPACIDADE DE RESPONDER AOS PEDIDOS DE APOIO - SEGUNDO AS DIFERENTES

FONTES JURÍDICAS DOS INQUIRIDOS

ESCALA: 1 - NADA INCIDENTE A 10 - MUITO INCIDENTE



IPSS's

Valor médio atribuído – 2,6

- 71,4% classifica inferior a 5



Empresas do Setor Não Lucrativo

Valor médio atribuído – 3,0

- 66,6% classifica inferior a 5

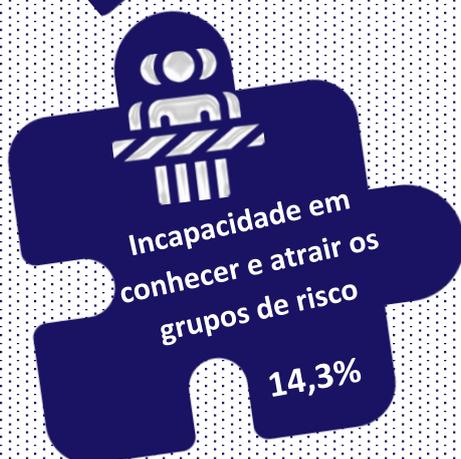


Entidades Públicas

Valor médio atribuído – 3,1

- 90,9% classifica inferior a 5

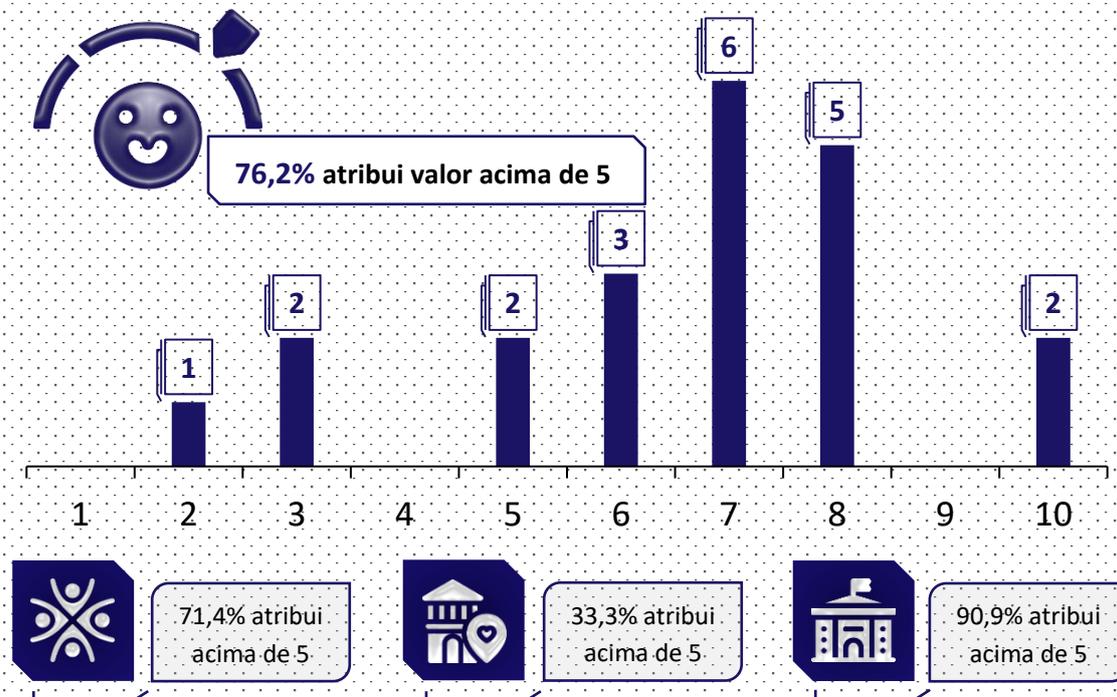
PRINCIPAIS DIFICULDADES NO COMBATE À POBREZA E/OU EXCLUSÃO SOCIAL





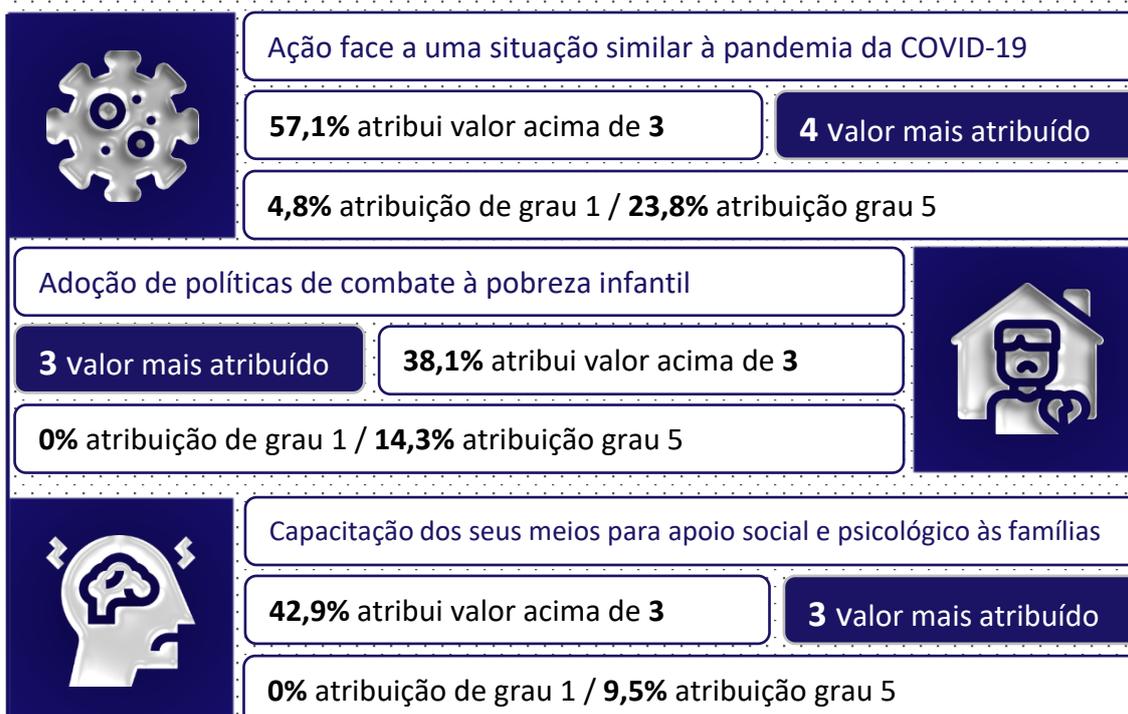
ATUAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO NO COMBATE A SITUAÇÕES DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

ESCALA: 1 – SEM NENHUMA ATUAÇÃO; 10 – COM ELEVADO GRAU DE ATUAÇÃO



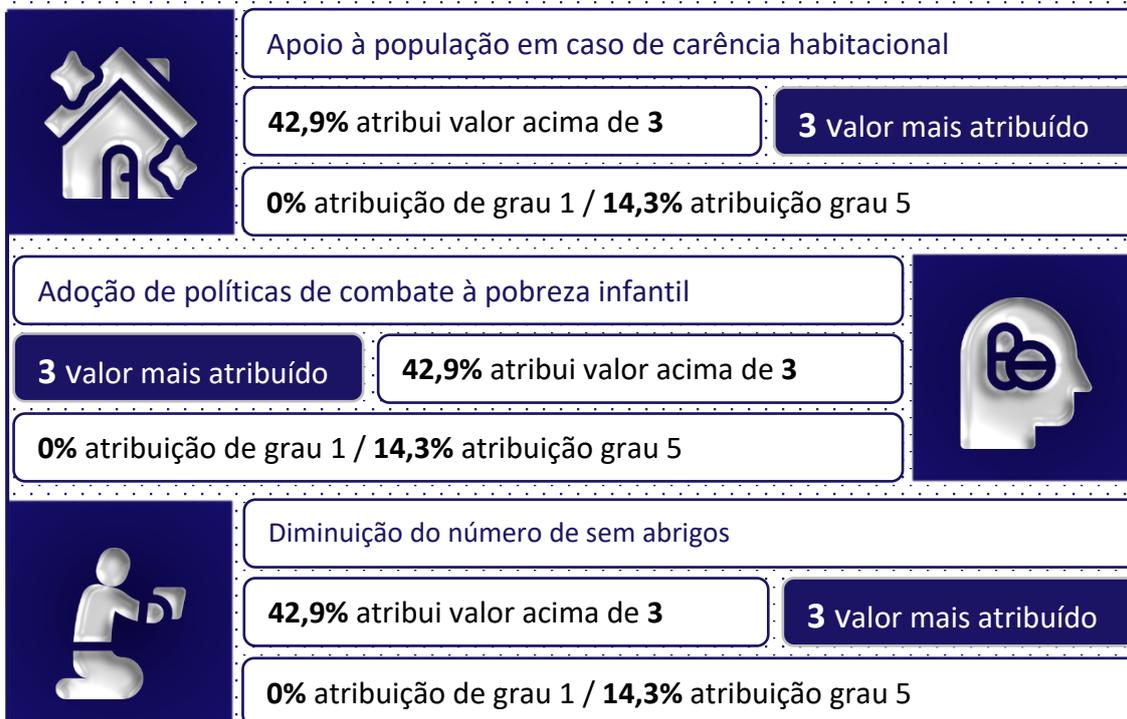
GRAU DE PREPARAÇÃO DO MUNICÍPIO PARA AS SEGUINTE SITUAÇÕES

ESCALA: 1 – NÃO ESTÁ PREPARADO; 5 – ESTÁ TOTALMENTE PREPARADO





GRAU DE PREPARAÇÃO DO MUNICÍPIO PARA AS SEGUINTE SITUAÇÕES



EFEITO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 NO COMBATE A SITUAÇÕES DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL



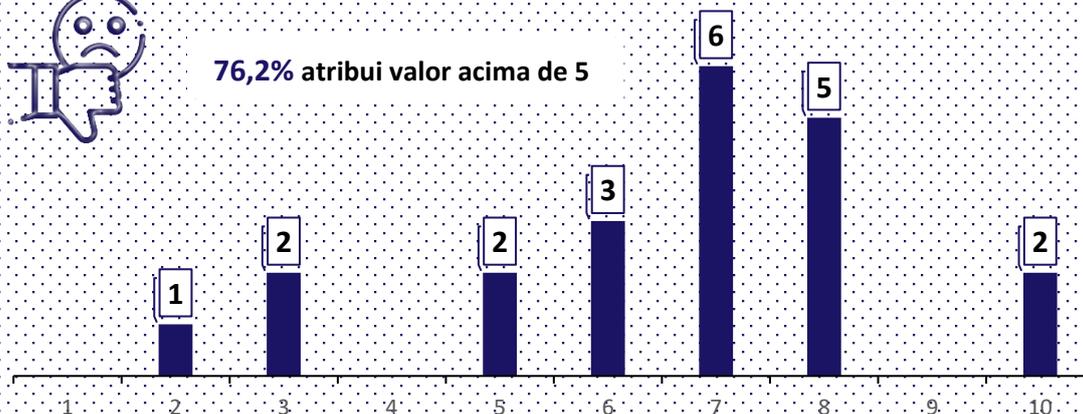
76,2% dos inquiridos considera que a pandemia causada pela Covid-19 afetou negativamente o combate a situações de pobreza e exclusão social.

IMPACTO PREVISÍVEL NUM FUTURO BREVE DA DIMINUIÇÃO DO PODER DE COMPRA, NO AUMENTO DE SITUAÇÕES DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

ESCALA: 1 – NÃO TEM NENHUMA INFLUÊNCIA A 10 – TEM MUITA INFLUÊNCIA

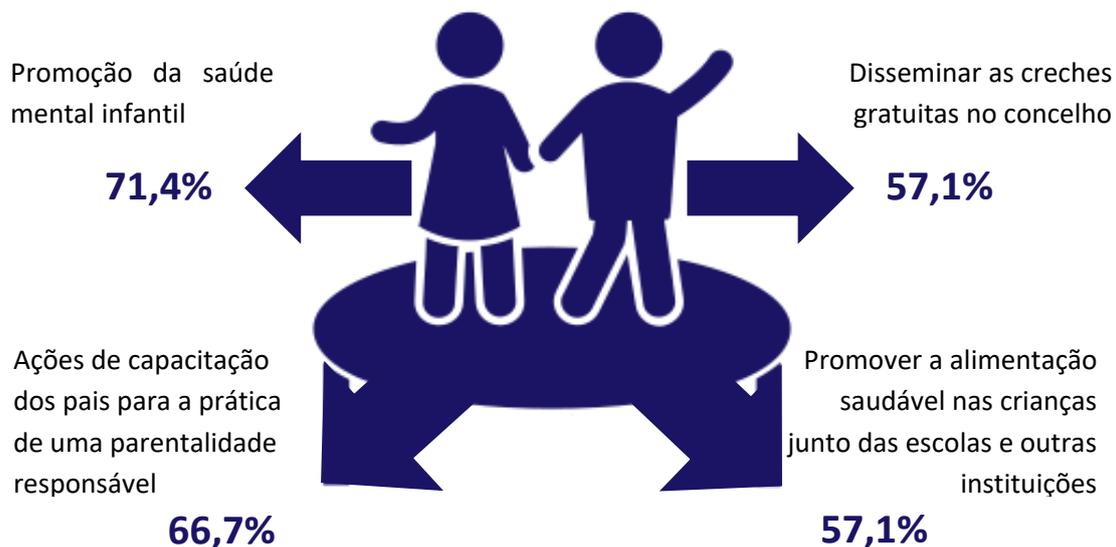


76,2% atribui valor acima de 5

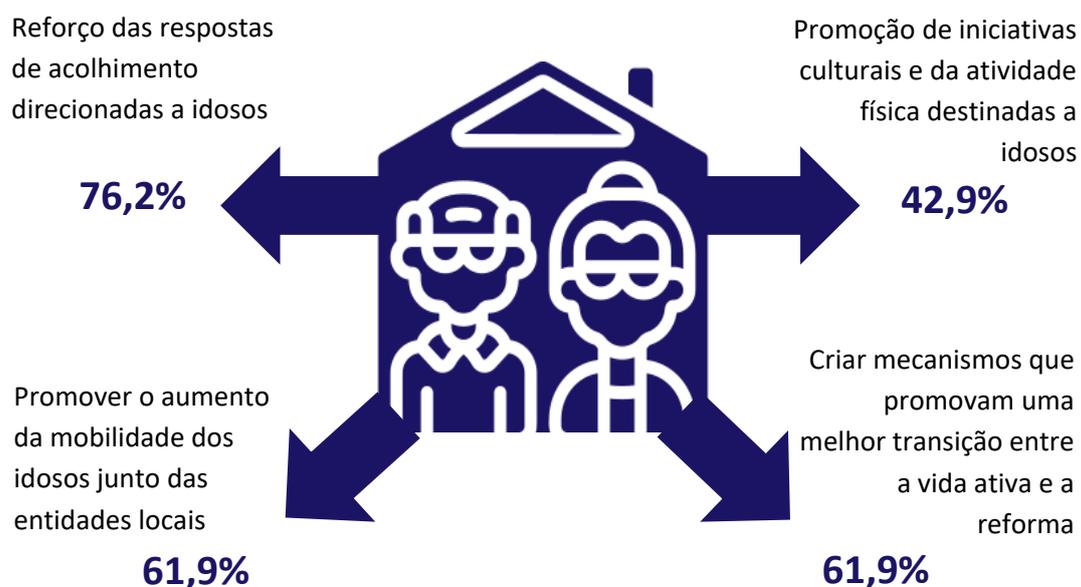




MEDIDAS MAIS IMPORTANTES DE IMPLEMENTAR AO NÍVEL DO APOIO ÀS CRIANÇAS



MEDIDAS MAIS RELEVANTES NO APOIO À POPULAÇÃO IDOSA NA PREVENÇÃO E COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

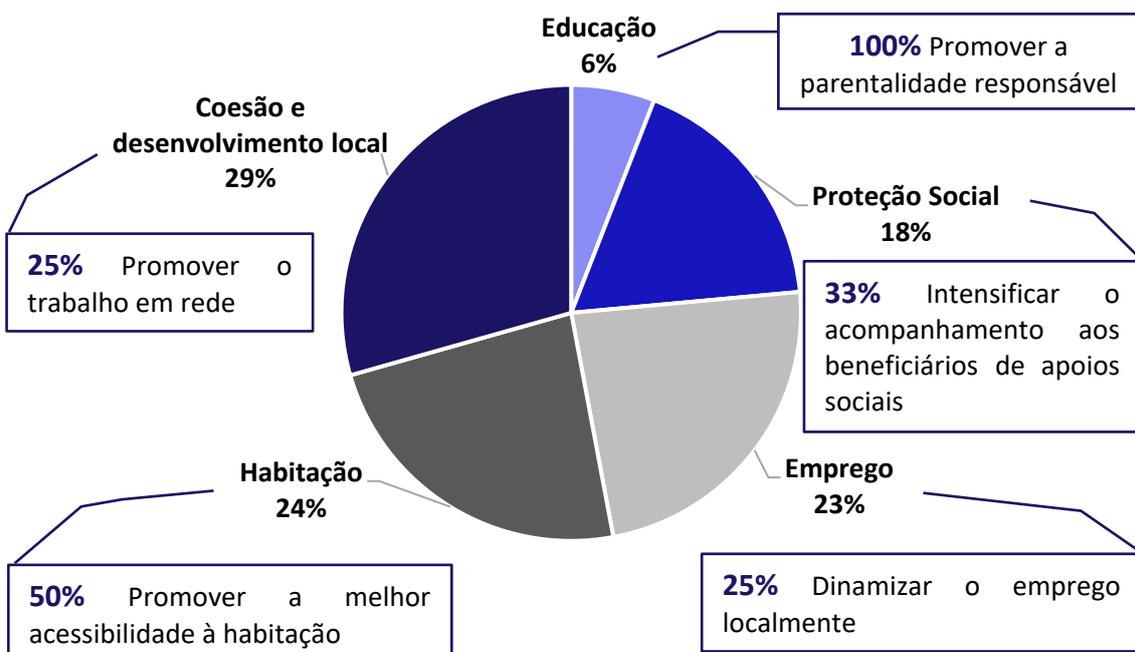




PRINCIPAIS MEDIDAS NO COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL JUNTO DAS FAMÍLIAS



AÇÕES QUE PODEM CONTRIBUIR PARA MINORAR OS CASOS DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EXISTENTES NO MUNICÍPIO – por área de intervenção





Principais Conclusões

Com recurso aos dados recolhidos junto de várias entidades inquiridas, é possível analisar e diagnosticar aqueles que são os principais grupos afetados por situações de pobreza e exclusão social e as medidas mais relevantes a considerar no combate a estas situações.

No que se refere à incidência da pobreza em Angra do Heroísmo, verifica-se que a maioria dos inquiridos perceciona a pobreza com alguma incidência, verificando-se que cerca de 5% atribuiu a classificação com maior gravidade. Quando questionadas sobre quais os grupos mais vulneráveis a situações de pobreza e/ou exclusão social, na sua zona geográfica de intervenção no concelho de Angra do Heroísmo, as instituições apontam, quase por unanimidade, a população idosa e a população desempregada.

Mais de metade dos inquiridos considera o desemprego como a causa que mais justifica as pessoas entrarem numa situação de pobreza e/ou exclusão social. A falta de apoios sociais é a condição menos apontada, com apenas 4,8% dos inquiridos a indicar

esta causa. Para a maioria das Juntas de Freguesia inquiridas, os baixos níveis salariais são a razão que melhor justifica as pessoas entrarem numa situação de pobreza e/ou exclusão social, seguindo-se as baixas pensões/reformas, o emprego precário e o desemprego.

Relativamente à capacidade em responder aos pedidos de apoio para o combate à pobreza e/ou exclusão social, tanto a nível material, financeiro ou humano, a maioria dos inquiridos aparenta não ter uma capacidade razoável de resposta, sendo 3 a resposta mais apresentada, verificando-se apenas 10% das respostas acima de 5 (escala em que 1 – não tem capacidade; 10 – tem total capacidade).

Ao nível das principais dificuldades apontadas pelas entidades no combate à pobreza e/ou exclusão social, a falta de recursos financeiros é apontada como a principal dificuldade das entidades, independentemente da sua natureza jurídica ou área de atuação. De uma forma geral, a falta de recursos financeiros é apontada por 95,2%, seguindo-se, com 61,9%, a falta de recursos humanos e com 33,3%, a falta



de uma resposta concertada entre várias entidades. A maior queixa associada à falta de uma resposta concertada entre as várias entidades é apontada pelas IPSS's.

Ao nível do grau de atuação da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, verifica-se, por parte dos inquiridos, um reconhecimento do trabalho já desenvolvido, uma vez que numa escala de 1 a 10, em que 1 representa sem nenhuma atuação e 10 com elevado grau de atuação, 76,2% dos inquiridos atribuíram um valor superior a 5 e apenas 14,3% atribuiu um valor abaixo de 5. Em resposta ao grau de preparação do Município para um conjunto de situações que podem merecer uma maior intervenção da autarquia, os inquiridos identificaram que o município está melhor preparado para futuras intervenções, face a uma situação similar à pandemia da COVID-19. Somente 13,3% dos inquiridos atribuiu uma pontuação inferior a 3, considerando uma escala de 1 a 5, (em que 1 significa que não está preparado e 5 está totalmente preparado). Seguem-se a capacitação dos recursos autárquicos para o apoio social e psicológico às famílias, os apoios à

população em caso de carência habitacional e a adoção de políticas de combate à pobreza infantil, como as realidades para as quais o município se apresenta mais bem preparado. Menos bem percecionadas pelos inquiridos, encontram-se o combate à toxicodependência e a diminuição do número de pessoas em situação de sem-abrigo.

Os efeitos da pandemia da COVID-19 foram também questionados às entidades inquiridas, mais exatamente se a pandemia teria prejudicado o combate a situações de pobreza e exclusão social, aferindo-se que 23,8% não considera que esta adversidade tenha afetado o trabalho desenvolvido.

Adicionalmente, procurou-se estudar a perceção das entidades inquiridas acerca do impacto previsível num futuro breve da diminuição do poder de compra, derivado do aumento das taxas de juro dos créditos e da inflação, no aumento de situações de pobreza e exclusão social, verificando-se mais de metade dos inquiridos a atribuir a classificação máxima, numa escala de 1 a 10 (em que: 1 – Não tem nenhuma influência; 10 – Tem muita influência).



Quando questionados sobre as medidas mais importantes a implementar ao nível do apoio às crianças, cerca de 71,4% dos inquiridos considera como mais importante a promoção da saúde mental infantil. O desenvolvimento de ações de capacitação dos pais para o exercício de uma parentalidade responsável e a promoção de uma alimentação saudável nas crianças junto das escolas e outras instituições são as medidas que se seguem, de acordo com a preferência dos inquiridos, com uma representatividade de 66,7% e 57,1%, respetivamente.

Indagados acerca das medidas mais relevantes no apoio à população idosa na prevenção e combate à pobreza e exclusão social, os inquiridos apontam o reforço das respostas de acolhimento direcionadas a idosos e a criação de mecanismos que promovam uma melhor transição entre a vida ativa e a reforma, como as medidas mais pertinentes.

No que diz respeito às principais medidas a serem implementadas junto das famílias de uma forma geral, cerca de 76,2% das entidades fazem referência a medidas que promovam o emprego através de iniciativas locais. Além disso, é ainda dada primazia a medidas que promovam a qualificação e a promoção de condições de acessibilidade à habitação.

Finalmente, foi solicitado aos inquiridos a identificação de algumas ações que possam contribuir para minorar os casos de pobreza e exclusão social existentes no município, tendo-se obtido medidas que abrangem diversas áreas, nomeadamente a educação, a habitação, o emprego, a proteção social e a coesão e desenvolvimento local.

As medidas relacionadas com a coesão e desenvolvimento local são as mais apresentadas nas respostas dos inquiridos, evidenciando a importância dada a esta temática.

2.4 ANÁLISE CRÍTICA

O diagnóstico da conjuntura atual do concelho de Angra do Heroísmo revelou elementos essenciais para a delimitação de uma estratégia integrada e para a

construção de um plano de ação adaptado às necessidades do concelho.



O estudo da evolução demográfica do município de Angra do Heroísmo revelou uma perda gradual de população no município, bem como o progressivo envelhecimento da mesma. Ao nível da qualificação da população residente constata-se uma melhoria do nível de escolaridade, não obstante, na generalidade, se observe uma realidade mais promissora a nível municipal, do que a nível regional. Ao analisar a taxa de abandono escolar não se verifica uma diferença relevante entre o concelho e a região, embora se confirme, no último ano observado, uma taxa municipal consideravelmente mais alta no 2.º Ciclo do Ensino Básico. Aparenta referir que, independentemente da diferença entre as duas realidades observadas, os valores verificados constituem um motivo de preocupação, devendo ser minimizados. Desta forma, considera-se essencial a criação de mecanismos que fomentem a natalidade, a fixação da população, bem como uma aposta na valorização da escolarização da população.

No que se refere ao desenvolvimento económico e social do município, Angra do Heroísmo apresentou uma evolução positiva, destacando-se o crescimento

verificado no setor terciário e a importância crescente da atividade turística.

O progresso socioeconómico angrense foi, essencialmente, limitado pelas consequências da diminuição da presença americana na Base das Lajes, não obstante tenha tido um maior impacto no concelho da Praia da Vitória, e também, pelas condicionantes impostas pela pandemia da COVID-19 e mais recentemente derivado da guerra que assola o território ucraniano.

Em específico, o impacto da diminuição da presença americana na ilha foi atenuado pela implementação, de entre outras medidas, pelo PREIT.

De facto, ainda que nos últimos anos o município de Angra do Heroísmo tenha conseguido ultrapassar os principais desafios socioeconómicos enfrentados, salienta-se a importância de minimizar as lacunas diagnósticas e, por conseguinte, minorar possíveis desafios futuros à estabilidade económica e social do município, nomeadamente, resultantes da diminuição do poder de compra, por via dos níveis excessivos de inflação e da subida galopante das taxas



de juro associadas ao crédito à habitação.

Ademais mencionar que, o processo de terciarização da economia e o crescimento de setores que necessitam de trabalhadores mais qualificados reforçam a importância, anteriormente referida, da aposta no reforço da formação e qualificação da população, procurando dar resposta à exigência de mão-de-obra mais qualificada.

Além disso, a melhoria das qualificações da população ativa existente no concelho poderá ser um indutor do crescimento do poder de compra *per capita* concelhio, que ainda permanece abaixo do valor nacional, embora seja superior ao valor regional.

Ainda relativamente ao processo de terciarização da atividade económica, constata-se a importância da aposta na diversificação da base económica do concelho, procurando contrariar o risco subjacente a possíveis quebras de setores específicos, como é exemplo o setor turístico, que tem registado um peso crescente no VAB concelhio.

É possível notar, de forma evidente, o crescimento da mão-de-obra feminina ao longo das décadas, que vem

contribuindo para o aumento da população ativa, até à última década. Efetivamente, o crescimento da participação feminina não conteve a diminuição da população ativa masculina, resultando numa diminuição na globalidade. Esta alteração de tendência pode resultar, designadamente, do envelhecimento da população concelhia. Além disso, assiste-se ainda a uma progressiva passagem da força laboral dos setores primário e secundário para o terciário, atestando a terciarização económica.

Concomitantemente à diminuição da população ativa verifica-se o incremento da população abrangida por prestações de reforma. O aglomerado destas duas situações pode colocar em causa a dimensão da população ativa. Assim, é crucial criar mecanismos de retenção de talentos e de captação de pessoas qualificadas, de modo a contrariar a tendência verificada.

Relativamente ao ganho médio mensal dos trabalhadores em Angra do Heroísmo, não se verifica uma diferença salarial significativa entre homens e mulheres. No entanto, tendo em consideração que na generalidade se



verifica um maior grau de literacia na população do género feminino, seria espectável um ganho médio superior na população feminina.

No que se refere à proteção social no concelho de Angra do Heroísmo, verifica-se uma diminuição generalizada nas prestações pecuniárias requeridas pela população, à exceção dos vários tipos de pensões existentes. A prestação pecuniária relativa ao abono de família foi a que registou o maior decréscimo absoluto no número de beneficiários observado, o qual advém de uma alteração legislativa. De forma menos pronunciada, o número de beneficiários do RSI e do subsídio de desemprego também registaram decréscimos, sendo atualmente o número de beneficiários inferior ao valor pré-crise das dívidas soberanas. Durante o período da escalada da crise pandémica, não ocorreram alterações significativas no mercado laboral, registando-se inclusive uma melhoria dos indicadores analisados. No entanto, é previsível que se registre uma inversão desta situação, motivada pela crise inflacionista e as medidas adotadas para a combater.

Relativamente à população empregada no concelho e ao número de entidades empregadoras, nota-se uma evolução económica positiva no período analisado, bem como a diminuição do número de pessoas em situação de desemprego. Em particular, no que concerne ao número entidades que contribuem para a segurança social verificou-se um retrocesso nas mesmas em 2020, potencialmente motivado pela crise pandémica. Em 2021 registou-se uma retoma neste indicador, superando os níveis pré-pandémicos.

O apoio alimentar prestado à população carenciada pelo Banco Alimentar registou uma evolução estável, em Angra do Heroísmo, na última década, não obstante esta estabilidade ter sido perturbada com um ligeiro aumento das famílias apoiadas em 2017, potencialmente motivado pela situação da Base das Lajes. Mais recentemente, a situação pandémica e a recente instabilidade económica, contribuíram para um aumento exponencial das famílias carenciadas. Ainda que com um ligeiro retrocesso em 2022, é previsível que se verifiquem novos aumentos, fruto da conjuntura económica atual.



Ao nível dos indicadores da saúde verifica-se uma melhoria progressiva dos mesmos, ainda que esta premissa se mantenha como um desafio futuro.

Relativamente à habitação, denota-se um aumento progressivo dos preços dos alojamentos para compra e arrendamento, que, a prazo, poderá dificultar o acesso da população residente à habitação, sobretudo, no centro urbano. Os aumentos verificados podem ser um reflexo da evolução económica positiva, mas também do aumento da atividade turística no concelho, uma vez que se intensificou a procura por imóveis para conversão em alojamento turístico ou alojamento local. O ordenamento e a gestão estratégica do território, acompanhada de medidas de apoio à habitação é, pois, crucial para garantir o respeito pela população e as condições de acesso à habitação ajustadas às capacidades da população, sobretudo à população jovem que tem cada vez mais dificuldades de acesso ao crédito bancário para a compra de casa.

O número das pessoas, em situação de sem abrigo, existentes no concelho, é também uma problemática alarmante

no município, evidenciando uma das maiores proporções de população concelhia nesta situação na região.

Na ótica das entidades auscultadas, não obstante as melhorias nas situações de pobreza e exclusão social registadas na década passada, a pandemia da COVID-19 e a degradação da situação socioeconómica recente resultou num agravamento das situações relatadas.

Considerando o contributo dos inquiridos, denota-se de igual forma uma perceção negativa dos mesmos quanto à atual situação de pobreza no concelho. Para os inquiridos, situações como o desemprego, as baixas pensões e os baixos níveis salariais, são as que mais se destacam por poderem conduzir a uma condição de pobreza e exclusão social. Em consonância, os referidos inquiridos classificam a população idosa como a mais provável de se encontrar numa situação de pobreza, seguida da população desempregada e dos trabalhadores precários.

Para as entidades ouvidas em sede de *focus groups* ou em entrevistas, observam-se atualmente dois grandes grupos de vítimas de fenómenos de pobreza e exclusão social, sobretudo,



peessoas integradas em contextos geracionais de pobreza, tipicamente beneficiários de longa duração de prestações sociais, e como segundo grande grupo são referenciadas as vítimas da conjuntura socioeconómica internacional, tipicamente famílias de classe média que não conseguem fazer face à subida do custo de vida, em particular devido aos custos associados à habitação.

Para mitigar as situações verificadas no concelho, para a maioria das entidades auscultadas, tanto a autarquia como os demais órgãos governamentais desempenham um papel positivo no combate às situações verificadas, ainda que a maioria dos seus contributos seja consumada na forma de apoios financeiros às instituições, por vezes insuficientes, devendo ser reforçadas políticas sociais que diminuam as situações verificadas e que promovam um maior trabalho em rede entre as IPSS's existentes.

Na perspetiva das entidades inquiridas a atuação da autarquia na prevenção das situações referidas merece, na maioria, uma classificação positiva observando-se 76,2% dos inquiridos a atribuir uma

pontuação acima de 5, numa escala 1 a 10, em que 1 traduz um grau de atuação nulo e 10 um elevado grau de atuação.

As respostas aos inquéritos revelam, ainda, que a toxicodependência e a diminuição do número de pessoas em situação de sem abrigo são as problemáticas em que a autarquia se apresenta como menos preparada. Estas problemáticas também são detetadas nos restantes métodos operacionais, evidenciando a necessidade de um trabalho mais profundo em tentar inverter estas situações.

No entanto, importa destacar a preparação do Município para uma situação similar à COVID-19, por ser o fator mais bem classificado pelos inquiridos, o que poderá demonstrar que a autarquia desenvolveu um trabalho positivo, no combate à pandemia. Esta classificação corrobora a ideia já transmitida por algumas entidades no *focus groups*.

A falta de trabalho concertado entre os atores locais é uma das lacunas apontada para um trabalho de maior qualidade, embora sejam apontadas melhorias nesta matéria.



Ao nível das dificuldades encetadas pelas instituições presentes no município, destacam-se as financeiras. Globalmente referenciada, esta adversidade é fortemente destacada, em especial devido à escalada recente dos custos operacionais das várias entidades. Ainda a referir a falta de recursos humanos qualificados detidos pelas instituições e a dificuldade na sua contratação. Esta lacuna, constitui uma imensa dificuldade apontada pelas instituições para que individualmente se consiga desenvolver um trabalho mais amplo.

A importância da responsabilização e sensibilização social da sociedade para determinadas problemáticas também é apontada como um elemento dificultador do desenvolvimento de um trabalho mais eficiente e com resultados de maior sucesso. Na verdade, esta temática afeta o trabalho desenvolvido pelas instituições, por exemplo, na diminuição do voluntariado. Esta realidade comprova a relevância de se desenvolverem ações de sensibilização destinadas à sociedade e às empresas, procurando inverter a situação atual. Para as entidades inquiridas, as suas maiores dificuldades prendem-se com a

falta de recursos financeiros, a que se segue a falta de recursos humanos, parcialmente resultante da primeira adversidade referida.

No que concerne a novos projetos ou práticas desenvolvidas no concelho para o combate a situações de pobreza e exclusão social, os contributos recebidos permitiram não só atestar a qualidade dos diversos projetos desenvolvidos, mas também tomar conhecimento da apreensão das entidades devido à dificuldade de dar continuidade a projetos por falta de verbas. Esta consternação, à semelhança, em conformidade com as restantes anteriormente mencionadas, encontra-se espelhada nas ações urgentes sugeridas, sendo de destacar temáticas como a saúde ou a educação.

Concluindo, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, tendo como base as suas competências e os mecanismos aos quais pode recorrer, em parceria com entidades de reconhecido mérito, deverá colocar em prática ações estratégicas no sentido de inverter a realidade vivida no concelho e consolidar áreas onde já se regista um trabalho positivo. O plano de ação deve



estar munido de um conjunto de medidas ambiciosas e concretas, suportadas por objetivos estratégicos bem estabelecidos, de acordo com as necessidades do concelho e capazes de cumprir os preceitos da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028.



3. Estratégia Local Integrada

A concretização do **Plano Estratégico de Combate à Pobreza e Exclusão Social de Angra do Heroísmo** é composta por várias etapas, iniciando-se com a fase de diagnóstico, seguida do planeamento estratégico e culminando com um plano de ação. Na generalidade, o desenvolvimento deste instrumento orientador das políticas camarárias contempla a aplicação de ferramentas cientificamente comprovadas e de

conhecimento especializado, não apenas da equipa técnica, mas também de um conjunto de *stakeholders* que lidam diariamente com estas matérias. Assim, pretende-se estruturar uma solução integrada para o Município de Angra do Heroísmo, reforçando ou criando ações que contribuem para se alcançar os preceitos da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028.

3.1 Visão e Eixos de Intervenção

A realização do vasto e profundo diagnóstico ao Município de Angra do Heroísmo, com especial foco nas áreas em estudo, conjugando a análise de dados estatísticos, *focus groups*, entrevistas e inquéritos destinados a entidades relevantes que desenvolvem a sua atividade incidindo nas matérias em questão, possibilitou reunir

informações sobre a conjuntura atual do concelho ao nível da pobreza e exclusão social, idealizar qual o desenvolvimento ambicionado para o município e, por conseguinte, delinear os grupos e as áreas mais sensíveis.

Neste sentido, estabelece-se a seguinte visão, a médio e longo prazo, para o Município de Angra do Heroísmo:

Visão para o Município de Angra do Heroísmo

Viver Angra do Heroísmo como um concelho inclusivo onde é garantido, a todos os cidadãos, o acesso igualitário a oportunidades e condições de vida dignas. Em simultâneo, um espírito municipal onde é fomentada a coesão e o desenvolvimento local baseados numa atuação concertada entre os atores locais na redução dos níveis de pobreza e exclusão social, de forma transversal a toda a população.



Seguidamente, a delimitação dos eixos de intervenção estratégicos permite definir e direcionar com maior precisão os objetivos estratégicos a atingir e, conseqüentemente, as ações a promover pela autarquia com maior celeridade. Conjuntamente, possibilita a definição dos parceiros mais adequados a cada uma, de modo a atingir os objetivos propostos. Além do mais, a delimitação de eixos de intervenção prioritários contribui para uma melhor definição das medidas a executar e para um dispêndio mais eficiente dos recursos necessários.

A redução da incidência de situações de pobreza e exclusão social junto da população mais jovem é considerada a base de atuação, simultaneamente, a nível europeu, nacional e regional. Na verdade, a intervenção junto das crianças e dos jovens, com vista à redução dos fenómenos relatados, além de individualmente contribuir para minimizar os problemas de uma franja demográfica particularmente vulnerável, poderá induzir uma melhoria transversal, possível pela mudança de mentalidades, introduzida pelos jovens no meio familiar e, em casos concretos, a quebra de ciclos

intergeracionais de pobreza. De modo singular, na população jovem, a redução de fenómenos de pobreza e exclusão social poderá passar por um melhor acesso aos recursos básicos por parte dos jovens e um trabalho de maior profundidade ao nível da saúde mental, capacitando a população juvenil com as capacidades necessárias para inverter a tendência crescente das dependências, sem descorar uma maior valorização da importância da educação, num concelho onde ainda se verifica uma realidade de abandono e insucesso escolar.

A promoção da qualificação deve ser encarada como um mecanismo de redução e prevenção de possíveis situações de pobreza e exclusão social. O alargamento e a atualização das qualificações da população ao longo da sua vida ativa contribuiu para a sua capacidade de adaptação aos desafios a que são sujeitos, designadamente as mudanças atuais face à evolução tecnológica. Ademais, refira-se que a promoção da aprendizagem ao longo da vida, alargada à velhice, pode contribuir para uma melhor passagem entre a vida ativa e a idade idosa, facilitando uma melhor mobilidade desta população.



O emprego constitui um dos principais meios para que uma pessoa possa, individualmente, evadir de uma situação de pobreza e/ou exclusão social. Na realidade, a mitigação e a prevenção dos fenómenos mencionados pode passar por ações integradas que permitam promover a empregabilidade e a inclusão de todos, com especial foco nos grupos mais vulneráveis. Adicionalmente, devem ser incluídas ações que contribuam para a diminuição da precariedade dos vínculos laborais ou a fraca intensidade laboral, bem como para a melhoria da responsabilidade social das empresas, facilitando a integração de pessoas com alguma deficiência ou incapacidade.

Independentemente de uma intervenção individualizada contribuir para a redução das situações referidas, as realidades de pobreza e exclusão social estão dependentes do meio onde

se está inserido, pelo que é uma especial preocupação para a autarquia intervir, afetando a sociedade como um todo. Assim, é essencial que uma das prioridades do presente Plano Estratégico seja fomentar a coesão e o desenvolvimento local. Para a conquista deste desígnio podem contribuir medidas que incidam no fomento às iniciativas de investimento privado, no incremento do trabalho em rede, na promoção da saúde e na intensificação dos apoios sociais prestados pela autarquia aos grupos mais vulneráveis.

Embora seja definido um conjunto de eixos de intervenção estratégicos, a estruturação e a operacionalização das medidas a realizar deve ser efetivada de forma integrada, existindo medidas transversais a vários eixos.

Neste seguimento, enumeram-se os subsequentes eixos de intervenção.

Eixos de Intervenção Estratégicos para o Município de Angra do Heroísmo

1

Reduzir a pobreza e exclusão social infantojuvenil

2

Fomentar a qualificação e o emprego

3

Potenciar a coesão e desenvolvimento local



3.2 Objetivos Estratégicos

Considerando os eixos estratégicos definidos para o município, articulados com os objetivos traçados na Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social para 2018-2028 e as demais orientações nacionais e europeias, é possível definir objetivos estratégicos a alcançar pela autarquia, almejando obter resultados sólidos que melhorem as ocorrências detetadas e possam prevenir futuras de forma coerente.

A disseminação da pandemia provocada pela COVID-19 e, mais recentemente, a escalada inflacionista e a consequente subida das taxas de juro, deixaram a população mais vulnerável a situações de pobreza e exclusão social. Aproximadamente estes reveses se seguiram a uma altura de retoma, após a quebra associada ao *downsizing* da presença americana na Base das Lajes. Conhecedor desta realidade e seguindo os preceitos nacional e regional, é categórico para a autarquia adotar uma posição ativa perante estes fenómenos. A persecução deste desígnio, e, como efeito, a elaboração do presente Plano Estratégico, segue a recomendação da

Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, ambicionando, reforçar o compromisso e a mobilização das estruturas locais com os objetivos definidos, e, adaptar os objetivos e metas às especificidades e necessidades locais das pessoas. Para este efeito, verifica-se a necessidade da adoção de medidas que permitam quebrar a reprodução de ciclos de pobreza. Adicionalmente, pretende-se oferecer aos munícipes as condições apropriadas para um melhor estilo de vida e fomentar a evolução sustentável do município, tornando-o mais atrativo e capaz de reter e captar população.

A Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 ambiciona a redução das situações de pobreza, fundamentada numa abordagem global, multidimensional e transversal, de articulação das políticas públicas com os respetivos atores, definindo prioritariamente seis Eixos de intervenção, em estreita articulação com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, e o respetivo Plano de Ação, e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.



Eixos de intervenção estratégicos da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030

1. Reduzir a pobreza nas crianças e jovens e nas suas famílias;
2. Promover a integração plena dos jovens adultos na sociedade e a redução sistémica do seu risco de pobreza;
3. Potenciar o emprego e a qualificação como fatores de eliminação da pobreza;
4. Reforçar as políticas públicas de inclusão social, promover e melhorar a integração societal e a proteção social de pessoas e grupos mais desfavorecidos;
5. Assegurar a coesão territorial e o desenvolvimento local; e
6. Fazer do combate à pobreza um desígnio nacional.

A nível Regional, a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028 identifica 4 prioridades estratégicas a ter em conta na redução das situações mencionadas, em consonância com os intentos nacionais. A articulação das estratégias nacional e regional com a realidade concelhia é fundamental para definir os objetivos estratégicos específicos para a realidade local, em concordância com o diagnóstico realizado, dando, deste modo, cumprimento à intervenção territorializada pretendida.

O trabalho a realizar para minimizar e prevenir situações de pobreza e exclusão social deve ter como foco principal o público jovem, capacitando-os com as habilidades necessárias para evitar entrar ou permanecer nessas condições. Este trabalho deve ter em especial atenção duas dimensões, designadamente, a educação e a saúde.

Para a população ativa, é importante implementar métodos que instiguem o conhecimento, permitindo maior adaptabilidade a mudanças e a aquisição de habilidades que facilitem a saída de situações de pobreza e exclusão social. Este trabalho deve ser ainda alargado aos públicos mais idosos, estimulando a formação ao longo da vida. Relativamente ao emprego, é vital melhorar a integração laboral das pessoas que são tipicamente afetadas por situações de pobreza e exclusão social, tais como pessoas com deficiências, jovens em risco, desempregados de longa duração, migrantes, entre outros, adotando abordagens que sejam adaptadas à conjuntura atual. Adicionalmente, o emprego deve ser promovido como ferramenta para garantir um estilo de vida de qualidade.



Além disso, a promoção da melhoria da realidade local deve passar pelo fortalecimento de mecanismos de coesão e do desenvolvimento local do município, com o intuito de enfrentar as dificuldades económicas recentes e potenciando resultados profundos com impactos a médio e longo prazo no

desenvolvimento sustentável do município. Podem ainda ser adotadas medidas complementares em áreas específicas, visando produzir impactos positivos.

Assim, definem-se como objetivos estratégicos para o concelho de Angra do Heroísmo:

Objetivos estratégicos para o Município de Angra do Heroísmo

- 1** Promover a educação e o sucesso escolar transversal dos jovens, em especial dos mais necessitados
- 2** Fomentar a saúde e o desenvolvimento pessoal integrado infantojuvenil
- 3** Potenciar a qualificação como mecanismo de combate à pobreza e à exclusão social
- 4** Promover o emprego de qualidade e a inclusão dos grupos mais vulneráveis
- 5** Garantir o acesso equitativo e inclusivo da população aos serviços de apoio social e concretizar uma intervenção integrada em áreas complementares
- 6** Impulsionar a colaboração ativa e sinérgica entre os principais atores locais, como premissa para o desenvolvimento económico e social



3.3 Entidades Relevantes

À semelhança do sucedido de uma forma geral na Região Autónoma dos Açores, o Município de Angra do Heroísmo, conta com a presença de várias entidades cuja missão e atuação diária se coadunam com os objetivos do **Plano Estratégico de Combate à Pobreza e Exclusão Social de Angra do Heroísmo**. Estas entidades apresentam um papel fundamental para que, em conjunto com o Município, possam ser articuladas medidas e esforços para uma atuação concertada, focada e especializada, na persecução dos objetivos estabelecidos.

É importante, neste capítulo, elencar as entidades especializadas e relevantes, que atuam no concelho de Angra do Heroísmo, e que se devem constituir como parceiras na concretização do plano de ação ou de outras ações que se

possam formar no futuro, de acordo com as suas áreas de atuação.

Note-se que, para além da autarquia, não estão elencados outros órgãos governamentais (direções regionais e juntas de freguesia) e/ou associações que estão presentes em quase todas as freguesias do concelho ou que apresentem um cariz marcadamente local (como as casas do povo, centros paroquiais, entre outras organizações de atuação marcadamente local), não obstante serem entidades que, pela sua natureza devem ter um papel importante na implementação das ações na sua localidade. Deve ser, pois, um trabalho em rede e integrado.



ACM - Associação Cristã Da Mocidade De Ilha Terceira

Missão: n/d



Terreiro, Terra Chã, Angra do Heroísmo



295 331 668



n.d.



geral@acmterceira.pt



AIPA - Associação dos Imigrantes nos Açores – Terceira

Missão: Contribuir para a integração das comunidades de imigrantes na sociedade açoriana.

 Rua Dr. Sousa Júnior, 9700-070 Angra do Heroísmo

 295 213 139

 <http://www.aipa-azores.com/>

 aipa.terceira@aipa-azores.com



AMI - Centro Porta Amiga de Angra do Heroísmo

Missão: Levar ajuda humanitária e promover o desenvolvimento humano, tendo em conta os Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nas áreas da saúde, social e ambiental, em qualquer parte do mundo, independentemente de raça, género, idade, nacionalidade, língua, política, religião, filosofia ou posição social, olhando para cada pessoa como um ser único, insubstituível, digno de atenção e cuidado.

 Estrada Pêro de Barcelos, n.º 1, 9700-151 Conceição, Angra do Heroísmo

 295 218 547

 <https://ami.org.pt/missao/porta-amiga-angra-do-heroismo/>

 pa.angra@ami.org.pt



Associação Nascer e Crescer Feliz

Missão: A Associação Nascer e Crescer Feliz promove o bem-estar de crianças e de jovens mães que se encontrem numa situação de carência e vulnerabilidade social através de um acompanhamento próximo e integrado, trabalhando a favor da Vida, da Paz e do Bem.

 Canada da Luciana, 8ª, 9700-079 Santa Luzia, Angra do Heroísmo

 926 181 091

 n.d.

 nascer.crescerfeliz@gmail.com



Banco Alimentar Contra a Fome – Ilha Terceira

Missão: Lutar contra o desperdício de produtos alimentares, encaminhando-os para distribuição gratuita às pessoas carenciadas.

- Rua Basílio Simões, Lote 31 Parque industrial, 9700-135 Angra do Heroísmo
- 295 218 258 | 962 995 775
- <https://www.bancoalimentar.pt/bancos/terceira>
- ba.terceira@bancoalimentar.pt



Cáritas da Ilha Terceira

Missão: Prevenir e combater a exclusão social e a pobreza e agir em situações de emergência social ou catástrofe.

- Canada dos Folhadais, n.º 54, 9700-202 São Pedro, Angra do Heroísmo
- 295 212 795
- <https://acores.caritas.pt>
- geral@caritasterceira.org



CEA – Cozinha Económica Angrense

Missão: Fornecer diariamente, refeições a várias pessoas e famílias locais carenciadas.

- Rua do Recreio dos Artistas, 9700-160 Angra do Heroísmo
- 295 218 933
- n.d.
- cozecang@hotmail.com



Comissão e Proteção de Crianças e Jovens

Missão: Contribuir para a planificação da intervenção do Estado e para a coordenação, acompanhamento e avaliação da ação dos organismos públicos e da comunidade na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens.

- Rua Dr. Eduardo Abreu, n.º 7, Santa Luzia, Angra do Heroísmo
- 295 401 721 | 963 708 456
- <https://www.cnpdpcj.gov.pt/cpcj>
- cpcj.angraheroismo@cnpdpcj.pt



Confederação Operária Terceirense

Missão: n.d.



Rua da Sé, n.º 86-88, 9700-111 Sê, Angra do Heroísmo.



295 213 721



<https://cot-confederacao-operaria-terceirense.negocio.site>



coterceira.geral@gmail.com



Cruz Vermelha de Angra do Heroísmo

Missão: Prestar assistência humanitária e social, em especial aos mais vulneráveis, prevenindo e reparando o sofrimento e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana.



Avenida Álvaro Martins Homem, 9700-017 Conceição, Angra do Heroísmo.



295 212 669



<https://angraheroismo.cruzvermelha.pt>



dangraheroismo@cruzvermelha.org.pt



Instituto São João de Deus - Casa de Saúde de São Rafael

Missão: Dedicar-se ao serviço da Igreja na assistência aos doentes e aos necessitados, com preferência pelos mais pobres.



Rua Doutor Aníbal Bettencourt, Angra do Heroísmo.



295 204 330



<https://www.isjd.pt/pt/centros-assistenciais/cssr-angra>



cssr.angra@isjd.pt



Irmãs Hospitaleiras - Casa de Saúde Espírito Santo

Missão: A nossa missão é prestar cuidados diferenciados e humanizados, preferencialmente em saúde mental e psiquiatria, com a finalidade de alcançar os melhores resultados, no respeito pela individualidade da pessoa doente, pela qualidade clínica e técnica, rigor científico e inovação, procurando a sustentabilidade, e sendo capazes de atrair, capacitar e reter os melhores colaboradores.

 Rua Doutor Aníbal Bettencourt, Angra do Heroísmo

 295 204 330

 <https://irmashospitaleiras.pt/>

 cses@irmashospitaleiras.pt



LADA – Liga dos Amigos dos Doentes dos Açores

Missão: n.d.

 Rua Prof. Augusto Monjardino, n.º60, 9700-020 Conceição, Angra do Heroísmo

 295 218 888 | 924 386 353

 www.lada.pt

 geral@lada.pt



Santa Casa da Misericórdia da Vila de São Sebastião

Missão: Ajudar pessoas carenciadas e com necessidades específicas.

 Travessa da Misericórdia, n.º 12, 9700-633 Angra do Heroísmo

 295 904 161

 n.d.

 geral@scmvss.pt



Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo

Missão: Consiste na prática da solidariedade social, em conformidade com o disposto no Compromisso da Instituição, desenvolvendo intervenções centradas no indivíduo, na família e na comunidade, funcionando como um agente de desenvolvimento local e comunitário.

 Rua do Conselheiro Monjardino, nº8, 9700-020 Angra do Heroísmo

 295 204 840

 www.scmah.pt

 scmah@scmah.pt

Santa Casa Misericórdia dos Altares

Missão: n.d.

 Rua Ao Lugar, n.º 6, 9700-301 Altares, Angra do Heroísmo

 295 908 660

 n.d.

 n.d.



UMAR – Associação para a Igualdade e Direitos das Mulheres - Ilha Terceira

Missão: A associação sem fins lucrativos denominada “UMAR AÇORES – Associação para a Igualdade e Direitos das Mulheres” é constituída por todas as mulheres dispostas a defender os seus direitos e que adiram à associação.

A estrutura organizativa da associação desenvolve o seu trabalho em rede, podendo-se constituir grupos locais de intervenção, grupos temáticos ou outros, segundo os interesses e as necessidades de funcionamento da associação e das próprias associadas.

 Rua de São Gonçalo. Edifício Recreio dos Artistas, 9700-171 Angra do Heroísmo

 295 217 860

 <https://umaracores.org/>

 umarterceira@gmail.com

3.4 Integração nas Políticas Regional e Municipal

O *Plano Estratégico de Combate à Pobreza e Exclusão Social de Angra do Heroísmo* surge motivado, entre outras

razões, pela recomendação de reforçar o compromisso e a mobilização das estruturas locais, como as autarquias,



com os objetivos definidos na Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro) e, por outro, adaptar os objetivos e metas às especificidades e necessidades da realidade local.

A situação socioeconómica dos Açores sempre posicionou a Região de forma desvantajosa relativamente às médias nacional e europeia, em termos de pobreza. As condições demográficas e a baixa qualificação da população potenciaram o agravamento dessa realidade ao longo dos anos, colocando a Região Autónoma dos Açores com o maior nível de pobreza do país.

De facto, com o intuito de inverter esta situação e promover a convergência da região com as realidades económicas exteriores, a aposta na evolução estratégica em linha com as orientações europeias foi uma prioridade de sucessivos governos regionais. Mais recentemente, a instrução da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, reforçou a intenção do executivo em reduzir os níveis de pobreza na Região Autónoma dos Açores e retomar a convergência

para a média nacional, assegurando, simultaneamente, a coesão entre os diferentes territórios dos Açores.

O presente Plano Estratégico instaurado pelo Município de Angra do Heroísmo surge em complementaridade à Estratégia Regional, reconhecendo a importância de considerar as particularidades e os desafios locais. Este documento estratégico procura, assim, alinhar as políticas camarárias com as linhas orientadoras da Estratégia Regional, adaptando-as à realidade e situações específicas do concelho. Assim, urge criar um Plano Estratégico abrangente e efetivo, que integre as diretrizes regionais, mas também considere as particularidades locais, numa abordagem territorializada, em conformidade com o que está definido na Estratégia Regional, ambicionando a implementação de ações mais adequadas às necessidades e contextos do concelho de Angra do Heroísmo.

O presente documento reflete uma abordagem semelhante à Estratégia Regional, identificando como eixos prioritários de intervenção a atuação junto das camadas mais jovens, bem como a promoção da coesão e



desenvolvimento local, adaptando as ações ao âmbito de atuação municipal. Além disso, é dada uma atenção mais detalhada às questões relacionadas com o emprego e a qualificação, tendo em conta a situação atual e as especificidades do concelho. Esta abordagem mais detalhada permite que a autarquia esteja mais próxima da população e das suas necessidades, facilitando uma atuação mais coordenada e efetiva.

O recurso ao ***Plano Estratégico de Combate à Pobreza e Exclusão Social de Angra do Heroísmo***, visa possibilitar à autarquia estabelecer uma articulação e integração efetiva da política pública com os diversos agentes locais, visando um impacto estrutural a médio e longo prazo. Esta abordagem considera, ainda, a importância de medidas conjunturais para mitigar eventuais problemáticas decorrentes da incerteza económica atual ou situações imprevisíveis, como foi a pandemia da COVID-19.

A delimitação de políticas estratégicas com o intuito de promover o desenvolvimento concelhio e minimizar os casos de pobreza e exclusão social norteiam-se pela esquematização de

estratégias em áreas isoladas, que, ainda que sem a integração das várias áreas, têm apresentado contributos positivos, mesmo que indiretamente para minimização dos casos de pobreza e exclusão social.

A intervenção junto da população mais jovem e a definição de políticas destinadas à melhoria do bem-estar desta franja populacional, tem sido uma das prioridades da autarquia angrense. Neste sentido, são várias as medidas em vigor no concelho, com especial foco na educação e formação. Assentes na ideia do acesso à educação por todas as crianças e jovens, independentemente das condições socioeconómicas, ou quaisquer outras diferenças, são disso exemplo as seguintes medidas: o Apoio ao Estudo Acompanhado (Regulamento n.º 16/2022 de 18 de julho); o apoio Estuda + (Regulamento n.º 5/2022 de 17 de março); o apoio a atividades e projetos pedagógicos (Regulamento n.º 6/2017, de 2 de março); e o apoio à execução do Plano Integrado de Combate à Exclusão Social e de Prevenção do Abandono Escolar dos Estabelecimentos de Ensino (Regulamento n.º 7/2017 de 2 de Março).



Com o intuito de garantir uma maior abrangência das ofertas educativas existentes no concelho e a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município, preconizado na al. a) do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A, de 10 de novembro, foi criada a Carta Educativa de Angra do Heroísmo (Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 2015). A estruturação desta ferramenta, embora possa ter em conta a abrangência das unidades de ensino e demais serviços educacionais, carece do conhecimento das idiossincrasias da população local que podem conduzir à adaptação destas estruturas.

A fim de tornar claro para todos os munícipes, as soluções existentes no concelho ao nível das crianças e dos jovens, das pessoas idosas, das pessoas portadoras de deficiências, das pessoas com dependências, das pessoas carenciadas, como da população em geral, independentemente do seu sexo ou idade, a autarquia criou, em 2015, a Carta Social (Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 2015). Este documento veio permitir uma maior acessibilidade e

visibilidade das organizações e serviços proporcionados à população, bem como contribuir, para uma maior igualdade de oportunidades entre a população. A implementação do **Plano Estratégico de Combate Pobreza e Exclusão Social de Angra do Heroísmo** pretende agora contribuir para a promoção de um trabalho mais articulado entre as várias soluções existentes, resultando numa atuação mais eficiente.

Ciente da importância de uma atuação integrada e transversal a toda a população, a autarquia dispõe ainda de várias medidas e apoios sociais destinados às famílias, tais como o programa de apoio à parentalidade - AMA Angra. Apraz referir também o sistema de cartões municipais de benefícios desenvolvido pela autarquia, que ajuda famílias numerosas e a população idosa, e também o serviço de teleassistência mediado pela Câmara Municipal (Regulamento n.º 15/2018 de 5 de dezembro). Este aglomerado de respostas sociais dotado pelo organismo camarário promove uma atuação direta junto dos públicos mais vulneráveis, bem como um melhor conhecimento da realidade local, coadjuvando, assim, numa atuação mais eficiente.



Numa atitude proativa, com o ímpeto de promover a inclusão e não discriminação no município, a Câmara Municipal desenvolveu, em 2017, o *Plano Municipal de Igualdade de Género do Concelho de Angra do Heroísmo* (Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 2017), contemplando um plano de ação com medidas concretas para promover a igualdade e a não discriminação, minimizando formas que conduzem à exclusão social.

Uma das temáticas que surgiu aquando do diagnóstico realizado ao município foi a habitação. Na verdade, a autarquia já tinha identificado a importância de atuar nesta valência, tendo já operacionalizado alguns apoios. A definição das medidas em vigor teve em conta que a política social de habitação tem como objetivo fundamental a promoção do acesso à habitação das famílias vulneráveis

Ao nível dos apoios à habitação em vigor no concelho de Angra do Heroísmo, proporcionados pela autarquia, pode-se identificar apoios de diferentes naturezas. É exemplo, o apoio à melhoria das condições de habitação, o qual contempla a atribuição de

habitações sociais em regime de renda apoiada, ambicionando ajudar as famílias na obtenção ou manutenção de condições adequadas de habitação (Regulamento n.º 10/2019, de 13 de março).

Ainda no âmbito da política social do município e das suas respetivas atribuições e competências de caráter social, com vista a colmatar as necessidades prementes associadas à habitação, surge o apoio ao pagamento de rendas habitacionais. Este tem como objetivo fundamental a promoção do acesso à habitação, estando previsto o apoio a pessoas em situações de vulnerabilidade, potenciando a autonomia das pessoas e o combate à exclusão e pobreza através de um dos eixos absolutamente decisivos da política social: o acesso à habitação (Regulamento n.º 12/2022, de 9 de maio).

À semelhança do verificado em fase de diagnóstico, também a autarquia angrense identificou a necessidade de apoiar a população mais jovem em matéria de habitação, neste sentido, a Câmara implementou o *Apoio à Habitação Jovem da Zona Classificada*



de Angra do Heroísmo. Através deste apoio pecuniário a autarquia não só ajuda os novos agregados familiares em matéria de habitação, como ainda promove a fixação de população no centro histórico do concelho (Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 2015). Não obstante o contributo social resultante desta iniciativa, é importante que os mecanismos, para a promoção da fixação da população mais jovem no município, sejam intensificados.

Dada a importância desta temática e considerando as orientações do 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, estabelecido no Decreto-Lei nº 37/2018, de 4 de junho, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo decidiu desenvolver a Estratégia Local de Habitação do Município de Angra do Heroísmo (Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 2023). Este documento agregador da política habitacional da autarquia, baseado num diagnóstico das carências existentes no acesso à habitação, enumera as soluções habitacionais a desenvolver no município. Neste sentido, entre as várias medidas previstas, está contemplada a ajuda a cerca de 737 agregados familiares.

A prática da atividade física, além de ser um indutor da melhoria da saúde, pode gerar um impacto significativo no combate à exclusão social, proporcionando o desenvolvimento de habilidades, melhoria da saúde mental e redução de comportamentos de risco. Ciente destes benefícios, a autarquia fomenta este género de atividades através da promoção de projetos e disponibilização de meios para a prática de atividades desportivas, contemplando, ainda, um apoio a coletividades desportivas e atletas individuais, prevendo mecanismos de inclusão de pessoas com necessidades especiais (Regulamento n.º 15/2014, de 30 de junho).

Por último, ainda como instrumento promotor de inclusão social, a autarquia apoia diversos eventos de índole cultural, do qual se destaca o *Apoio a Atividades de Interesse Municipal* (Regulamento n.º 24/2019, de 11 de outubro). Não obstante o caráter inclusivo presente no referido apoio, a autarquia deveria intensificar a promoção da igualdade de oportunidades no acesso a eventos de índole cultural.



Em suma, o município já vinha evidenciado esforços no combate a situações de pobreza e exclusão social em várias áreas identificadas. O ***Plano Estratégico de Combate à Pobreza e Exclusão Social de Angra do Heroísmo*** deve ser visto como um elemento complementar e integrador do trabalho já desenvolvido pela autarquia, que irá promover uma melhor articulação e consequentemente um uso mais eficiente dos recursos disponíveis para a minimização e prevenção das situações identificadas. Não devem ser apenas tidos em conta os resultados do presente Plano de Ação, mas sim de todas as ações previstas nos documentos municipais, procurando, sempre que possível, uma atuação concertada e agregadora entre os diferentes planos.



4. Plano de Ação 2023-2027

Neste capítulo propõe-se um plano de ação, que dotará a autarquia de um mecanismo auxiliador concreto de apoio à implementação e concretização das metas definidas na Estratégia Nacional de Combate à Pobreza e na Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, bem como a visão e objetivos estratégicos elencados para o Município de Angra do Heroísmo. A conjugação dos vários contributos prestados pelas entidades competentes auscultadas e dos vários documentos e dados analisados pela equipa técnica responsável pela elaboração da **Plano Estratégico de Combate à Pobreza e Exclusão Social de Angra do Heroísmo**, possibilitou a definição de um conjunto de ações concretas.

Foram estruturadas 40 ações, conjugadas com base nos eixos de intervenção e nos objetivos estratégicos, com diferentes graus de complexidade, dispondo de medidas de cariz mais conjuntural e outras com perspetivas mais estruturais. Da dicotomia associada ao propósito das medidas resultam tempos de

implementação distintos. A presença de sinergias entre as várias medidas elencadas torna possível que a implementação de uma determinada medida gere resultados positivos em vários eixos de intervenção ou para vários objetivos estratégicos.

Cada ação enumerada conta com as respetivas entidades relevantes para a sua aplicação, os indicadores a considerar na sua implementação e outras observações relevantes.

Considerando que as medidas a implementar pretendem modificar e melhorar realidades sociais, consistindo em situações de vulnerabilidade das pessoas e famílias, e dado o cenário macroeconómico e social de elevada incerteza no curto e médio prazo, as medidas apresentadas devem ter um carácter flexível, de modo a permitir a melhor adequação à evolução socioeconómica do concelho. A sua aplicação deve ser alvo de constante monitorização e avaliação, aplicando-se medidas corretivas e ajustamentos, sempre que necessário.



Eixo de Intervenção Reduzir a pobreza e exclusão social infantojuvenil

OE1: Promover a educação e o sucesso escolar transversal dos jovens, em especial dos mais necessitados

Ação 1.

Rever o programa Estudo Acompanhado.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
O programa Estudo Acompanhado é uma iniciativa que visa apoiar os estudantes no seu percurso educativo, oferecendo um acompanhamento e suporte durante o estudo. Neste sentido, deve-se apostar no alargamento do âmbito desta medida a mais escalões de abono de família, conservando o apoio prioritário à população mais carenciada.	<ul style="list-style-type: none"> Escolas do concelho; Juntas de Freguesia; e Outras entidades. 	<ul style="list-style-type: none"> Crianças e jovens apoiados.

Ação 2.

Incentivar a prática de ações de sensibilização para o desenvolvimento de competências socioeducativas entre os alunos.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
Através de atividades específicas, pretende-se melhorar a capacidade dos alunos se relacionarem de forma saudável, tomarem decisões responsáveis e crescerem numa base de aprendizagem contínua. O objetivo é criar um ambiente propício ao crescimento integral dos estudantes, preparando-os para enfrentar os desafios da vida escolar e futura vida adulta.	<ul style="list-style-type: none"> IPSS e ONG's; e Escolas do concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de sensibilização desenvolvidas para técnicos sociais, professores e assistentes operacionais.

Ação 3.

Promover programas educativos de arte, desporto e atividades extracurriculares inclusivas para crianças e jovens, incluindo aqueles com deficiência.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
A medida contribui para o desenvolvimento integral dos alunos, incentivando a expressão individual, a autoconfiança e a descoberta de talentos. Além disso, ao incluir crianças e jovens com deficiência nesses programas, a ação torna-se ainda mais inclusiva, oferecendo a todos os estudantes a oportunidade de participar.	<ul style="list-style-type: none"> Escolas do concelho; e IPSS e ONG's. 	<ul style="list-style-type: none"> Projetos concretizados.

Ação 4.

Identificar e intervir em situações familiares que estejam relacionadas com o abandono escolar de crianças e jovens no concelho.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
A identificação destas situações é fundamental para prevenir o insucesso escolar, ao intervir nas situações familiares que podem estar na origem do abandono escolar, pretende-se promover o sucesso educativo e a participação ativa da família no processo educacional das crianças e jovens.	<ul style="list-style-type: none"> Escolas do concelho; CPCJ; e IPSS e ONG's. 	<ul style="list-style-type: none"> Intervenções realizadas



Ação 5.

Implementar do projeto "3D" nas escolas municipais.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
O modelo proposto, comprovado por resultados positivos nos últimos anos letivos, visa promover o sucesso educacional e o índice de absentismo.	<ul style="list-style-type: none"> Escolas do concelho; e IPSS e ONG's. 	<ul style="list-style-type: none"> Número de escolas que implementem o projeto.

Ação 6.

Dar continuidade ao regulamento de apoio a atividades e projetos pedagógicos.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
Implementar o programa de apoio a atividade e projetos pedagógicos com o intuito de apoiar técnica e financeiramente o desenvolvimento de planos anuais de atividades, bem como projeto que promovam boas pratica pedagógicas e que se destaquem pela sua qualidade e excelência.	<ul style="list-style-type: none"> Escolas do concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> Parcerias estabelecidas.



OE2: Fomentar a saúde e o desenvolvimento pessoal integrado infantojuvenil

Ação 1.

Adaptar espaços públicos para programas municipais de ocupação destinados a adolescentes e jovens, incluindo aqueles com deficiência.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
Pretende-se proporcionar espaços inclusivos e acessíveis para programas municipais de ocupação destinados a adolescentes e jovens. A adaptação de espaços públicos irá promover a participação ativa e a integração desses jovens. Essa medida visa criar ambientes inclusivos, onde todos os jovens possam desfrutar de atividades de lazer em igualdade de condições.	<ul style="list-style-type: none"> • IPSS e ONG's. 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços adaptados.

Ação 2.

Reforçar a intervenção nas infraestruturas desportivas municipais.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
O desporto contribui para o desenvolvimento físico, emocional e social dos jovens, promove a convivência e a interação entre diferentes grupos e reforça os princípios de igualdade e respeito. Ainda referir que o desporto adaptado pode proporcionar benefícios terapêuticos e melhorar a qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência. Neste sentido, importa garantir que os espaços desportivos, como ginásios, piscinas, campos e pavilhões desportivos, sejam projetados e adaptados para a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	<ul style="list-style-type: none"> • Escolas municipais; • Clubes desportivos municipais; • Juntas de Freguesia; e • IPSS e ONG's. 	<ul style="list-style-type: none"> • Intervenções realizadas.

Ação 3.

Desenvolver ações de sensibilização sobre a importância da atividade física/desportiva.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
As ações desenvolvidas podem contribuir para a prevenção de obesidade e diminuição de comportamentos de risco, bem como para o bem-estar físico e emocional e combate às patologias de foro mental nos jovens.	<ul style="list-style-type: none"> • Escolas municipais; e • IPSS e ONG's. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ações desenvolvidas.

Ação 4.

Fomentar a implementação de programas de prevenção universal nas escolas para a consciencialização sobre as novas substâncias psicoativas, as drogas de uma forma geral e o consumo de álcool.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
Os programas têm como objetivo proteger os estudantes e prevenir o consumo de estupefacientes, informando-os adequadamente sobre os riscos e consequências dessas substâncias. Através da consciencialização sobre os perigos, pretende-se promover um ambiente educativo saudável e seguro, onde os alunos tomam decisões informadas e responsáveis em relação ao consumo de álcool e drogas.	<ul style="list-style-type: none"> • Direção Regional de Saúde (DRS); • Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências (DRPCD); • PSP; IPSS; e • Escolas municipais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ações realizadas.



Ação 5.

Desenvolver ações de sensibilização sobre os perigos das novas tecnologias.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
Pretende-se informar as pessoas sobre os potenciais perigos e desafios associados ao uso das novas tecnologias, como o <i>cyberbullying</i> , e o vício em redes sociais. Deste modo, procura-se fomentar a segurança digital e o uso responsável das tecnologias, visando diminuir casos de exclusão social em resultado de comportamentos aditivos às novas tecnologias.	<ul style="list-style-type: none"> CPCJ. 	<ul style="list-style-type: none"> Soluções desenvolvidas.

Ação 6.

Garantir a presença de equipas de proximidade de intervenção multidisciplinar, que atuem junto de famílias carenciadas na prestação de suporte familiar.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
A garantia de um apoio de proximidade das famílias irá possibilitar o acesso a serviços de aconselhamento familiar e programas de capacitação parental, visando a prevenção de situações de privação experienciadas por crianças e jovens.	<ul style="list-style-type: none"> ISSA; e IPSS e ONG's. 	<ul style="list-style-type: none"> Ações desenvolvidas.

Ação 7.

Promover e estimular a participação dos jovens em iniciativas de voluntariado.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
A promoção destas iniciativas pode desenvolver o sentido de responsabilidade social e solidariedade, nos jovens e oferecer oportunidades de envolvimento ativo na comunidade. Podem, ainda, fomentar o crescimento pessoal dos jovens, as suas habilidades sociais, cívicas e emocionais, além de promover uma maior perceção dos desafios sociais e a importância de contribuir para a coletividade.	<ul style="list-style-type: none"> IPSS e ONG's. 	<ul style="list-style-type: none"> Voluntariado nas instituições concelhias.

Ação 8.

Realizar seminários, workshops e campanhas informativas, para promover a consciencialização sobre a parentalidade positiva e os direitos das crianças e jovens.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
A sensibilização proposta é fundamental para promover relações saudáveis e harmoniosas entre pais e filhos, assim como para garantir o respeito pelos direitos fundamentais das crianças e a atuação mais apropriada por parte dos pais. Estas ações deverão ser destinadas, em primeiro lugar, para públicos-alvo pré-selecionados, podendo ser alargado, em fase posterior, às restantes famílias e comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> IPSS e ONG's. 	<ul style="list-style-type: none"> Seminários e workshops desenvolvidos.

Ação 9.

Apoiar os núcleos de saúde familiar nas freguesias do concelho.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
De forma a garantir a melhor qualidade de serviço nos núcleos de saúde familiar nas freguesias com esta resposta, estabelecer protocolos com apoio financeiro a essas entidades para uma melhor gestão dos espaços e da qualidade de atendimento aos utentes.	<ul style="list-style-type: none"> IPSS e ONG's. 	<ul style="list-style-type: none"> Protocolos estabelecidos.



Eixo de Intervenção Fomentar a qualificação e o emprego

OE3: Potenciar a qualificação como mecanismo de combate à pobreza e à exclusão social

Ação 1.

Promover a qualificação e a inserção sustentável dos jovens NEET no mercado de trabalho por meio de programas de formação e capacitação.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
A melhoria da qualificação dos jovens que não estão em situação de emprego, ensino ou formação poderá decorrer através do desenvolvimento de competências práticas vocacionadas para o mercado de trabalho. Assim, será possível uma melhor inserção destes jovens no mercado de trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> IPSS e ONG's. 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de formação realizadas.

Ação 2.

Promover a implementação de programas de formação para atualização de competências tecnológicas, disponíveis para a comunidade em geral.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
A transição digital implica que as pessoas adquiram os conhecimentos e as habilidades necessárias para a melhor adaptação às dinâmicas do mercado de trabalho e às novas ferramentas tecnológicas. Além disso, os conhecimentos digitais podem promover a inclusão digital e a participação ativa na sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> Empresas locais; e Escolas profissionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Formações realizadas.

Ação 3.

Disponibilizar formação gratuita aos trabalhadores das IPSS e ONG's locais.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
A melhoria da qualificação dos recursos humanos das instituições locais poderá fomentar um trabalho mais eficiente no combate às situações de pobreza e exclusão social.	<ul style="list-style-type: none"> URIPSSA. 	<ul style="list-style-type: none"> Ações desenvolvidas; Entidades envolvidas.

Ação 4.

Promover palestras e workshops sobre os benefícios da formação contínua para as empresas.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
Esta ação potenciará o conhecimento do tecido empresarial concelhio acerca das vantagens competitivas que a formação contínua pode trazer, como o aprimoramento das habilidades e conhecimentos dos colaboradores, aumento da produtividade e qualidade do trabalho, e maior capacidade de inovação.	<ul style="list-style-type: none"> Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. 	<ul style="list-style-type: none"> Palestras e Workshops.



Ação 5.

Promover e apoiar a realização de seminários anuais de sensibilização, informação e divulgação sobre diversas temáticas relacionadas com a exclusão social.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
A melhoria da qualificação da população em temáticas como a igualdade de género, a prevenção da violência de género, a violência doméstica, a discriminação racial e os comportamentos aditivos, bem como dependências e problemáticas associadas, poderá contribuir para um trabalho preventivo no combate a situações de exclusão social.	<ul style="list-style-type: none">• IPSS e ONG's.	<ul style="list-style-type: none">• Seminários realizados;• Ações realizadas.



OE4: Promover o emprego de qualidade e a inclusão dos grupos mais vulneráveis

Ação 1.

Criar uma feira anual de emprego municipal.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
O evento poderá promover o acesso ao emprego e potenciar uma rede de <i>networking</i> para cidadãos e empresas, simplificando o processo de recrutamento.	<ul style="list-style-type: none"> Associações juvenis e empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> Iniciativas desenvolvidas.

Ação 2.

Desenvolver um apoio a pequenos projetos de criação de emprego e empresas por jovens NEET.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
Pretende-se proporcionar oportunidades e incentivos para aqueles que estão fora do sistema educativo, do mercado de trabalho e não estão em formação, possam começar os seus próprios negócios e obter um emprego por meio do empreendedorismo.	<ul style="list-style-type: none"> Não aplicável. 	<ul style="list-style-type: none"> Apoio instituído.

Ação 3.

Desenvolver uma plataforma digital de promoção do emprego municipal.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
A plataforma poderá melhorar o acesso às oportunidades de emprego, facilitar a interação entre candidatos e empregadores, oferecer informações e recursos úteis. Deste modo será possível impulsionar o emprego, combater a pobreza e promover a inclusão social, beneficiando tanto os candidatos a emprego quanto as empresas locais.	<ul style="list-style-type: none"> Câmara do Comercio de Angra do Heroísmo; e IPSS e ONG's. 	<ul style="list-style-type: none"> Plataforma desenvolvida.



Eixo de Intervenção Potenciar a coesão e desenvolvimento local

OE5: Garantir o acesso equitativo e inclusivo da população aos serviços de apoio social, e concretizar uma intervenção integrada em áreas complementares

Ação 1.

Promover a melhoria da mobilidade de cidadãos com comorbilidades através da intervenção em locais públicos.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
A intervenção em locais públicos visa garantir que pessoas com comorbilidades tenham acesso igualitário aos espaços e serviços disponíveis. Ao melhorar a mobilidade nesses locais, proporciona-se uma experiência mais inclusiva, facilitando a participação plena na sociedade e a promoção da igualdade de oportunidades para todos.	<ul style="list-style-type: none"> Juntas de freguesia. 	<ul style="list-style-type: none"> Intervenções realizadas.

Ação 2.

Incrementar o programa de vales alimentares.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
O programa poderá ser positivo para apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica, promovendo a dignidade e autonomia das famílias apoiadas, o combate ao desperdício alimentar, funcionando ainda como um estímulo à economia local. Os vales devem ter em consideração aspetos como a identificação das famílias elegíveis, a parceria com as IPSS e a garantia de transparência e controle na sua distribuição.	<ul style="list-style-type: none"> IPSS e ONGs. 	<ul style="list-style-type: none"> Programa desenvolvido.

Ação 3.

Apoio às Atividades de Interesse Municipal.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
O apoio deverá promover o desenvolvimento iniciativas da sociedade civil, para a promoção da cultura, do bem-estar e da qualidade de vida da população.	<ul style="list-style-type: none"> Não aplicável. 	<ul style="list-style-type: none"> Apoios atribuídos.

Ação 4.

Promover a realização de atividades culturais e ambientais que incentivem processos de integração social ativa e participativa, bem como a promoção de percursos sociais saudáveis.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
Iniciativas de integração social promoverão a aculturação da população e simultaneamente a responsabilização social para as problemáticas causadoras de exclusão.	<ul style="list-style-type: none"> IPSS e ONG's. 	<ul style="list-style-type: none"> Eventos desenvolvidos.

Ação 5.

Divulgar e promover a adesão ao Cartão Sénior.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
A medida contribui para a participação social dos idosos, bem como facilitar o acesso a serviços essenciais, atividades recreativas, cuidados de saúde e interação com a comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> Não aplicável. 	<ul style="list-style-type: none"> Cartões atribuídos.



Ação 6.		
Desenvolver ações locais para o envelhecimento ativo.		
Fundamento	Parceiros	Indicadores
As ações a implementar poderá criar oportunidades e condições favoráveis para que os idosos participem ativamente na sociedade, incluindo o estímulo ao voluntariado, o apoio à participação em atividades culturais, desportivas e de lazer, a promoção de relações intergeracionais e a criação de espaços de convivência e integração para a população idosa.	<ul style="list-style-type: none"> IPSS e ONG's. 	<ul style="list-style-type: none"> Ações desenvolvidas.
Ação 7.		
Divulgar e promover a adesão ao Cartão das Famílias Numerosas.		
Fundamento	Parceiros	Indicadores
Disponibilizar os cartões para os residentes permanentes no concelho de Angra do Heroísmo que comprovem satisfazer concomitantemente as seguintes condições: a) Serem titulares de um contrato de fornecimento de água no domicílio onde o agregado familiar reside permanentemente; b) O agregado familiar inclua três ou mais dependentes.	<ul style="list-style-type: none"> Não aplicável. 	<ul style="list-style-type: none"> Cartões atribuídos.
Ação 8.		
Disponibilizar apoio a população no âmbito do Regulamento de apoio ao arrendamento.		
Fundamento	Parceiros	Indicadores
Atribuir apoio financeiro ao arrendamento de habitações a agregados familiares com comprovada carência económica, de modo a promover o acesso ao arrendamento e atenuar as dificuldades existentes no concelho em matéria de habitação.	<ul style="list-style-type: none"> Não aplicável. 	<ul style="list-style-type: none"> Agregados apoiados.
Ação 9.		
Concessão de apoios destinados à manutenção das condições habitacionais básicas.		
Fundamento	Parceiros	Indicadores
Atribuição de apoio aos agregados familiares, com marcadas carências socioeconómicas, destinados à manutenção das condições habitacionais básicas.	<ul style="list-style-type: none"> Não aplicável. 	<ul style="list-style-type: none"> Agregados beneficiados.
Ação 10.		
Incentivar a adoção do serviço de Teleassistência pela população sénior.		
Fundamento	Parceiros	Indicadores
Disponibilizar os equipamentos e serviços de teleassistência que estejam contratualizados com a Cruz Vermelha Portuguesa aos municípios a custos comparticipados pelo Município.	<ul style="list-style-type: none"> Cruz Vermelha Portuguesa. 	<ul style="list-style-type: none"> Serviços acordados.
Ação 11.		
Elaborar a Carta Municipal da Habitação.		
Fundamento	Parceiros	Indicadores
Elaborar um diagnóstico da situação habitacional de um concelho e definir um conjunto de medidas para resolver os problemas existentes ao nível do acesso à habitação condigna.	<ul style="list-style-type: none"> Não aplicável. 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração da carta.



Ação 12.

Concluir a implementação da Estratégia Local de Habitação de Angra do Heroísmo.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
Facilitar o acesso das famílias de Angra do Heroísmo à habitação digna e resolver as situações indignas de carência habitacional, através de candidaturas do 1º Direito.	<ul style="list-style-type: none">• Não aplicável.	<ul style="list-style-type: none">• Habitações reabilitadas.



OE6: Impulsionar a colaboração ativa e sinérgica entre os principais atores locais, como premissa para o desenvolvimento económico e social

Ação 1.

Promover a criação de eventos/projetos conjuntos entre entidades que fomentem a interação Intra geracional.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
Esta iniciativa, não só promove a criação de sinergias entre entidades, como poderá proporcionar oportunidades de interação e partilha de experiências entre diferentes gerações, promovendo o entendimento mútuo, o respeito e a valorização de cada faixa etária. Através desses eventos/projetos conjuntos, jovens e idosos podem estabelecer laços sociais, aprender uns com os outros e combater o isolamento social que afeta muitas vezes as pessoas mais velhas.	<ul style="list-style-type: none"> Escolas municipais; e IPSS e ONG's. 	<ul style="list-style-type: none"> Eventos/projetos desenvolvidos.

Ação 2.

Atualizar Carta Social.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
A Carta Social é um instrumento cujo objetivo é identificar e disponibilizar informação sobre a rede de serviços e equipamentos sociais existentes nas 19 freguesias do concelho de Angra do Heroísmo. Simultaneamente assume-se como um instrumento de apoio à tomada de decisões, em matéria de planeamento e previsão de infraestruturas necessárias às respostas sociais, permitindo implementar uma política social, estabelecendo prioridades tendo em conta as necessidades sentidas pela população.	<ul style="list-style-type: none"> Não aplicável 	<ul style="list-style-type: none"> Mapeamento realizado.

Ação 3.

Organizar eventos e feiras solidárias ou ações comunitárias envolvendo várias instituições.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
Estes eventos poderão contribuir para fins específicos, de acordo com as áreas de atuação das instituições, estimulando ainda a colaboração e o trabalho conjunto entre as entidades.	<ul style="list-style-type: none"> IPSS e ONG's. 	<ul style="list-style-type: none"> Eventos desenvolvidos.

Ação 4.

Incentivar a utilização dos serviços da Oficina Domiciliária, pela população sénior.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
Disponibilizar à população sénior e possuidora do «Cartão Sénior» que vivam em domicílios em que todos os residentes tenham mais de 65 anos de idade, ou se tiverem idade inferior tenham grau de incapacidade igual ou superior a 80%, apoio para a realização de pequenos trabalhos domésticos, condicionados pela disponibilidade da autarquia ou das entidades parceiras que com ela tenham contratualizado esse apoio.	<ul style="list-style-type: none"> Empresas Locais. 	<ul style="list-style-type: none"> Serviços prestados.



Ação 5.

Atualizar o Plano Municipal da igualdade de Género.

Fundamento	Parceiros	Indicadores
O Plano Municipal para a Igualdade manifesta-se como um instrumento de planeamento de políticas públicas para a igualdade a nível local, estabelecendo estratégias de transformação das assimetrias de género existentes no município.	<ul style="list-style-type: none">• Não aplicável.	<ul style="list-style-type: none">• Elaboração da estratégia.



Cronograma			2023	2024	2025	2026	2027
Eixo 1	OE 1	Ação 1.					
		Ação 2.					
		Ação 3.					
		Ação 4.					
		Ação 5.					
		Ação 6.					
	OE 2	Ação 1.					
		Ação 2.					
		Ação 3.					
		Ação 4.					
		Ação 5.					
		Ação 6.					
		Ação 7.					
		Ação 8.					
Eixo 2	OE 3	Ação 1.					
		Ação 2.					
		Ação 3.					
		Ação 4.					
	OE 4	Ação 1.					
		Ação 2.					
		Ação 3.					
		Ação 4.					
Eixo 3	OE 5	Ação 1.					
		Ação 2.					
		Ação 3.					
		Ação 4.					
		Ação 5.					
		Ação 6.					
		Ação 7.					
		Ação 8.					
		Ação 9.					
		Ação 10.					
		Ação 11.					
		Ação 12.					
	OE 6	Ação 1.					
		Ação 2.					
		Ação 3.					
		Ação 4.					
		Ação 5.					



5. Considerações Finais

A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, atuando proactivamente no combate às situações de pobreza e exclusão social existentes no concelho e seguindo as recomendações europeias, nacionais e regionais, procurou a concretização de um trabalho de diagnóstico e a preparação de um Plano Estratégico para minimizar as situações detetadas e prevenir outras futuras. A conceção deste documento tem como finalidade dotar o município de um instrumento de auxílio com vista a uma atuação de maior proximidade da população, ambicionando melhorar a realidade concelhia e quebrar ciclos intergeracionais da pobreza.

Para a definição da presente estratégia contribuiu um profundo diagnóstico, agregando diversas ferramentas, desde a análise de dados estatísticos, a realização de *focus group* e de entrevistas e a implementação de inquéritos a entidades de relevo nas matérias relativas à pobreza e exclusão social. Baseada na metodologia realizada, definiu-se a estratégia a adotar pelo município, culminando com a estruturação de um plano de ação com

40 medidas, divididas em 6 objetivos estratégicos, por sua vez integrados em 3 eixos de intervenção, com vista a clarificar as áreas com maior carência de intervenção. A execução da presente estratégia pela autarquia, bem como o envolvimento das demais entidades públicas, parceiros sociais, entidades privadas e restante sociedade em geral, irão ditar o sucesso do plano de ação.

Apesar da presente estratégia visar a mitigação de focos de pobreza resultantes da conjuntura atual, é ambicionado que as várias medidas produzam um efeito estruturante a médio e a longo prazo.

É de realçar que, a estratégia e o plano de ação podem sofrer retificações, considerando a conjuntura atual, a elevada incerteza e uma possível recessão económica. Ademais, no decorrer da implementação do Plano de Ação, dever-se-á promover ações junto da população e entidades especializadas que incentivem a criação de novas medidas. Pretende-se, por isso, uma atuação proativa e adaptada às necessidades do concelho de Angra do Heroísmo.



6. Referências

- Banco Central Europeu (2023, maio 23). Combined monetary policy decisions and statement, disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/press/pr/date/2023/html/ecb.mp230504~cdfd11a697.pt.html>
- Banco Mundial (2015). *O Banco Mundial prevê que a pobreza global caia abaixo de 10% pela primeira vez; obstáculos importantes permanecem na meta de erradicação da pobreza até 2030*. Washington, D.C: Grupo Banco Mundial, disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2015/10/04/world-bank-forecasts-global-poverty-to-fall-below-10-for-first-time-major-hurdles-remain-in-goal-to-end-poverty-by-2030>
- Bauer, M. (2002). *Limitations to Agency Control in European Union Policy-Making: The Commission and the Poverty Programmes*. *Journal of Common Market Studies*, 40, 381-400.
- Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (2015). Regulamento Municipal de Apoio à Habitação Jovem da Zona Classificada de Angra do Heroísmo. Angra do Heroísmo: Município de Angra do Heroísmo, disponível em: <https://angradoheroismo.pt/regulamento-de-apoio-a-habitacao-na-zona-classificada/>
- Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (2015). Carta Educativa de Angra do Heroísmo. Angra do Heroísmo: Município de Angra do Heroísmo, disponível em: <https://angradoheroismo.pt/carta-educativa/>
- Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (2015). Carta Social. Angra do Heroísmo: Município de Angra do Heroísmo, disponível em: <https://angradoheroismo.pt/carta-social/>
- Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (2015). Plano Municipal de Igualdade de Género do Concelho de Angra do Heroísmo. Angra do Heroísmo: Município de Angra do Heroísmo, disponível em:



- <https://anradoheroismo.pt/plano-municipal-de-igualdade-de-genero/>
- Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (2022). *Estratégia Local de Habitação do Município de Angra do Heroísmo*: FNWAY Consulting, disponível em: <https://anradoheroismo.pt/estrategia-local-de-habitacao/>
 - Comissão Europeia (1997). *Estratégia europeia de emprego*. Bruxelas: Comissão Europeia, disponível em: <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=101&langId=pt>
 - Comissão Europeia (2010). *Comunicação da Comissão. Europa 2020. Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Bruxelas: Comissão Europeia, disponível em: https://www.compete2020.gov.pt/admin/fileman/Uploads/Documents/Estrategia_europa2020.pdf
 - Comissão Europeia (2020a). *Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a salários mínimos adequados na União Europeia*. Bruxelas: Comissão Europeia, disponível: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020PC0682&from=PT>
 - Comissão Europeia (2020b). *Communication from the commission to the European Parliament, The Council, The European Economic and Social Committee and The Committee of The Regions, Action plan on Integration and Inclusion 2021-2027*. Bruxelas: Comissão Europeia, disponível em: https://home-affairs.ec.europa.eu/system/files_en?file=2020-11/action_plan_on_integration_and_inclusion_2021-2027.pdf
 - Comissão Europeia (2021). *Plano de ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais*. Bruxelas: Comissão Europeia, disponível em: https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/economy-works-people/jobs-growth-and-investment/european-pillar-social-rights/european-pillar-social-rights-action-plan_pt
 - Comissão sobre os Direitos Sociais, Económicos e Culturais das Nações Unidas (2001). *Substantive Issues Arising in The Implementation of The International Covenant on*



- Economic, Social and Cultural Rights: Poverty and The International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights.* Declaração adotada pelo Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais a 4 de maio de 2001. Genova: Organização das Nações Unidas, disponível em: <https://www2.ohchr.org/english/bodies/cescr/docs/statements/E.C.12.2001.10Poverty-2001.pdf>
- Conselho Europeu (2000). *Conselho Europeu de Lisboa de 23 – 24 de março de 2000.* Lisboa: Conselho Europeu, disponível em: https://carloscoelho.eu/old_cc/dossiers/lisboa/CONSELHO_EUROPEU_LISBOA_2000.pdf
 - Conselho Europeu e Conselho da União Europeia (2017). *Pilar Europeu dos Direitos Sociais: Proclamação e assinatura.* Bruxelas: Conselho da União Europeia, disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2017/11/17/european-pillar-of-social-rights-proclamation-and-signing/>
 - Conselho Europeu e Conselho da União Europeia (2022). *Salários mínimos adequados na EU.* Bruxelas: Conselho da União Europeia, disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/adequate-minimum-wages/>
 - Diogo, F. (2019). Algumas Peculiaridades da Pobreza nos Açores. *Sociologia Online*, 19, 81-101, disponível em: <https://revista.aps.pt/wp-content/uploads/2019/08/SociologiaAPS192019Cap4FernandoDiogo.pdf>
 - Diogo, F. & Rocha, G. (2018). *Desigualdades de género e pobreza nos Açores.* Texto policopiado, no prelo.
 - Diogo, F. (coord.), Palos, A., Diogo, A., Tomás, L. e Silva, O. (2017). *Juventude Açoriana e Mundo do Trabalho.* Ribeirão, Húmus.
 - Diogo, F., Palos, A., Rodrigues, C., Pereira, E., Ribeiro, F., Branco, F., Trevisan, G., Fernandes, L., Silva, O., Perista, P. e Amaro, I. (2021). *A pobreza em Portugal, Trajetos e quotidianos.* Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos,



- disponível em: <https://www.ffms.pt/pt-pt/estudos/pobreza-em-portugal-trajetos-e-quotidianos>
- EAPN Portugal (2015). *Erradicar a Pobreza Compromisso para uma Estratégia Nacional*. Porto: EAPN – Portugal, disponível em https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/rediteia_48.pdf
 - Estivill, J. (2003). *Concepts and strategies for combating social exclusion, An overview*. Geneva, International Labour Office, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza
 - Eurostat (2010). *Combating Poverty and Social Exclusion: A statistical portrait of the European Union 2010*. Luxemburgo: Publicações Oficiais da União Europeia, disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/812e8720-7359-462e-a714-990d3db1a6ff/language-en/format-PDF/source-266286845>
 - Ferreira, M. (2021). *2030 e o combate à pobreza em Portugal*. Stone Soup, disponível em: <https://stone-soup.net/2030-e-o-combate-a-pobreza-em-portugal-2/>
 - Fontes, P., Fernandes, H., e Fernandes, L. (2022). *Estudo. À Margem – Trajetórias de Vida de Rua*. Lisboa: Novo dia – Associação para a Inclusão Social, disponível em: <https://www.novodia.org/a-margem-trajetorias-de-vida-de-rua/>
 - Goedemé, T. and Rottiers, S. (2011), *Poverty in the Enlarged European Union. A Discussion about Definitions and Reference Groups*. *Sociology Compass*, 5, 77-91, disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1751-9020.2010.00350.x>
 - Governo da República Portuguesa (2011). *Programa de Emergência Social*. Lisboa: Governo da República Portuguesa, disponível em: <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc19/os-ministerios/msss/documentos-oficiais/20120704-pes.aspx>
 - Governo da República Portuguesa (2022). *Programa do XXIII Governo Constitucional*. Lisboa: Governo da República Portuguesa, disponível em: <https://www.governo.pt/documentos/programa-do-xxiii-governo-constitucional>



em:

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc/23/governo/programa-do-governo>

- INE (2023). Rendimento e Condições de vida 2022. *Informações à comunicação social*, disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=473574196&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt
- Mathieson, J., Popay, J., Enoch, E., Escorel, S., Hernandez, M., Johnson, H., & Rispel, L. (2008). Social exclusion: Meaning, measurement and experience and links to health inequalities: A review of literature (Background Paper No. 1). WHO Social Exclusion Knowledge Network.
- Organização das Nações Unidas (2016). *Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, disponível em: <https://unric.org/pt/Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustentavel/>
- Pereirinha, J. (1996) *Welfare States and Anti-Poverty Regimes: The Case of Portugal*. South European Society and Politics, 1:3, 198-218, disponível

em:

<http://dx.doi.org/10.1080/13608749608539489>

- *Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020*. (2014), disponível em: <https://portugal2020.pt/portugal-2020/o-que-e-o-portugal-2020/>
- Ravallion, M., Gaurav D., & Dominique, W. (1991). Quantifying Absolute Poverty in the Developing World. *Review of Income and Wealth* 37: 345-361, disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-economics-081919-022924>
- Ravallion. M. (2020). On Measuring Global Poverty. *Annual Review of Economics* 12:1, 167-188
- Rowntree, B. (1901). *Poverty: a study of town life*. Second Edition. London. Macmillan and Co Limited.
- Silva, M. (1984). *Uma estimativa da pobreza em Portugal, em Abril de 1974*. Revista de Ciências Sociais 1.
- Silva, J., Bernard, A., Espiga, F., Gaspar, M., e PROSPER (2021). *O impacto da Covid-19 na Pobreza e Desigualdade em Portugal, e o efeito mitigador das políticas de proteção*. Portugal: O Observatório Social da Fundação “la Caixa”, disponível em: <https://observatoriosocial.fundaca>



olacaixa.pt/-/o-impacto-da-covid-19-na-pobreza-e-desigualdade-em-portugal-e-o-efeito-mitigador-das-politicas-de-protecao

- Silver, H. (2007). The process of social exclusion: The dynamics of an evolving concept (CPRC Working Paper No. 95). Chronic Poverty Research Centre, Brown University Providence, USA.
- Sivaraman, M. (2019). Measuring poverty around the world, *International Journal of Environmental Studies*, disponível em: <https://doi.org/10.1080/00207233.2019.1662176>
- Smith, A. (1776). *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. London: George Routledge & Sons, Limited.
- Tuparevska, E., antibáñez, R., & Solabarrieta, J. (2020). Social exclusion in EU lifelong learning policies: prevalence and definitions, *International Journal of Lifelong Education*, disponível em: <https://doi.org/10.1080/02601370.2020.1728404>

Legislação

- Comunicação 96/C 200/07, de 10 de julho. Comunicação aos Estados-Membros estabelecendo as orientações para os programas operacionais que os Estados-membros são convidados a elaborar no âmbito da iniciativa comunitária Interreg relativa à cooperação transnacional sobre o tema do ordenamento do território. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, N.º C 200 – 10 de julho de 1996
- Comunicação 2000/C 127/02, de 5 de maio. Comunicação da Comissão aos Estados-Membros, de 14 de abril de 2000, que estabelece as diretrizes para a iniciativa comunitária EQUAL relativa à cooperação transnacional para a promoção de novas práticas de luta contra as discriminações e desigualdades de qualquer natureza relacionadas com o mercado do trabalho. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, N.º C 127 – 5 de maio de 2000
- Decisão n.º 1098/2008/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro, relativa ao Ano Europeu do Combate à Pobreza e à



- Exclusão Social (2010). Jornal Oficial da União Europeia, N.º L 298 – 7 de novembro de 2008
- Decisão n.º 2011/344/EU, de execução do conselho, de 30 de maio, relativa à concessão de assistência financeira da União a Portugal. Jornal Oficial da União Europeia, N.º L 159 – 17 de junho de 2011
 - Decreto de Aprovação da Constituição, de 10 de abril. Constituição da República Portuguesa. Diário da República, 1.ª Série – N.º 86 - 10 de abril de 1976
 - Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A, de 10 de novembro. Regulamenta as competências de planeamento, projeto, construção e manutenção de infraestruturas escolares na Região Autónoma dos Açores, bem como as normas de segurança e de proteção ambiental a que devem obedecer. Diário da República, 1.ª Série – N.º 216 – 10 de novembro de 2005
 - Decreto-Lei n.º 83/91, de 20 de fevereiro. Aprova a Lei Orgânica do Ministério do Emprego e da Segurança Social. Diário da República, 1.ª Série-A – N.º 42 – 20 de fevereiro de 1991
 - Decreto-Lei n.º 162/92, de 5 de agosto. Institui o incentivo ao arrendamento por jovens. Diário da República, 1.ª Série-A – N.º 179 – 5 de agosto de 1992
 - Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio. Estabelece o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Diário da República, 1.ª Série-A – N.º 106 – 7 de maio de 1993
 - Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de dezembro. Cria o complemento solidário para idosos. Diário da República, 1.ª Série-A – N.º 249 – 29 de dezembro de 2005
 - Decreto-Lei n.º 116/2010, de 22 de outubro. Elimina o aumento extraordinário de 25 % do abono de família nos 1.º e 2.º escalões e cessa a atribuição do abono aos 4.º e 5.º escalões de rendimento, procedendo à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto. Diário da República, 1.ª Série – N.º 206 – 22 de outubro de 2010
 - Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto. Regula o regime de



- matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e o abandono escolares. Diário da República, 1.ª Série – N.º 149 – 2 de agosto de 2012
- Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho. Cria o 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. Diário da República, 1.ª Série – N.º 106 – 4 de junho de 2018
 - Despacho Conjunto n.º 342/2001, de 10 de abril. Diário da República, 2.ª Série – N.º 85 – 10 de abril de 2001
 - Diretiva (UE) 2019/1152 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho. Condições de trabalho transparentes e previsíveis na União Europeia. Jornal Oficial da União Europeia, N.º L 186 – 11 de junho de 2019
 - Recomendação 75/457/CEE, de 30 de julho. Recomendação do Conselho de 22 de julho de 1975 relativa ao princípio da semana de quarenta horas e ao princípio das quatro semanas anuais de férias pagas. Jornal Oficial das Comunidades Europeias, N.º L 199 – 30 de julho de 1975
 - Informação 75/458/EEC, de 30 de julho. Decisão do Conselho de 22 de julho de 1975 sobre o programa de projetos piloto e investigação no combate à pobreza. Jornal Oficial das Comunidades Europeias, N.º L 199 – 30 de julho de 1975
 - Informação 92/C 191/01, de 29 de julho. Tratado da União Europeia. Jornal Oficial das Comunidades Europeias, N.º C 191 – de 29 de julho de 1992
 - Informação 97/C 340/01, de 10 de novembro. Tratado de Amesterdão que altera o Tratado da União Europeia, os Tratados que instituem as Comunidades Europeias e alguns atos relativos a esses Tratados. Jornal Oficial das Comunidades Europeias, N.º C 340 – 10 de novembro de 1997
 - Informação 2000/C 364/01, de 18 de dezembro. Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Jornal Oficial das Comunidades Europeias, N.º C 364 – 18 de dezembro de 2000



- Informação 2007/C 306/01, de 17 de dezembro. Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia, assinado em Lisboa em 13 de dezembro de 2007. Jornal Oficial da União Europeia, N.º C 306 - 17 de dezembro de 2007
- Informação 2016/C 202/1, de 7 de junho. Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Jornal Oficial da União Europeia, N.º C 202 - 7 de junho de 2016
- Lei n.º 19-A/96, de 29 de junho. Cria o rendimento mínimo garantido. Diário da República, 1.º Suplemento, 1.º Série-A - N.º 149 – 29 de junho de 1996
- Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto. Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade. Diário da República, 1.º Série - N.º 166 – 27 de agosto de 2009
- Lei n.º 9/2016, de 4 de abril. Programa especial de apoio social para a Ilha Terceira. Diário da República, 1.ª Série – N.º 65 - 4 de abril de 2016
- Portaria n.º 730/2004, de 24 de junho. Cria o Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE). Diário da República, 1.ª Série-B – N.º 147 – 24 de junho de 2004
- Portaria n.º 396/2007, de 2 de abril. Cria o Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) e aprova o respetivo regulamento. Diário da República, 1ª Série – N.º 65 – 2 de abril de 2007
- Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto. Estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, que institui o rendimento social de inserção e procede à fixação do valor do rendimento social de inserção (RSI). Diário da República, 1.ª Série – N.º 165 – 27 de agosto de 2012
- Recomendação n.º 2019/C 387/01, de 8 de novembro. Recomendação do Conselho da União Europeia relativa ao acesso à proteção social dos trabalhadores por conta de outrem e por conta própria. Jornal



- Oficial da União Europeia, N.º C 387 – 15 de novembro de 2019.
- Regulamento n.º 15/2014 de 30 de junho. Regulamento municipal de atribuição de apoios a coletividades desportivas e atletas individuais. Jornal Oficial, 2.ª Série - N.º 123 - 30 de junho de 2014
 - Regulamento n.º 7/2017 de 2 de março. Regulamento Municipal de Apoio à Execução do Plano Integrado de Combate à Exclusão Social e de Prevenção do Abandono Escolar dos Estabelecimentos de Ensino. Jornal Oficial, 2.ª Série - N.º 41 - 2 de março de 2017
 - Regulamento n.º 15/2018 de 5 de dezembro. Regulamento municipal de emissão de cartões municipais de benefícios e de adesão ao serviço de teleassistência. Jornal Oficial, 2.ª Série - N.º 234 - 5 de dezembro de 2018
 - Regulamento n.º 10/2019 de 13 de março. Terceira Alteração do Regulamento Municipal de Apoio à Melhoria das Condições de Habitação. Jornal Oficial, 2.ª Série - N.º 51 - 13 de março de 2019
 - Regulamento n.º 24/2019 de 11 de outubro. Regulamento de Apoio a Atividades de Interesse Municipal. Jornal Oficial, 2.ª Série - N.º 197 - 11 de outubro de 2019
 - Regulamento n.º 5/2022 de 17 de março. Regulamento do Sistema Municipal de Apoio Complementar à Frequência de Estudos Pós-secundários e Superiores. Jornal Oficial, 2.ª Série - N.º 54 - 17 de março de 2022
 - Regulamento n.º 12/2022 de 9 de maio. Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento às Famílias do Concelho de Angra do Heroísmo. Jornal Oficial, 2.ª Série - N.º 89 - 9 de maio de 2022
 - Regulamento n.º 16/2022 de 18 de julho. Regulamento Municipal de Apoio ao Estudo Acompanhado. Jornal Oficial, 2.ª Série - N.º 136 - 18 de julho de 2022
 - Regulamento (UE) n.º 1304/2013, de 17 de dezembro. Fundo Social Europeu. Jornal Oficial da União Europeia, N.º L 347 - 20 de dezembro de 2013.
 - Regulamento (UE) n.º 2019/1149, de 20 de junho. Institui uma Autoridade Europeia do Trabalho, altera os Regulamentos (CE) n.º 883/2004, (UE) n.º 492/2011 e (UE)



- 2016/589 e revoga a Decisão (UE) 2016/344 (Texto relevante para efeitos do EEE e para a Suíça). Jornal Oficial da União Europeia, N.º L 186 – 11 de julho de 2019
- Regulamento (UE) n.º 2021/241, de 12 de fevereiro. Cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Jornal Oficial da União Europeia, N.º L 57 – 18 de fevereiro de 2021
 - Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 5/2015/A de 20 de fevereiro. Recomenda a criação um plano de emergência que minimize os efeitos da redução de pessoal civil ao serviço das forças militares norte-americanas na base das Lajes. Jornal Oficial, 1.ª Série - N.º 26 - 23 de fevereiro de 2015
 - Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 38-a/2020/A, de 18 de dezembro. Aprova o Programa do XIII Governo Regional dos Açores. Jornal Oficial, 1.ª Série - N.º 180 - 21 de dezembro de 2020
 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/90, de 20 de março. Cria os Comissariados Regionais do Norte e do Sul da Luta contra a Pobreza. Diário da República, 1.ª Série – N.º 66 – 20 de março de 1990
 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro. Procede ao reconhecimento público da denominada «rede social. Diário da República, 1ª Série – N.º 267 – 18 de novembro de 1997
 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de janeiro. Aprova o programa de prevenção da criminalidade e inserção de jovens, denominado «ESCOLHAS». Diário da República, 1.ª Série-B – N.º 7 – 9 de janeiro de 2001
 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2005, de 28 de novembro. Aprova o Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego 2005-2008. Diário da República, 1.ª Série-B -N.º 228 – 28 de novembro de 2005
 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho. Aprova a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento, 2017-2023. Diário da República, 1.ª Série – N.º 142 – 25 de julho de 2017



- Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro. Aprova a Estratégia Portugal 2030. Diário da República, 1.ª Série – N.º 222 – 13 de novembro de 2020
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro. Aprova a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030. Diário da República, 1.ª Série – N.º 251 – 29 de dezembro de 2021
- Resolução do Conselho do Governo n.º 72/2018, de 20 de junho. Aprova a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028. Jornal Oficial, 1.ª Série – N.º 75 – 20 de junho de 2018
- Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)
<https://srea.azores.gov.pt/>

Websites

- Eurostat
<https://ec.europa.eu/eurostat>
- Instituto Nacional de Estatística (INE)
www.ine.pt
- Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza
<https://on.eapn.pt/>
- PORDATA
<https://www.pordata.pt/>



7. Anexos

Anexo I – Lista de Entidades Seleccionadas para Inquérito/Entrevista/Focus Group

Nome	Resposta
ACM - Associação Cristã Da Mocidade De Ilha Terceira	✓
AIPA - Associação dos Imigrantes nos Açores – Terceira	✓
AMI - Centro Porta Amiga de Angra do Heroísmo	✓
Associação Nascer e Crescer Feliz	✓
Banco Alimentar Contra a Fome – Ilha Terceira	✓
Caritas da Ilha Terceira	✓
Casa do Povo da Feteira	
Casa do Povo da Terra Chã	
Casa do Povo da Vila de Porto Judeu	✓
Casa do Povo da Vila de São Sebastião	✓
Casa do Povo das Cinco Ribeiras	
Casa do Povo de Santa Bárbara da Ilha Terceira	✓
Casa do Povo do Raminho	✓
Casa do Povo das Cinco Ribeiras	
CEA - Cozinha Económica Angrense	✓
Centro Comunitário da Terra Chã	✓
Centro Comunitário da Vila de São Sebastião	✓
Centro Comunitário do Posto Santo	✓
Centro Comunitário e Social de São Pedro - Angra do Heroísmo	
Centro Comunitário Santa Luzia	
Centro Cultural Social e Recreativo de Nossa Senhora da Piedade	
Centro de Convívio dos Idosos de São João e Santa Margarida	✓
Centro de Convívio Nossa Senhora dos Milagres da Serreta	
Centro de Dia e Casa do Povo das Doze Ribeiras	
Centro de Saúde de Angra do Heroísmo	✓
Centro Infantil de Angra do Heroísmo - Colégio O Baloíço	✓
Centro Social de Idosos de São Francisco Xavier do Raminho	
Centro Social de São Bento	
Centro Social e Paroquial das Cinco Ribeiras	✓



Nome	Resposta
Centro Social e Paroquial de São Bartolomeu	
Centro Social e Paroquial de São Mateus da Calheta	✓
Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Conceição	
Centro Social Paroquial da Ladeira Grande	
Centro Social Paroquial da Sé	✓
Centro Social Paroquial da Terra-Chã	✓
Centro Social Pastoral da Ribeirinha	
Comissão e Proteção de Crianças e Jovens	✓
Confederação Operária Terceirense	✓
Cruz Vermelha de Angra do Heroísmo	✓
Escola Básica e Integrada de Angra do Heroísmo	✓
Escola Básica e Integrada Francisco Ferreira Drummond	✓
Escola Básica e Secundária Tomás de Borba	✓
Escola Básica Integrada dos Biscoitos	✓
Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo	✓
Escola Secundária Jerónimo e Emiliano de Andrade	✓
Grupo Social de Santo Agostinho	✓
Hospital do Santo Espírito	
INETESE - Angra do Heroísmo	✓
Instituto São João de Deus - Casa de Saúde de São Rafael	✓
Irmandade Nossa Senhora do Livramento	✓
Irmãs Hospitaleiras - Casa de Saúde do Santo Espírito	✓
ISSA – Divisão Angra do Heroísmo	
Jardim Infantil de São Gonçalo	✓
Junta de Freguesia da Feteira	✓
Junta de Freguesia da Nossa Senhora da Conceição	✓
Junta de Freguesia da Ribeirinha	✓
Junta de Freguesia da Sé	✓
Junta de Freguesia da Serreta	
Junta de Freguesia da Terra Chã	✓
Junta de Freguesia da Vila de São Sebastião	✓
Junta de Freguesia da Vila do Porto Judeu	✓
Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras	✓



Nome	Resposta
Junta de Freguesia das Doze Ribeiras	✓
Junta de Freguesia de Santa Bárbara	✓
Junta de Freguesia de Santa Luzia	✓
Junta de Freguesia de São Bartolomeu de Regatos	✓
Junta de Freguesia de São Bento	✓
Junta de Freguesia de São Mateus da Calheta	✓
Junta de Freguesia de São Pedro	✓
Junta de Freguesia do Raminho	✓
Junta de Freguesia dos Altares	✓
Junta de Freguesia Posto Santo	✓
LADA - Liga dos Amigos dos Doentes dos Açores	✓
Obra Social Madre Maria Clara	
PSP - Comando Regional dos Açores - Divisão Policial de Angra do Heroísmo	✓
Santa Casa da Misericórdia da Vila de S. Sebastião	✓
Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo	✓
Santa Casa da Misericórdia dos Altares	
UMAR – Associação para a Igualdade e Direitos das Mulheres - Ilha Terceira	✓